

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

JÚLIA DO NASCIMENTO

*PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR NO AMAZONAS:
UM OLHAR INTERSECCIONAL*

MANAUS - AM
2023

JÚLIA DO NASCIMENTO

*PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR NO AMAZONAS:
UM OLHAR INTERSECCIONAL*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para a obtenção do grau de Mestra.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gimima Melo da Silva

MANAUS - AM
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

N244p Nascimento, Júlia do
Professoras negras no ensino superior no Amazonas:
um olhar interseccional / Júlia do Nascimento. Manaus :
[s.n], 2023.
109 f.: il.; 31 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Ciências Humanas - Universidade do Estado do
Amazonas, Manaus, 2023.

Inclui bibliografia

Orientador: Silva, Gimima Beatriz Melo da

1. Raça. 2. Gênero. 3. Professoras negras. 4.
Universidade. 5. Interseccionalidade. I. Silva, Gimima
Beatriz Melo da (Orient.). II. Universidade do Estado do
Amazonas. III. Professoras negras no ensino superior no
Amazonas: um olhar interseccional

JÚLIA DO NASCIMENTO

PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR NO AMAZONAS: UM OLHAR INTERSECCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Linha de Pesquisa: Espaços, memórias e configurações sociais, como exigência para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Gimima Melo da Silva.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gimima Beatriz Melo da Silva (Presidente/Orientadora – PPGICH/UEA)

Prof.^a Dr.^a Marília de Jesus da Silva e Sousa (Examinadora interna – PPGICH/UEA)

Prof.^a Dr.^a Kênia Gonçalves Costa (Examinadora externa – PPGCult/UFNT)

*Dedicado aos meus pais Simone e Denilson pela importância e valor
a educação que me transmitiram durante a vida me possibilitando
enxergar o mundo*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Simone e Denilson que me incentivam a sempre buscar mais.

A minha irmã Idris por estar sempre presente me motivando e fortalecendo.

A minha esposa Débora e meu filho Lucas por todo cuidado, encorajamento e suporte.

A minha grande amiga Anne pelo amparo e carinho sempre presentes.

As minhas amigas Simone, Leila e Dorothy por me assistir em momentos de caos.

Aos meus amigos Carla Kiane, Michel, Carla do Carmo, Lia, Dessana e Evan pelas palavras de conforto e parceria.

A minha orientadora Profa. Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva por ser humana e empática diante de todas as minhas dificuldades.

E as docentes negras e suas inestimáveis colaborações.

Por tudo, obrigada!

*Precisamos ter consciência de que muitas mulheres morreram para
que pudéssemos ficar vivas, termos liberdade de escolher e fazer o
que quisermos.*

Elza Soares

RESUMO

A presente dissertação é o resultado de uma pesquisa realizada em duas instituições públicas de ensino superior, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA), para a titulação de Mestrado, que analisou os desafios de mulheres negras professoras universitárias através de um olhar interseccional. Para tanto, a metodologia aplicada foi a da “bola de neve”, onde através de perguntas feitas a alunos de diferentes graduações da UEA e da UFAM em suas redes sociais, ia-se descobrindo se havia ou não a presença de mulheres negras enquanto professoras em seus cursos. As participantes entrevistadas foram mulheres entre 33 e 55 anos autodeclaradas negras que atuam como professoras da UEA ou da UFAM no período entre setembro e dezembro de 2022. As entrevistas foram realizadas de modo presencial e online de acordo com a disponibilidade das interlocutoras, onde suas falas foram gravadas a partir de um roteiro semiestruturado para responder à questão principal: Quais são os desafios de uma mulher negra professora universitária? Assim, os objetivos estabelecidos de identificar os principais desafios da prática profissional e como essas professoras lidam com esses desafios foram alcançados. Reitero a satisfação em concluir essa pesquisa apontando que as interlocutoras que fizeram parte dessa pesquisa são múltiplas e respondem aos desafios que são impostos pela profissão com visões únicas e complexas que levam a reflexão sobre os desafios que a sociedade demanda e como esses desafios podem ser encarados.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Professoras negras. Universidade. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research carried out in two public institutions of higher education, the State University of Amazonas (UEA) and the Federal University of Amazonas (UFAM), by the Interdisciplinary Graduate Program in Human Sciences (PPGICH/ UEA), for the Master's degree, which analyzed the challenges of black female university professors through an intersectional perspective. For that, the methodology applied was the "snowball sampling" method, where through questions asked to students of different graduations of UEA and UFAM in their social networks, it was discovered whether there was the presence of black women as teachers in their courses or not. The interviewed participants were self-declared black women aged between 33 and 55 who worked as professors at UEA or UFAM in the period between September and December 2022. The interviews were carried out in person and online according to the availability of the interlocutors, where their speeches were recorded from a semi-structured script to answer the main question: What are the challenges of a black woman university professor? Thus, the established objectives of identifying the main challenges of professional practice and how these teachers deal with these challenges were achieved. I reiterate my satisfaction in completing this research, pointing out that the interlocutors who took part in this research are multiple and respond to the challenges that are imposed by the profession with unique and complex views that lead to reflection on the challenges that society demands and how these challenges can be faced.

Keywords: Race. Gender. Black professors. University. Intersectionality.

SUMÁRIO

Introdução	12
CAPÍTULO 1 – Contextualizando a interseccionalidade.....	14
1.1. A mulher negra entre os movimentos feminista e negro.....	15
1.2. A interseccionalidade	23
CAPÍTULO 2 – O mito da democracia racial e a questão identitária	28
2.1. A tal da democracia racial e o embranquecimento.....	29
2.2. Brasil: o país onde existe racismo, mas ninguém é racista.....	35
2.3. O pós-colonialismo e a crítica aos colonizadores.....	40
2.4. Letramento racial como uma das soluções possíveis de combate ao racismo.....	46
CAPÍTULO 3 – Nossas histórias oficiais.....	50
3.1. Enfrentamentos da pesquisa	50
3.2. As histórias	52
3.2.1. A artista negra que quebra estereótipos com a dança.....	53
3.2.2. A preta, preta, pretinha que pode, é e faz acontecer	59
3.2.3. A professora que é mulher, negra e indígena	71
3.2.4. A mulher cujo nome é Luta e o sobrenome é Resistência.....	79
Considerações construídas.....	91
Referências	94
Anexo I.....	100
Anexo II.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEU	Associação Brasileira de Ensino Universitário
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
ICBEU	Instituto Cultural Brasil - Estados Unidos
MNU	Movimento Negro Unificado
PAIC	Programa de Apoio à Iniciação Científica
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Desporto
STF	Supremo Tribunal Federal
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

Introdução

Quantas professoras negras você teve na sua graduação? Essa pesquisa surgiu do incômodo da pouca presença e em alguns casos ausência de professoras universitárias negras em universidades públicas do Brasil. Em 2018, o Portal G1 analisou micro dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e concluiu que em 2010, pessoas negras correspondiam a 11,5% das vagas de docentes no ensino superior brasileiro. Já em 2017, quase 400 mil pessoas davam aula no ensino superior no Brasil, mas só 16% eram pretas ou pardas. O levantamento mostrou ainda que quanto maior o grau de escolaridade do(a) professor(a), maior desigualdade racial (MORENO, 2018).

Em 2021, o Correio Braziliense divulgou que menos de 3% das universidades brasileiras têm equidade racial se comparadas ao número de pessoas negras na federação em que estão. Entre as causas estão a pequena quantidade de pessoas negras que acessam a pós-graduação e que, segundo balanço de 2019 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apenas 29% dos alunos de pós eram pretos ou pardos. Mesmo entre os que acessam mestrado e doutorado, há dificuldades de permanência (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

Um levantamento realizado em janeiro de 2023 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, tendo como tema de busca “professoras universitárias negras”, indicou cerca de 74 trabalhos desenvolvidos nessa área. Sendo 2 na região Norte, 11 na região Nordeste, 5 na região Centro-Oeste, 54 na região Sudeste e 2 na região Sul (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 2023). Esses dados apontam a necessidade de estudos desenvolvidos com essa temática e a importância dessa pesquisa.

A questão norteadora dessa é pesquisa foi: *Quais são os desafios que uma mulher negra professora universitária tem em uma instituição de ensino superior no Amazonas?*. Para o desenvolvimento dessa problemática foram escolhidas duas instituições de ensino superior, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A UEA conta com cinco Unidades Acadêmicas na capital (Escolas Superiores), seis Centros de Estudos Superiores e 12 Núcleos de Ensino Superior no interior do estado. Contudo, para essa pesquisa, foram consideradas apenas as escolas superiores da capital. A UFAM conta com 5 Campus no interior (Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins) e um Campus na capital, o campus Senador Arthur Virgílio Filho, local escolhido para a realização desse estudo.

Os requisitos estabelecidos para selecionar as interlocutoras dessa pesquisa foram: ser professora universitária vinculada a uma das instituições de ensino superior escolhidas – UEA e UFAM – e ser autodeclarada negra. Por se tratar de uma questão sensível, a metodologia elaborada para encontrar essas mulheres foi o método “bola de neve”. Segundo Juliana Vinuto (2014) esse método é uma forma de amostra não probabilística que utiliza como ação uma cadeia de referências. A partir dessa amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção dos participantes, mas é útil para encontrar grupos difíceis de serem acessados. (VINUTO, 2014, p.203).

As pesquisas foram realizadas entre os meses de outubro de dezembro de 2022 e contou com a participação de professoras universitárias negras com titulação de mestrado (com doutorado em curso) e doutorado. As interlocutoras apresentam faixa etária entre 33 e 55 anos e fazem parte do quadro docente efetivo da UEA e UFAM. Suas entrevistas foram expostas na íntegra – excluindo apenas informações de cunho pessoal – e suas análises feitas a partir de um olhar interseccional.

A estrutura dessa pesquisa conta com 3 capítulos. O primeiro capítulo faz uma abordagem da figura da mulher negra dentro dos movimentos negro e feminista, onde, diante de uma singular dupla opressão, precisa-se criar mecanismos de visibilidade dentro das duas lutas. Posteriormente é feita uma exposição do termo interseccionalidade, buscando compreender a complexidade de situações em que ele pode ser inserido.

O segundo capítulo conta com a questão identitária atrelada ao mito da democracia racial. Esse tema é abordado sendo iniciado pelo processo histórico de embranquecimento do Brasil e as teorias de superioridade racial como ferramentas eficientes em uma estruturação do racismo no país e de ações que deixaram cicatrizes na mentalidade da população, o Brasil se tornou um país com hábitos racistas. No decorrer do capítulo, a violência presente na relação colonial é interpelada através da análise de obras de autores pós-coloniais como Gayatri Spivak, Albert Memmi e Franz Fanon. E, por fim, o letramento racial é trabalho enquanto instrumento de redução do racismo mediante o estudo de autores negros para o entendimento da sociedade encerra a segunda parte dessa escrita.

O terceiro capítulo conta com as interlocuções transcritas e uma análise desses discursos. Intitulado *Nossas histórias oficiais* se busca, já pelo título, trazer a ideia de que essas falas são únicas mas são nossas, representam a pluralidade das mulheres negras e que são oficiais porque essas mulheres ocupam lugar de destaque nessa pesquisa. A oficialidade é delas, suas histórias aqui, são as histórias principais, elas são as narradoras e as protagonistas.

Crê-se que o objetivo dessa pesquisa foi alcançado. Desafios próprios elencados sobre a visão dessas professoras e as suas interseccionalidades foram revelados trazendo reflexões acerca de como os nossos marcadores sociais podem nos afetar de diferentes formas, causando diferentes impactos, e como podemos agir diante da percepção dessa nova dinâmica. Ser mulher, negra e ocupar um lugar de destaque dentro de um sistema acadêmico, comumente elitista, é um ato político-social por si só, mas essas mulheres fazem mais, fazem parte de uma representatividade que influencia toda uma estrutura com as suas presenças.

CAPÍTULO 1 – Contextualizando a interseccionalidade

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?¹
(Sojourner Truth)

Fazer-se compreender o conceito de interseccionalidade não é tarefa fácil, afinal, esse termo é bem mais complexo quando analisado em seus vários contextos. Seu significado nos faz viajar no tempo e lembrar como os movimentos feminista e negro foram se transformando e a posição ocupada pela mulher negra dentro de dois movimentos que não a enxergavam em sua totalidade.

Na epígrafe citada acima, o texto da abolicionista e ex-escravizada Sojourner Truth², demonstra, através do discurso sobre sua experiência, como ambos os movimentos em que se enquadrava estavam falhando com as mulheres negras, já que a intersecção entre o sufrágio feminino e os direitos dos negros eram pautas da Convenção de 1851. Segundo Carla Akotirene (2019), em sua fala, Sojourner Truth pioneiramente articula raça, classe e gênero e faz um

¹ Trecho de discurso proferido por Sojourner Truth na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1851 e retirado do Portal Geledés de autoria de Carlos Eugênio Marcondes de Moura.

² Sojourner Truth nasceu com o nome de Isabella Baumfree e adotou esse pseudônimo em 1843 ao, segundo ela, responder ao chamado de Deus para pregar a verdade. Sojourner significa peregrina, truth significa verdade.

questionamento à mulher universal e a maternagem obrigatória – pautas do feminismo tradicional e branco – já que filhos e filhas de africanos eram escravizados e vendidos. Esse discurso também inspirou feministas negras como bell hooks e Kimberlé Crenshaw – que cunhou o termo “interseccionalidade” –, a dar continuidade a luta dentro dos movimentos na busca necessária de racializar o movimento feminista e sexualizar o movimento negro.

A proposta desse capítulo é entender como a interseccionalidade se deu nesse processo. Para iniciar o que foi proposto é preciso compreender que as narrativas referentes a interseccionalidade necessitam relacionar esse termo às políticas feministas negras da segunda metade do século XX, nos Estados Unidos e no Brasil. Portanto, veremos a necessidade das interconexões entre raça/gênero e classe social, o conceito de interseccionalidade, a luta da mulher negra dentro dos movimentos feminista e negro no Brasil e a terminologia do termo aqui discutido.

1.1. A mulher negra entre os movimentos feminista e negro

Na obra *Mulheres negras - moldando a teoria feminista*, bell hooks (2015) tece críticas ao surgimento de um movimento feminista que em sua base ignorou a presença ou existência das mulheres que mais eram vitimizadas pela opressão machista por focar em mulheres brancas da classe privilegiada da sociedade. Ao citar a obra *The feminine mystique* de Betty Friedan, livro que, segundo bell hooks, abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo, a autora analisa como os problemas das mulheres brancas eram tratados como se cada mulher, no singular, tivesse as mesmas necessidades. bell hooks afirma que Betty "Friedan transformou suas dificuldades e as das mulheres brancas como ela em um sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres dos Estados Unidos" e que mesmo que as preocupações das donas de casa brancas da classe privilegiada fossem reais e dignas de transformações, não eram uma luta política urgente, de sobrevivência econômica, de discriminação étnica e racial, como era da maioria das mulheres (HOOKS, 2015, p.194).

Para bell hooks, Betty Friedan foi uma das principais referências do pensamento feminista contemporâneo, contudo, sua visão limitada se tornou marca do movimento feminista e cerceou a perspectiva diante das necessidades e experiências das mulheres como coletivo, o que impediu a consciência dentro do movimento de que essas ações reforçam a supremacia branca e refletem os preconceitos de raça e classe.

“Significativamente, a perspectiva unidimensional da realidade das mulheres apresentada em seu livro se tornou uma característica marcante do movimento feminista contemporâneo. Como Friedan, antes delas, as mulheres brancas que

dominam o discurso feminista atual raramente questionam se sua perspectiva sobre a realidade da mulher se aplica às experiências de vida das mulheres como coletivo. Também não estão cientes de até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos. O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe. Mesmo assim, a estrutura de classe na sociedade norte-americana foi moldada pela estratégia racial da supremacia branca; apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma compreensão profunda das relações de classe.” (HOOKS, 2015, p.195)

É importante compreender que o discurso de que todas as mulheres são oprimidas coloca todas em uma única luta, a de gênero, não levando em consideração que outros marcadores como raça, sexualidade, religião e classe social afetam as relações de poder dentro e fora do movimento feminista. Se “ser oprimida é a ausência de opções” muitas dessas mulheres têm opções, por mais arbitrárias que sejam, então afirmar que mulheres passam por diferentes explorações e discriminações descrevem com mais precisão as pautas necessárias a luta (HOOKS, 2015, p.197).

Em seu artigo intitulado *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, Sueli Carneiro (2003) cita o poeta negro Aimé Cesaire ao afirmar que “as duas maneiras de se perder são: por segregação, sendo enquadrado na particularidade, ou por diluição no universal”. Sueli Carneiro afirma que perseguimos uma utopia ao buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. “Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra.” (CARNEIRO, 2003, p.5). A autora defende que para que se alcance a igualdade de direitos é preciso transformar-se em um ser humano pleno, com oportunidades e possibilidades que vão além da raça ou gênero. Que esse é o sentido dessa luta.

A falta de sororidade dentro do movimento também é pauta nesse contexto. Na obra de bell hooks (2015) quando ela, através de sua própria experiência, começa a participar de grupos feministas e narrar a condescendência com que ela e outras mulheres não brancas são tratadas, a autora compreende e traz essa reflexão de que, elas, as mulheres negras, não eram vistas ou tratadas como iguais e que suas experiências e vozes só eram ouvidas quando faziam eco as visões dos discursos dominantes (HOOKS, 2015, p.204).

Sua experiência reflete em seu posicionamento quando afirma que

“A sororidade não seria poderosa enquanto mulheres estivessem em guerra, competindo umas com as outras. Visões utópicas de sororidade baseadas apenas na consciência da realidade de que mulheres era de alguma maneira vitimizadas pela

dominação masculina foram quebradas por discussões de classe e raça.” (HOOKS, 2018, p.19/20)

Por isso a necessidade das discussões, afinal, “o movimento feminista, principalmente o trabalho de ativistas negras visionárias, preparou o caminho para reconsiderarmos raça e racismo, o que teve impacto positivo em nossa sociedade como um todo” e esse reconhecimento deve ser uma escolha consciente em prol de uma educação feminista que contemple, de fato, as necessidades de um feminismo para todos (HOOKS, 2018, p.94).

Ao ter contato com a obra *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória* da professora universitária Patricia Hill Collins (2017) é possível associar a interseccionalidade à luta feminista negra antes do termo ser cunhado. Para validar sua fala, a autora defende que a obra *The Black Woman* de Toni Cade Bambara nos anos 70, embora negligenciada, pode ser considerado um importante trabalho sobre interseccionalidade, pioneiro, inclusive. Patricia Hill Collins resume essa obra ao dizer que

“tomando uma postura implicitamente interseccional em relação à emancipação de mulheres afro-americanas, mulheres afro-americanas de diversas perspectivas políticas apresentaram ensaios provocativos sobre como as mulheres negras nunca ganharam sua liberdade sem perceber sua raça, classe e gênero” (COLLINS, 2017, p.8)

A defesa dessa interligação de opressões continua quando Patricia Hill Collins cita o manifesto *A Black Feminist Statement* (Combahee-River-Collective, 1995), onde, segundo ela, argumenta-se que considerando apenas raça ou apenas gênero haverá uma análise parcial das injustiças sociais vivenciadas pelas mulheres negras, tornando-se essencial considerar raça, gênero, classe social e sexualidade como características que moldam a experiência da mulher negra, propondo que os sistemas de opressão tratados de forma separada, fossem interconectados.

O objetivo estava sendo estabelecido, mas como mulheres de cor que faziam parte de diferentes movimentos sociais dariam conta de estabelecer dentro deles suas necessidades enquanto grupo duplamente oprimido?! Patricia Hill Collins (2017) defende que essas mulheres não produziram apenas documentos nos movimentos sociais, fizeram-se presentes na academia elucidando que “o acesso a carreiras acadêmicas permitiu que mulheres afro-americanas politicamente ativas trouxessem as ideias políticas do feminismo negro para os estudos de raça/classe/gênero” (COLLINS, 2017, p.9).

A dificuldade de incorporação da categoria raça nos estudos sobre gênero fizeram com que feministas negras pioneiras como Hazel Carby, bell hooks, Patricia Hill Collins, Patricia

Williams e Kimberlé Crenshaw buscassem ultrapassar as limitações do feminismo branco e sua visão de unicidade da luta feminista já que a prioridade desse feminismo era a luta contra o patriarcado e esse se tornou o principal ponto de disputa entre os feminismos branco e negro, é o que afirma Cristiano Rodrigues (RODRIGUES, 2013, p.5). Como crítica, bell hooks observa que

“[...] A incompreensão dessas pessoas sobre políticas feministas reflete a realidade de que a maioria aprende sobre feminismo na mídia de massa patriarcal. O feminismo sobre o qual mais ouvem falar é ilustrado por mulheres que são primordialmente engajadas em igualdade de gênero – salários iguais para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens dividindo as responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem. As pessoas notam que essas mulheres são, em geral, brancas e economicamente privilegiadas.” (HOOKS, 2018, p.18)

A realidade da mulher negra diante da luta por igualdade de gênero, uma das principais pautas do feminismo, é que essa luta não a representa em suas reais necessidades. Como afirma Sueli Carneiro (2003), a experiência histórica das mulheres negras é diferente do discurso clássico de opressão feminista, discurso esse que não tem reconhecido ou dado conta da diferença qualitativa dos efeitos dessas opressões diante da identidade feminina das mulheres negras. A questão é que

“Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: ‘Exige-se boa aparência’.” (CARNEIRO, 2003, p.2)

É necessário compreender que a raça e o gênero sobrepostos afetam a vida das mulheres negras, entender que elas passam por situações que não são presenciadas pelas mulheres brancas e que para que haja, de fato, uma luta em comum, ou seja, uma unidade entre todas as mulheres da sociedade, mais de uma superação é necessária.

“Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.” (CARNEIRO, 2003, p.2-3)

Com o crescimento da lista de divisões sociais e tendo como suporte os estudos de raça/classe/gênero associados aos movimentos sociais, tornava-se imprescindível a nomeação da junção desses marcadores, pois, “nomear o campo parecia resolver o dilema”, como afirma Patricia Hill Collins (2017). O termo interseccionalidade foi então cunhado pela afro-americana, feminista, professora e advogada Kimberlé Crenshaw (2016), onde afirma³ que é necessário dar um nome as mais de uma opressão para lidar com o fato de que muitos de nossos problemas de justiça social como racismo e sexismo frequentemente se sobrepõem criando múltiplos níveis de injustiça social. Segundo a autora, por definição

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.” (CRENSHAW, 2002, p.177)

A interseccionalidade foi o termo criado para definir que uma só pessoa, dependendo de seus marcadores sociais, pode sofrer mais de uma opressão ao mesmo tempo. Que não se pode desassociar um preconceito do outro, afinal, não são excludentes. A verdade é que tudo que foge do que a sociedade em algum momento determinou como padrão – em geral, o homem cis, hétero, branco – terá que passar por alguma situação desagradável ou constrangedora quanto as suas características. Ou seja,

“[...] o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social.” (COLLINS E BILGE, 2020, p.17)

Contudo, as definições expostas acima se tornaram genéricas diante das diversas aplicações da interseccionalidade, gerando diversas interpretações e sendo manifestadas em contextos que nem sempre se adequam. Contudo, voltemos aos movimentos sociais que possibilitaram a luta da mulher negra em galgar outros espaços.

Os movimentos negro e feminista no Brasil ressurgem nas últimas décadas do século XX. Esse último teve início no país no século XIX, durante o Brasil Colônia, tendo como pauta o direito ao divórcio, ao trabalho, a participação política e educação. Essas reivindicações

³ Informações retiradas do vídeo que tem por título "The urgency of intersectionality", conferência realizada por Kimberlé Crenshaw ao TED Talk em outubro de 2016 em São Francisco, Califórnia.

demonstram que foi um movimento, a princípio, de predominância branca, afinal, as mulheres negras já trabalhavam e por serem mulheres de cor, no contexto em que se encontravam, era impensável lutar por um direito político entre o fim da escravatura e o pós-abolição.

Em 1975 apareceram as primeiras organizações feministas no Brasil, e em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) é criado. Segundo Cristiano Rodrigues (2013) em ambos os movimentos, as mulheres negras não obtiveram um destaque que as fizessem ser enxergadas em suas especificidades, fazendo com que os movimentos produzissem formas de opressão internas, silenciando-as diante da dupla opressão, a do racismo e do sexismo, vivida por essas mulheres, e as colocando em situações desfavoráveis.

O ativismo de mulheres negras como Lelia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro e Fátima Oliveira desenvolveram uma tradição intelectual importante a partir da década de 70 e 80, fortalecendo-se na Década da Mulher.

Segundo Fanny Tabak (1985), em seu trabalho intitulado *A DÉCADA DA MULHER COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO E PRESSÃO POLÍTICA - AVALIAÇÃO E BALANÇO* apresentado na IX Reunião Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais),

"a decretação da Década da Mulher (1976-1985), foi o resultado mais visível do grande congresso mundial que reuniu na cidade do México a milhares e milhares de pessoas, para celebrar o Ano Internacional da Mulher, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1935". (TABAK, 1985, p.1)

Fanny Tabak (1985) explica o porquê uma Década da Mulher ao argumentar que houve centenas de pesquisas, levantamentos e estudos realizados a partir da década de 50 que revelaram que no fim do século XX, milhões de mulheres ainda estavam em uma situação deplorável de analfabetismo e sendo vítimas de diversas formas de discriminação, o que refletia em violações, torturas e assassinatos dessas mulheres. A necessidade dessa Década, segundo a autora, justificava-se porque as mulheres encontravam-se ainda numa situação de profunda desigualdade em relação aos homens, nas esferas pública e privada, diante de situações de submissão, opressão e sendo vítimas de toda sorte de arbitrariedades.

Em 1975, Lelia Gonzalez comparece ao Congresso de Mulheres Brasileiras e participa da apresentação do *Manifesto das Mulheres Negras*, documento que destaca características específicas das mulheres negras assim como suas representações e identidades sociais buscando trazer a influência da raça como marcador social determinante, o que até então era invisibilizado pelo movimento feminista tradicional (CALDWELL, 2000), e ao denunciar a condição de

opressão e exploração da mulher negra, torna-se o primeiro de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o considerado feminismo branco hegemônico (RODRIGUES E FREITAS, 2021).

Em *Mulheres em Movimento*, Sueli Carneiro (2003) exalta como o movimento de mulheres do Brasil se tornou referência em certos temas em nível internacional e como se destacou pelas contribuições no processo de democratização do Estado no campo das políticas públicas. Contudo, afirma também que mesmo em conformidade com outros movimentos sociais, o feminismo esteve por bastante tempo preso a visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, que gerou como consequência uma inaptidão de reconhecimento das diferenças e desigualdades femininas. Diante disso, vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram silenciadas (CARNEIRO, 2003, p.118).

A problemática da negligência presente no silêncio diante de outras opressões no movimento feminista brasileiro ficou mais clara e se passou a exigir uma mudança de postura e práticas políticas no feminismo. Um fator determinante dessas alterações se deu pela ação do movimento de mulheres negras e seu enfrentamento as condutas perpetuadas pelo movimento feminista.

Enegrecendo o feminismo será a expressão utilizada por Sueli Carneiro (2003) para determinar o percurso das mulheres negras dentro do movimento feminista (caracterizado por uma identidade ocidental branca). A autora explica que quando o feminismo converte as mulheres em novos sujeitos políticos ao elucidar sobre as desigualdades de gênero, esses sujeitos devem se tornar conscientes dos processos particulares subentendidos de cada grupo dentro da luta feminista, afinal, mulheres não brancas passam por situações e demandas que não são supridas pela questão do gênero. Isso torna o combate ao racismo uma política essencial para as mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p.119).

A articulação do sexismo e racismo é necessária, mas o destaque a esse último é justificável. Em uma pirâmide social de privilégio, a mulher branca só perde para o homem branco, ou seja, fica acima do homem negro e da mulher negra, nessa ordem. Portanto, é justo afirmar que as mulheres negras passam por uma dupla subvalorização e que é compreensível que o racismo esteja acima do gênero, revelando a urgência de um posicionamento antirracista dentro do feminismo.

Por intenção ou não, estar em uma posição considerada superior diante de gêneros subalternos causou uma resistência das mulheres brancas dentro do movimento feminista em reconhecer a luta antirracista como indeclinável tornando a sororidade entre negras e brancas,

nesse primeiro momento, ausente. Algo similar acontece quanto as questões referentes a gênero diante das pautas contra o racismo nos movimentos negros.

“A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros” (CARNEIRO, 2003, p.120).

Segundo Lelia Gonzalez (2020) o Movimento Negro Unificado foi responsável por atividades que contribuíram para o crescimento da consciência democrática, antirracista e anticolonialista no Brasil pois “desempenhou um papel de extrema relevância na luta antirracista em nosso país, sensibilizando inclusive os setores não negros e buscando mobilizar as diferentes áreas da comunidade afro-brasileira para a discussão do racismo e suas práticas.” (GONZALEZ, 2020, p.101)

Os primeiros grupos organizados de mulheres negras surgiram dentro do movimento negro, lá elas encontraram o espaço necessário para debates e ampliação de um conhecimento político no que se refere as articulações do racismo com a exploração de classe, enquanto o movimento feminista (enraizado na classe média branca) geralmente “se esquece” da questão racial e esse “ato falho” tem raízes histórico-culturais profundas, afirma Lelia Gonzalez (2020).

Surgiram grupos de mulheres negras como o Aqualtune⁴, em 1979, o Coletivo de Mulheres Negras chamado Nzinga⁵, em 1983, o Geledés⁶ em 1988, entre outros. Contudo, como afirma Lelia Gonzalez, a luta foi cheia de desafios dentro dos movimentos.

“Todas nós, sem jamais termos nos distanciado do movimento negro, continuamos nosso trabalho de militantes no interior das organizações mistas a que pertencíamos [...] sem, no entanto, desistir da discussão de nossas questões específicas junto aos nossos companheiros que, muitas vezes, tentavam nos excluir do nível das decisões, delegando-nos tarefas mais ‘femininas’. Desnecessário dizer que o movimento negro não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir certas práticas originárias da ideologia

⁴ Aqualtune foi uma princesa africana, filha do rei do Congo. No final do século XVI, sua nação foi invadida por um grupo de mercenários e seu povo foi derrotado. Enviada ao Brasil, foi vendida como escrava reprodutora até fugir para o Quilombo do Palmares. Tornou-se líder quilombola e avó de Zumbi dos Palmares até desaparecer dos registros históricos quando sua cidadela foi atacada, e não se sabe quando exatamente ela morreu. Aqualtune simbolizou liderança e luta dentro do sistema escravocrata e passou isso adiante através de seus herdeiros e de seu comando no quilombo. (GARCIA, 2019)

⁵ Nzinga Mbandi foi rainha do Ndongo e do Matamba e é considerada símbolo da resistência ao colonialismo português. Durante quatro décadas, representou a resistência do Ndongo e permitiu atenuar os projetos portugueses na região, por meio de táticas de guerrilha e espionagem, dirigindo operações militares, mas também por meio da diplomacia, uma vez que era exímia negociadora. Fez alianças com o rei do Congo e com holandeses a fim de defender o seu reino das ameaças portuguesas até sua morte em 1663. (MARQUES, 2019)

⁶ Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira. (Portal Geledés)

de dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo, como já dissemos. Todavia, como nós, mulheres e homens negros, nos conhecemos muito bem, nossas relações apesar de todos os ‘pegas’, desenvolvem-se num plano mais igualitário cujas raízes, como dissemos acima, provém de um mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum.” (GONZALEZ, 2020, p.104)

Lelia Gonzalez, assim como outras mulheres negras, teve participação ativa na criação e desenvolvimento do MNU (Movimento Negro Unificado). As mulheres debatiam temas relativos a gênero e raça e questionavam acerca do branqueamento do homem negro, principalmente o realizado por meio do casamento com mulheres brancas, a natalidade, o trabalho doméstico, entre outros (GONZALES E HASENBALG, 1982). A intelectual negra, ao questionar as ausências de pautas de gênero passou também a problematizar as violências patriarcais dentro do movimento, trazendo para o destaque demandas específicas para as mulheres negras dentro da militância do MNU. “Foi a partir da convivência com essas irmãs, já no Movimento Negro Unificado, que passei a me preocupar e trabalhar com a nossa própria especificidade” (GONZALES E HASENBALG, 1982, p.36).

Por meio das intelectuais negras, pensadoras e militantes, trabalhar sobre a mulher negra considerando suas características específicas se fez visível e necessário, ou seja, é preciso trabalhar com suas intersecções, como? Primeiro, resgatemos o termo interseccionalidade cunhado por Kimberlé Crenshaw.

1.2.A interseccionalidade

Dependendo de como é utilizado e qual o objetivo em utilizá-lo, o termo interseccionalidade pode ser um conceito, um método heurístico ou uma teoria, tendo como ponto comum e principal a forma como raça, gênero e classe social são determinantes na vida das mulheres negras e em que nível influenciam em suas relações, seja em âmbito profissional ou pessoal.

Segundo Cristiano Rodrigues (2013) a interseccionalidade não teve, no Brasil, uma incorporação dentro do movimento feminista de uma forma tão ativa quanto em outros lugares como nos Estados Unidos, por exemplo. Isso se dá por três motivos: o primeiro porque o ressurgimento dos movimentos feministas na década de 70 reúne pautas quase que exclusivamente voltadas a luta pela igualdade diante dos homens tratando a mulher – no singular – como uma identidade biológica comum e como pauta própria do feminismo tradicional.

É contra essa ação, entre outras, que insurgem as mulheres negras dentro do movimento feminista ao acentuarem a multiplicidade de identidades femininas e suas especificidades, reiterando nesse contexto que mulheres brancas, subordinadas socialmente aos homens, também podem oprimir mulheres negras de classe social considerada inferior.

O segundo se refere à parcialidade quanto a utilização de fundamentos teóricos desenvolvidos em outras latitudes, pois, para as feministas (brancas) brasileiras era papel unicamente das mulheres negras a luta contra o racismo e sexismo, como se apenas elas fossem afetadas pelas relações raciais. E, por último, um fator determinante foi a baixa presença de mulheres negras na academia brasileira, seja na posição de docentes/pesquisadoras ou estudantes de pós-graduação, que pudessem desenvolver as perspectivas interseccionais, ausências essas justificadas por Cristiano Rodrigues (2013) como questões ligadas aos constrangimentos de classe, raça e gênero e a tradição acadêmica patriarcal.

O termo interseccionalidade será criado então por Kimberlé Crenshaw como resposta a análises de pautas feministas e antirracistas diante de uma situação, que segundo a autora, homogeniza a experiência da mulher negra diante das opressões em que é submetida. Kimberlé Crenshaw (1989) vai chamar atenção para a questão do sexismo e racismo considerando que existem de um lado “a experiência da mulher” e de outro a “experiência negra”. Isso quer dizer que, uma mulher negra sofre a opressão de gênero por ter a “experiência da mulher” e também a opressão de raça por ter a “experiência negra”, ou seja, seria uma espécie de soma entre racismo e sexismo e essa dupla violência deve ser convertida em demandas políticas concretas.

“Assim, para que os discursos da teoria feminista e da política antirracista abranjam as experiências e interesses de mulheres negras, a estrutura completa que tem sido usada como base para traduzir "a experiência feminina" ou "a experiência negra" em demandas de políticas concretas necessita ser repensada e reformulada.” (CRENSHAW, 1989, p.140, tradução nossa)

Essa junção em um só termo de raça e gênero foi feita efetivamente por Kimberlé Crenshaw após a análise da advogada diante de um caso ocorrido em 1976, onde Emma DeGraffenreid e outras mulheres negras entraram com um processo contra a empresa General Motors pelo crime de discriminação. A base da reclamação era a forma segregatória como a empresa tratava sua força de trabalho fazendo um uso seletivo de raça e gênero, pois, contratavam negros – homens – para os trabalhos braçais e mulheres – brancas – para cargos de secretárias ou recepcionistas. Em resumo, mulheres negras não poderiam ser contratadas para os serviços dados aos negros por não serem homens e para os serviços dados as mulheres por não serem brancas, demonstrando a dupla discriminação na prática.

Infelizmente para essas mulheres negras, incluindo Emma DeGraffenreid, o tribunal indeferiu suas reivindicações, ao interpretar que elas não poderiam juntar raça e gênero em uma mesma queixa, não permitindo que entrassem com as duas petições juntas por acreditar que ao fazê-lo estaria dando a elas um tratamento preferencial. Na concepção do juiz do caso, elas teriam a vantagem de uma dupla oportunidade diante dos homens afro-americanos e mulheres brancas, que teriam apenas uma, não reconhecendo que as experiências das mulheres negras não eram as mesmas que desses dois outros grupos.

A forma com que esse caso foi conduzido causou incômodo a Kimberlé Crenshaw (2016) que o considerou uma “injustiça organizada” e tratou de “dar um nome” ao problema para que este fosse enxergado e resolvido. A militante negra passou a tratar o caso como um problema de enquadramento, onde, através de uma simples analogia de intersecção, explica o duplo atropelamento sofrido por essas mulheres negras. Como se elas estivessem em um cruzamento – ou intersecção – sendo as ruas o modo como a força de trabalho foi estruturada por raça e gênero e o tráfego nessas ruas seriam as políticas de contratação. A lei seria a ambulância que presta o socorro, contudo, ela só o faz, se ficar claro em que rua houve o atropelamento, se na “rua de raça” ou na “rua de gênero”, mas não no local onde se cruzam, ou seja, na interseccionalidade delas (CRENSHAW, 2016).

Diferente do que defende Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene, autora da obra *O que interseccionalidade?* apresenta o termo como método. A autora negra vai defender uma postura combativa diante de métodos que, segundo ela, são guiados por uma perspectiva ocidental, o que limita ou apaga outras formas de conhecimento e vai estabelecer a importância da interseccionalidade estar conectada a ação e não a um conceito – que algumas vezes vem sendo utilizado de forma banal.

Carla Akotirene, em sua obra, reitera a fala de Kimberlé Crenshaw ao determinar que o conceito de interseccionalidade é uma “sensibilidade analítica” que diz respeito a interposição de gênero e raça.

“De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é, simultaneamente, a maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder, não sendo exclusiva para mulheres negras, mesmo porque as mulheres não-negras devem pensar de um modo articulado suas experiências identitárias [...]”⁷ (AKOTIRENE, 2019, p.118)

É importante salientar que a interseccionalidade não é uma questão apenas identitária. A ação demandada pelo termo não tem seu foco em como as pessoas se sentem e sim em como

⁷ Informação dada em forma de nota (2ª, p.118) no livro *Interseccionalidade* da Carla Akotirene.

essas características são percebidas pela sociedade em que fazem parte trazendo a margem do questionamento de quais desses marcadores são capazes de se tornar fatores de vulnerabilidade para essas pessoas.

“A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma de suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas.” (AKOTIRENE, 2019, p.43-44)

A partir dessa análise, dois fatores chamam atenção na obra da Carla Akotirene, a interseccionalidade como conceito, tendo seu ponto central a situação da mulher negra – destacando a questão da raça associada ao gênero e a forma como juntos a afetam – e como método, capaz de fazer o problema ser enxergado e a ação executada. A autora acredita que a interseccionalidade é indissociável de seu caráter metodológico.

“[...] A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo, e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.” (AKOTIRENE, 2019, p.19)

Compreender a interseccionalidade como método é entender os contatos entre sistemas de opressão em que ela se enquadra e utilizá-la como instrumento de combate. É necessário enxergá-la como um método alternativo, que busca confrontar outros métodos que procuram impor controle a favor da cultura ocidental e com silenciamento de concepções a esta opostas, afinal “[...] O maior recurso colonial da euro civilização consiste em priorizar o corpo, ignorar ferimentos que tendem a complexificar rapidamente, enquanto diagnosticam, às pressas, o problema ‘negro’, das ‘lésbicas’, de ‘gênero’, dos ‘latino-americanos’.” (AKOTIRENE, 2019, p.25).

Na obra *Intersectionality* das autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), elas demonstram que é possível fazer com que a interseccionalidade dialogue com diversos tópicos, como por exemplo os direitos humanos, ativismo, feminismo negro, identidade política, imigração, educação, neoliberalismo. Segundo as autoras, o termo abordado se tornou, no final do século XX, peça chave nas discussões acadêmicas e de movimentos sociais na luta por igualdade de direitos.

A interseccionalidade trabalhada por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge vem apresentando o termo como um questionamento e prática críticos. Segundo Collins⁸, o foco apresentado pelas autoras é na união de ideias e ações, não tratando o termo como meras ideias acadêmicas, afinal, enxergam a interseccionalidade como sendo uma série de ideias fundamentais para a sobrevivência cotidiana das pessoas em suas vidas mas ao mesmo tempo como um questionamento crítico e prática que moldam ações que visam produzir mudanças sociais e justiça social. Em sua obra, a interseccionalidade é definida como “[...] ferramenta analítica que dá às pessoas um melhor acesso à complexidade do mundo e de si mesmas.” (COLLINS e BILGE, 2020, p.2).

Sirma Bilge⁹ afirma que a colaboração ao trabalhar a interseccionalidade não se dá porque as duas vivem opressões idênticas e sim porque atravessam as diferenças fazendo delas uma força colaborativa. Ambas defendem o caráter transformador da interseccionalidade, que deve haver uma inclinação ativista ao utilizar o termo. “Os eventos e condições da vida social e política do indivíduo raramente podem ser entendidos como moldados por um fator. Eles são geralmente moldados por muitos fatores de maneiras diversas e que se influenciam mutuamente.” (COLLINS e BILGE, 2020, p.2).

Na obra, faz-se a conexão entre interseccionalidade e pensamento feminismo negro onde se busca demonstrar que os sistemas de poder moldam uns aos outros, impossibilitando que apenas um dos marcadores é capaz de explicar a experiência real de uma pessoa. Afinal, como afirma Patricia Hill Collins, existem intersecções em tudo, ora raça e gênero são mais visíveis, ora classe e sexualidade são mais visíveis, outros elementos estão ali ao mesmo tempo, só que de forma desigual.

Nota-se uma preocupação do termo não ficar limitado apenas ao meio acadêmico, acredita-se que por isso haja uma reafirmação tão forte diante da ação político-social do termo interseccionalidade. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge reconhecem a importância o termo ter sido nominado e compreendem que a incorporação no meio acadêmico se tornou possível pelas contribuições de Kimberlé Crenshaw, contudo, é importante salientar que o termo foi se desenvolvendo através de um processo anterior envolvendo as interconexões já existentes e discutidas entre o feminismo negro estadunidense e o brasileiro, além das contribuições do movimento negro.

⁸ Informações retiradas do Ciclo de palestras "Por um feminismo para os 99%" onde Patricia Hill Collins e Sirma Bilge debateram sobre interseccionalidade no canal TV Boitempo.

⁹ Informações retiradas do Ciclo de palestras "Por um feminismo para os 99%" onde Patricia Hill Collins e Sirma Bilge debateram sobre interseccionalidade no canal TV Boitempo.

Compreender a complexidade do termo interseccionalidade nos permite enxergar a inquietação quanto a sua difusão e seu uso em pautas que são contrárias as lutas sociais. As autoras fazem um questionamento: “É a interseccionalidade vítima do seu próprio sucesso?” (COLLINS e BILGE, 2020 p.198). A popularização do termo pode ser responsável por uma possível banalização do seu caráter crítico, portanto, as autoras alertam sobre as limitações de uma interseccionalidade despolitizada e reafirmam que a “interseccionalidade não é apenas um método para se fazer pesquisa, mas é também uma ferramenta para empoderar as pessoas.” (COLLINS e BILGE, 2020, p.37). Para Patricia Hill Collins (2021), o trabalho interseccional é inerentemente colaborativo. É dialógico, envolve conversas que atravessam diferenças de poder. É um trabalho político, que almeja a justiça social.

Buscou-se nessa pesquisa, como defenderam Patricia Hill Collins, Sirma Bilge e Carla Akotirene, o desenvolvimento dessa interseccionalidade investigadora e de prática crítica, utilizando-a como ferramenta metodológica que permite analisar as narrativas das interlocutoras que são negras e que atuam como professoras em universidades públicas – Universidade do Estado do Amazonas e Universidade Federal do Amazonas –, através de uma visão política e social de como elas são tratadas diante da função que atuam, do curso que fazem parte e dos enfrentamentos diante não só de seus principais marcadores sociais – raça e gênero – mas das influências trazidas por suas experiências acadêmicas e pessoais.

CAPÍTULO 2 – O mito da democracia racial e a questão identitária

“Devemos compreender ‘democracia racial’ como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.”
(Abdias Nascimento¹⁰)

Estabelecer uma identidade nacional em um país que sofre com os moldes colonialistas é um processo longo, afinal, a formação da estrutura identitária de um povo miscigenado é, no mínimo, complexa. A partir do século XIX esse processo ganhou destaque, a busca pela construção nacional fez surgir teorias sobre as relações sociais do país. Contudo, a força da

¹⁰ Trecho retirado da obra *O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado* de Abdias do Nascimento.

escravização somada a uma abolição problemática pela não inserção da população negra na sociedade deixou marcas na mentalidade da sociedade brasileira.

Os moldes escravocratas geraram na sociedade e na cultura do povo brasileiro uma estrutura racista de negação da raça e da identidade da população negra. Essa marginalização da cultura negra diante da branca nos remete aos processos colonizadores criticados por autores pós-colonialistas, onde questionam o papel do colono e do subalterno diante de uma relação colonial. Essas relações deixaram marcas através do tempo nos países a que vivenciaram e que podem ser cicatrizadas, quem sabe, através do conhecimento e discussão da história.

Nesse capítulo, pretendeu-se fazer conexões entre questões negras ligadas ao mito da democracia racial e o processo de embranquecimento no Brasil, o racismo e as questões de identidade negra no país, o pós-colonialismo em diferentes contextos envolvendo a relação colonial e a utilização do letramento racial como uma ferramenta de conhecimento para a luta de combate de ideias racistas.

2.1. A tal da democracia racial e o embranquecimento

A raça no Brasil é determinante nas relações sociais? Joaze Bernardino (2002) afirma que imaginar e advogar a singularidade afrodisíaca brasileira significaria dizer que a raça não é determinante na oportunidade que qualquer pessoa tenha no Brasil, ou seja, “ainda é fortemente difundida no Brasil a crença de que a cultura brasileira antecipa a possibilidade de um mundo sem raças” (BERNARDINO, 2002, p.249).

Pretende-se desenvolver aqui uma relação entre o mito da democracia racial, as consequências do pós-abolicionismo sem uma política de inserção da população negra na sociedade e o processo de embranquecimento através da migração europeia. Em outras palavras, busca-se abordar como a falta de políticas públicas do fim da escravidão somadas a crença na harmonia entre raças e em uma superioridade branca foram prejudiciais a população negra.

A teoria da democracia racial vai tentar defender a ideia de que há harmonia nas relações raciais no Brasil. Essa visão vai se apoiar na universalização da ascensão social do mulato por meio de um processo de negação de sua origem negra, ou seja, seu status social vai depender do seu nível de embranquecimento. Se por um lado, ao mascarar a opressão das relações escravistas Freyre (2006) colabora na construção de um país que se nega a admitir o preconceito racial, por outro, ao estabelecer a cor como definidor de ascensão social, ajuda na marginalização da identidade negra.

Gilberto Freyre (2006) defende a ideia de uma relação harmônica entre senhores e escravizados, ou seja, uma democracia racial onde cada um sabe sua função e a cumpre de forma satisfatória para ambas as partes. Por mais que o autor não tenha citado o termo de forma direta ou tenha sido responsável por sua criação, ele foi o difusor desta ideia que vai estar presente durante décadas, a de que o Brasil não é um país racista.

“O mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de *Casa-grande & senzala*, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico (...). Tal mito tem o seu nascimento quando estabelece uma ordem, pelo menos do ponto de vista do direito, livre e minimamente igualitária.” (BERNARDINO, 2002, p.251).

Não é só com Gilberto Freyre que o mito do paraíso racial brasileiro foi construído. De acordo com Célia Maria de Azevedo (1996) essa suposta benevolência quanto a raça se deu início com escritos de abolicionistas dos Estados Unidos e do Brasil, onde analisando experiências distintas dos dois lados do Atlântico se foi gradativamente definindo um Brasil livre da violência racial. Dessa forma, havia uma espécie de orgulho das relações sociais brasileiras, afinal, a escravidão no país não era considerada uma atrocidade, imposição e aniquilação perversa de cultura e costumes do povo negro e sim, segundo as visões externas, uma forma de “fusão de raças” dentro da sociedade.

“Com base nas fontes abolicionistas internacionais que atestavam o caráter harmonioso das relações raciais brasileiras, os abolicionistas brasileiros se sentiram cada vez mais à vontade para afirmar, como o fez Joaquim Nabuco, que a escravidão no Brasil era 'urna fusão de raças', enquanto nos Estados Unidos era "a guerra entre elas". Nabuco pretendia, com isso, persuadir os senhores de que os conflitos sociais resultantes do regime de trabalho escravo poderiam ser rapidamente solucionados após a abolição da escravidão, uma vez que, a seu ver, a animosidade racial nunca se desenvolvera entre senhores e escravos no Brasil.” (AZEVEDO, 1996, p. 157)

Acreditava-se que o abolicionismo – mesmo havendo resistência entre os senhores por questões econômicas – seria capaz de fazer com que a mudança político social no Brasil se desse de forma tranquila, afinal, a questão racial aqui era democrática. Essa discricção da transição abolicionista seria vantajosa para os grupos de elite que na condição de opressores não precisariam se responsabilizar por um povo que, segundo eles, já não sofria com a relação racial.

Dessa forma, as “(...) obras como *Casa Grande & Senzala*, produzidas por um filho da República Velha, indicam os esforços de compreensão da realidade brasileira realizados por uma elite aristocratizante que já vinha perdendo poder” (MOTA, 1980, p.58) vão buscar se eximir de qualquer obrigação e invisibilizar qualquer tipo de racismo, que ao ser comparado com processos mais claros e violentos como nos Estados Unidos e África do Sul, vai-se crer inexistente.

Considera-se que da forma como se deu no contexto histórico-social brasileiro a herança da escravidão será, em parte¹¹, o racismo. É preciso que se entenda que negar a presença do racismo que foi construído durante o período de escravidão no Brasil é não reconhecer a necessidade de ações afirmativas no processo pós-abolicionista, afinal, se o racismo não existe, não é um problema e se não é um problema, não se deve procurar uma resolução, eximindo a sociedade de qualquer responsabilidade.

Segundo Florestan Fernandes (1978) o mito da democracia racial vai contribuir através da omissão e não da ação do homem branco para que mesmo libertos, não haja uma mudança social onde o negro estivesse realmente livre, ou seja, “em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o ‘homem de cor’ aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição subhumana de existência e a uma disfarçada servidão eterna” (FERNANDES, 1978, p.309).

A autora estadunidense Toni Morrison em *A origem dos outros – Seis ensaios sobre racismo e literatura* tece críticas a uma tentativa do homem branco a uma romantização da escravidão ao buscar torná-la aceitável, preferível, valorizando, a humanizando e as diversas literaturas que difundem para os seus leitores sobre um instinto de servidão que o negro escravizado tenha (MORRISON, 2019, p.32). Acredita-se que abrandar a problemática do racismo através de ideias românticas de harmonia entre raças seja uma das táticas capazes de evidenciar o poder do homem branco e relativizar a opressão da população negra¹².

É necessário compreender que depois da Lei nº 3.353 de 1888 conhecida como “Lei Aurea” – lei que extinguiu a escravidão em todo o território do Brasil – não houve uma mudança de mentalidade social, em geral, branca. Afinal, “as políticas públicas pleiteadas por parte dos abolicionistas foram sufocadas pela elite brasileira representada pela oligarquia.” (PAULINO E OLIVEIRA, 2020, p.95)

A sociedade brasileira permaneceu presa a uma estrutura europeia da superioridade racial onde manter uma imagem de falsa harmonia impedia uma intervenção político-social do Estado na integração do negro na sociedade. Florestan Fernandes (1960) faz crítica a essa democracia das raças ao deixar claro que não há efetividade enquanto raças consideradas diferentes apenas coexistirem nas mesmas posições de opressão.

“Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível

¹¹ “Em parte” porque como afirma o filósofo Silvio Almeida (autor do livro “Racismo Estrutural”) em uma de suas entrevistas, o racismo foi reconfigurado dentro da nova institucionalidade brasileira do período pós-abolicionista, portanto, não pode ser tratado apenas como um resquício da escravidão.

¹² Utiliza-se aqui uma fala de uma autora estadunidense que pode ser comparada a realidade de opressão brasileira mesmo entendendo que uma comparação do racismo entre os Estados Unidos e o Brasil seria algo bem mais complexo.

‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um no seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática.” (FERNANDES, 1960, p. XIV).

Nesse contexto é possível afirmar que a população negra, desde antes da abolição, apenas coexistiu com o homem branco hegemônico e a legislação brasileira dos séculos XIX e XX confirma esse quadro de desigualdade racial garantindo uma não inserção do negro na sociedade.

A professora e pesquisadora Maíra Zapater (2016) argumenta que os textos legislativos são ricas fontes de análise de como funcionam regimes políticos, cenários sociais e culturais e que, em dado momento, esses textos deixam suas marcas no conjunto de normas que são responsáveis pela organização de uma sociedade. Afirma ainda que o “dever-ser” validado pela lei revela bastante sobre o pensamento de uma época e como os responsáveis pela produção normativa, os que detém o poder, entendem o mundo.

Leis como Lei de Proibição da Capoeira (1890) e a Lei da Vadiagem (1941) são exemplos de que as regras e punições poderiam ter uma classe social específica como alvo. A lei de Proibição da Capoeira, segundo o artigo 402 do Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, determina

“Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal:

Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Parapho unico. E' considerado circumstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.
Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.” (BRASIL, 1890)

A vadiagem é uma contravenção prevista no artigo 59 do decreto-lei 3.688 de 1941. A lei classifica como vadiagem

“Entregar-se alguem habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita.

Pena – prisão simples, de quinze dias a três mezes.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.” (BRASIL, 1941)

Para Silvia Paulino e Rosane Oliveira (2020) a lei da Vadiagem "nesse contexto, a República Velha¹³ (1889-1930) utilizou-se da tipificação penal da vadiagem como forma de promover uma 'higienização urbana' através do controle dos egressos da escravidão, impondo um novo estigma à população recém-liberta" (PAULINO E OLIVEIRA, 2020, p. 98).

A verdade é que no contexto da escravidão e pós-abolição, sabe-se que essas leis atingiam os negros libertos e que essas ações somadas a inércia da população diante delas foi danoso para a população negra em geral. O juiz Átila Roesler (2016) em seu artigo *Sobre a vadiagem e o preconceito nosso de cada dia* afirma que

"(...) a criminalização de condutas como vadiagem, mendicância, embriaguez e da prática da capoeira visava perseguir as camadas mais pobres e despossuídas da população brasileira, numa prática odiosa de higienização social. A sociedade brasileira "da moral e dos bons costumes" nunca se preocupou com a injustiça social de um país sem educação, sem cultura, sem trabalho, sem moradia, sem condições de igualdade socioeconômica, sem dignidade humana, sem nada. Por essas terras tupiniquins, sempre foi mais fácil criminalizar determinados comportamentos que iam de encontro ao senso comum das 'pessoas de bem' do que tratar de resolver nossas chagas sociais." (JUSBRASIL, 2016)

A não integração da população negra dentre outros fatores econômico-sociais foi gradativamente empurrando negros e negras para longe do centro político, econômico e social do país. No fim do século XIX, evidenciou-se o embranquecimento que o país estava passando pela chegada de milhares de migrantes europeus no país com a promessa e esperança de melhoria de vida, sendo levados a enxergar no Brasil um país cheio de possibilidades.

Através da migração de estrangeiros europeus ficou claro que o processo de desenvolvimento e modernização brasileiro estava associado a marginalização da população negra recém libertada e ao projeto de branqueamento do povo brasileiro. Entre os anos de 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus cruzaram o Atlântico rumo a São Paulo em busca de terras e prosperidade, com a maioria (63,6%) das passagens pagas pelo governo do Estado (ANDREWS, 1998, p. 98).

Se de um lado se buscava a mistura das raças em nome de uma dita modernização – através também de um embranquecimento –, de outro, eram criadas leis – algumas citadas anteriormente – para a opressão e exclusão da população negra do âmbito social. Aos europeus havia oportunidades de emprego e terra, aos recém libertos cabia a marginalização.

Entende-se como resultado da mistura de raças como uma tentativa de branqueamento e uma anulação por parte da população da identidade negra em prol da branca. Os moldes europeus se tornaram referência do que é melhor, do que é belo e do que é superior. Essa

¹³ Período como também é chamado a República Oligárquica no Brasil.

abordagem vai trazer grandes problemas identitários não só para os negros, mas também para os não-brancos.

Se o branco se tornou o padrão de sujeito privilegiado, é justificável uma busca por vantagens através do branqueamento, tudo que fizer o negro estar mais perto do branco, passa a ser tido como elevado. Segundo Maria Luíz Carneiro (1995)

“Uma das opções encontradas pelos negros para ascender na escala social e melhorar sua condição de vida foi o branqueamento. Ao miscigenar-se com o branco, conseguiu clarear a pele; ao alisar os cabelos, aproximou-se do ideal de beleza branca (...) Por trás dessas atitudes identificamos uma única razão: a tentativa de o negro ser tratado como ser humano, com dignidade.” (CARNEIRO, 1995, p.17)

Contudo a realidade é que a tentativa não passa disso, o não-branco podia até se disfarçar mas não deixava de ser visto como um impostor.

“O negro e o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O ‘mundo da senzala’ sempre esteve muito distante do ‘mundo da casagrande’. Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza e de moral.” (CARNEIRO, 1995, p. 15).

Interpreta-se um papel cuja aparência deve ser o mais próxima possível do aspecto branco. Misturam-se as cores, muda-se o cabelo, prende-se o nariz buscando deixá-lo mais fino, mudam-se os termos e se autodeclaram morenos ou pardos. Há nessas ações uma constante busca em, como afirma Florestan Fernandes (1978), tornar-se gente.

Segundo Ângela Fátima Soligo (2001), o embranquecimento faz a identidade negra ser fragmentada na medida em que causa uma dicotomia entre assumir sua própria identidade e seus próprios valores, mas se distanciando do modelo entendido como ideal pela sociedade ou buscar fazer parte desse modelo ideal, porém, à custa da dissolução da sua identidade. Ou seja, há uma tentativa – consciente ou não – de se encaixar em um padrão para ser aceito na sociedade. Contudo, para se acompanhar o padrão identitário e valoroso deve haver um abandono de sua própria identidade e valor.

Maria Luiza Carneiro (1995) afirma que durante séculos consecutivos, negros, indígenas, judeus e ciganos em maior ou menor grau foram discriminados pela referência da cartilha europeia, o homem branco cristão, e que foram criadas justificativas para tratar os grupos de não-brancos com inferioridade, seja de raça, cultura ou condição social.

Neusa Santos Souza (1990) afirma em sua obra *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* que “o tripé formado pelo contínuo de cor¹⁴, ideologia do embranquecimento e democracia racial – sustentáculo da estrutura das relações raciais no Brasil – produzem as condições de possibilidade de ascensão do negro” (SOUZA, 1990, p. 22). Ou seja, segundo a autora, estabelece-se uma frente de determinações que o negro vai precisar superar para alcançar ascensão na sociedade.

2.2. Brasil: o país onde existe racismo, mas ninguém é racista

Beatriz Roscoe, em uma pesquisa realizada na PoderData¹⁵ em novembro de 2021, demonstra que 79% dos brasileiros admitem existir racismo no Brasil, no entanto, apenas 39% admitem ter preconceito com pessoas negras. No Brasil, o brasileiro não evita, mas tem vergonha de ter preconceito, “por isso surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 1972, p.42), ou seja, a ideia de que as manifestações de preconceito racial são realizadas por uma minoria ou são casos excepcionais fazem com que sejam facilmente ignoradas, fortalecendo a prática de um “racismo à brasileira” onde se admite que existe o racismo mas não se aceita como racista.

Com os processos de embranquecimento atrelados a negação do preconceito, o racismo vai se estruturando gradativamente. Segundo o professor e antropólogo Kabengele Munanga (2003) o racismo é a crença de que existem raças que são naturalmente superiores dentro de uma sociedade hierarquizada. De acordo com o intelectual

“(…) com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.”¹⁶ (3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 2003)

Segundo Antônio Alfredo Guimarães (2004), o racismo é um sistema que envolve desigualdades de oportunidades.

¹⁴ Segundo Neusa Santos Souza (1990), o contínuo de cor representava os extremos de uma linha ininterrupta onde os diferentes tons de cor registravam significados diversos, pautado no critério de que quanto mais branco, maiores as possibilidades de êxito e aceitação.

¹⁵ O PoderData é uma subsidiária do Grupo de Comunicação Poder360. É uma empresa de pesquisas de opinião que produz estudos de conteúdo jornalístico que são publicados pelo Poder360.

¹⁶ Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB-RJ, 05/11/03.

“(...) chama-se ainda de racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente através de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia, etc.” (GUIMARÃES, 2004, p.18)

O branco se torna o padrão e o que se distancia da branquitude é atropelado pelo racismo. O homem branco, hegemônico, além de criar uma dicotomia racial na sociedade onde ele é superior, passa a articular sua supremacia utilizando como ferramenta a questão biológica. De acordo com Kabengele Munanga (2003) não são só os traços físicos que definem o racismo para o racista, contudo, o racista considera que as características intelectuais e morais são causadas pelas características biológicas.

“O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.”¹⁷ (3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 2003)

A questão biológica foi uma ferramenta assertiva em prol do fortalecimento de uma hierarquia racial com o branco no topo, afinal como afirma o biólogo norte americano Stephen Jay Gould (1999) o argumento científico foi uma arma de primeira linha por mais de um século pois anulou qualquer possibilidade de grupos considerados inferiores terem a chance de fazer parte desse grupo mais favorecido.

“O preconceito racial pode ser tão antigo quanto o registro da história humana, mas a sua justificação biológica impôs o fardo adicional da inferioridade intrínseca aos grupos menos favorecidos e descartou a sua possibilidade de se redimir através da conversão ou da assimilação. O argumento científico foi uma arma de ataque de primeira linha por mais de um século.” (GOULD, 1999, p.18)

Com um preconceito racial estruturado, seja de forma social, seja de forma biológica, um padrão foi estabelecido, o do branco, e a identidade nacional foi se desenvolvendo às custas da anulação dos não brancos. Tendo sua cor, traços físicos, religião, cultura e hábitos menosprezados não houve liberdade ao negro de reconhecimento e afirmação de si, o que vai deixar um legado de desprezo, negação e inseguranças quanto a sua própria identidade. Como afirma Nilma Lino Gomes (2001)

“a dificuldade existente entre a maioria da população brasileira quanto à identificação racial e fruto da construção histórica da negação, do desprezo e do medo do diferente, sobretudo quando este se relaciona diretamente à herança ancestral africana. Esse apelo à homogeneização ainda é muito forte no Brasil, apesar da apologia da miscigenação racial. Mesmo que a mídia e a própria escola utilizem a miscigenação

¹⁷ Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB-RJ, 05/11/03.

com um forte argumento no seu discurso sobre as relações raciais, a ideia de um país racial e culturalmente miscigenado ainda é, para as elites brasileiras e para uma grande parcela da população, motivo de medo ou do desprezo.” (GOMES, 2001, p.88-89).

Portanto, em um quadro onde diversos racismos foram determinados na sociedade brasileira, ser – e se autodeclarar – negro vai ser tornar um ato de resistência diante de uma sociedade branca que pratica um racismo mascarado ao temer e desprezar uma miscigenação de fato, como afirma a autora.

Lelia Gonzalez também vai dizer em um depoimento publicado em 1988 que “a gente não nasce negro, a gente se torna negro”, afinal é uma conquista dolorosa. Enxergar-se enquanto pessoa negra é carregar consigo uma luta que se estende há centenas de anos e que permanece em movimento, reconhecer-se enquanto negro é saber que deve lutar contra uma sociedade violentamente racista. Gonzalez afirma que

“é uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, para mim, uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo. As outras são mulatas, marrons, pardos etc.” (GONZALEZ apud BARRETO, 2019)

Uma pessoa negra que está inserida em um espaço de dominação branca, sente a opressão que é ter sua vida determinada pelo modelo branco, cis, hétero, de classe social privilegiada de referência. O reconhecimento de sua cultura, vestimenta, cabelo, ou seja, de uma identidade fora dos padrões impostos por esse modelo não costuma ser um processo rápido ou fácil.

Neusa Santos Souza (1990), defende que a descoberta do ser negra é um processo de descortinamento de muitos véus e que mesmo ao compreender que a identidade que é carregada é de uma experiência de massacres, injustiças, confusões quanto as suas concepções e alienações advindas do processo de alienação é também um aprendizado de comprometimento e de resgate.

“[...] A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal, depois do trabalho de se descortinar muitos véus). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.” (SOUZA, 1990, p.17)

Ou seja, reconhecimento da negritude se torna essencial no processo de construção identitária, tornar-se negra vai além da cor ou características físicas, é afirmar o que se é e o que representa ser. Ao assumir sua cultura e seus hábitos, a pessoa negra se posiciona. Assumindo sua identidade há o combate, seja direto ou indireto – ao racismo. Ou seja, a ação

de se identificar, a ação de se tornar e a ação de ser serão essenciais no enfrentamento do racismo.

O resgate da memória também pode ser um processo doloroso. Enxergar as lutas antirracistas e os longos processos de resistência quem sabe não seja a forma mais incentivadora de afirmação de uma identidade detendo a posição de oprimido na relação racial. Afinal, como afirma Kabengele Munanga (2004), "podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação" (MUNANGA, 2004, p.22).

A verdade é que o racismo se tornou instrumento determinante na hierarquia das relações sociais. A influência do mito da democracia racial fez com que o racismo fosse mascarado por outros marcadores sociais onde a superioridade não existe pela raça e sim pela classe social. A discriminação é dissimulada diante de teorias e argumentos que buscam explicar e justificar o porquê o branco é considerado superior ao negro.

Kabengele Munanga (2010) argumenta que o que

“as pessoas querem dizer, está claro, que o preconceito racial no Brasil é provocado pela diferença de classe econômica e não pela crença na superioridade do branco e na inferioridade do negro. O que é a voz do mito de democracia racial brasileira, negando os fatos às vezes tão gritantes da discriminação racial no cotidiano do brasileiro.” (MUNANGA, 2010, p.3)

Partindo do princípio que a identidade é algo que é construído (e que pode ser desconstruído também), o problema do racismo se converterá em uma questão social e política. Portanto, a solução deve também ser executada de forma social e política. Entrando no âmbito de respostas ao problema central do racismo aqui abordado, o aspecto identitário, podemos citar possíveis meios de resoluções que podem ser de curto ou longo prazos.

É preciso entender a complexidade que é para a pessoa negra se reconhecer enquanto negro, a aprendizagem ou mesmo a busca por fazer parte de um nicho social oprimido por um senso comum que ou não quer mudanças ou não enxerga a necessidade delas é algo visto por um ângulo negativo. Stuart Hall (1996) vai definir que objetos e eventos não têm significado se nós enquanto sociedade daquele tempo e lugar, não imputarmos sentido a eles. O autor argumenta que

“a representação é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados. Essa definição carrega uma premissa: as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. Os sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão de uma cultura para outra e de uma época para outra.” (HALL, 1996, p. 61)

Ou seja, enquanto não compreender sua história enquanto pessoa negra, marginalizada por um sistema opressor e racista – dentre outros preconceitos – não se vê o sentido da representatividade nos lugares, na cultura ou na identidade. Ser negro, firmar-se e a partir dessa ação inculcar os significados culturais em seu cotidiano é necessário para um bom entendimento individual e coletivo.

O processo identitário brasileiro ganhou destaque no século XIX, contudo, no século XXI, ainda está em construção. Observa-se que para o negro, tornar-se é um processo que pode ser individual, coletivo e contínuo. É necessário um empenho social para que haja uma reparação histórica, contudo, o negacionismo ainda tão presente trata de continuar atrasando o progresso que envolve a valorização da maioria da população brasileira, a negra.

O mito da democracia racial perdura, agora sob novos moldes e teorias. Como afirmam Viviane Fernandes e Maria Cecília Souza (2016) esse mito influencia no processo de percepção dos indivíduos, sejam eles brancos ou negros, e, portanto, no modo de construção de representações sociais. O racismo é estrutura e está na cultura, na sociedade, nas instituições, no corpo, na fala e na mente da nação.

Silvio Luiz de Almeida (2019) em sua obra intitulada *Racismo Estrutural* tece argumentos acerca de como a raça, de início, considerada uma classificação dos seres humanos utilizada com base em atributos biológicos teve sua definição atrelada a aspectos étnico culturais para justificar as desigualdades existentes no âmbito da política. Ao conceituar racismo, o autor recorre a questão da discriminação racial e seus tratamentos a pessoas de grupos raciais específicos.

O preconceito racial vai se basear então, segundo o autor, em relações de poder que um grupo privilegiado detém oferecida por uma classe social que esse grupo faz parte, manifestando-se em espaços onde aspectos econômicos, políticos e institucionais ganham destaque. Portanto, o autor busca classificar os conceitos de racismo em individual, institucional e estrutural em prol de uma melhor compreensão coletiva.

O racismo individual vai ocorrer por meio da discriminação racial atribuída a determinadas pessoas, enquanto na institucional amplia-se a ideia de racismo como comportamento individual, pois acaba por conceder privilégios a determinados grupos utilizando a raça como fator de merecimento. Ou seja, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e então inseridas em relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos participantes da instituição (ALMEIDA, 2019, p.30).

No racismo institucional, esses espaços de poder geralmente são dominados por homens brancos. Para Silvio de Almeida (2019) lugares como no sistema judiciário, no legislativo, no

ministério público, na diretoria de empresas e nas reitorias de universidades quando criam formas de dificultar ou impedir que negros e mulheres possam acessar esses lugares, são exemplos de racismo institucional. Ligado ao racismo institucional, está o estrutural que determina suas regras a partir de uma ordem social estabelecida. Isso significa que o racismo estrutural é parte de um sistema social, histórico e político que colaboram entre si para criar mecanismos de discriminação de pessoas e grupos de forma sistemática.

Essa realidade nos faz refletir sobre a necessidade das práticas antirracistas na sociedade brasileira e a necessidade da identidade negra. É preciso se tornar negro e se fazer presente em todos os espaços. Viviane Fernandes e Maria Cecilia Souza (2016) chamam atenção quanto a atribuição do identitário negro e a auto atribuição. Asseguram que há um envolvimento daquela com as relações de poder de caráter essencializador diante do que é ser negro enquanto a auto atribuição se torna uma questão de posicionamento.

“Ambas as dimensões da identidade atribuída ou de auto atribuição (identidade negra) são coletivamente construídas e se transfiguram conforme o contexto social, cultural e político. No entanto, a identidade atribuída é dotada exclusivamente de um caráter essencializador, na medida em que relações de poder estão envolvidas na essencialização do que é ser negro. Diferentemente, a identidade autoatribuída (identidade negra), não se configura em “uma essência, mas um posicionamento” (HALL apud FERNANDES E SOUZA, 1996, p.70). Porém, não se pode negar que em seu percurso histórico de construção e reconstrução recorre a um certo “essencialismo estratégico” (SPIVAK apud FERNANDES E SOUZA, 2010)¹⁸, entendendo por isso uma relação com as diferenças que permita aos grupos estabelecerem referências de pertencimento e reconhecimento.” (FERNANDES E SOUZA, 2016, p.109)

O desenvolvimento do racismo e as questões identitárias individuais e coletivas dentro de uma sociedade é algo complexo e que traz a reflexão. Propõe-se, portanto, lembrar os males que ter feito parte de um país que passou por um processo de colonização deixou e observar que aspectos permaneceram no imaginário social. O colonialismo foi imposto utilizando várias violências e as marcas deixadas serão questionadas no período de pós-colonialismo.

2.3. O pós-colonialismo e a crítica aos colonizadores

O pós-colonialismo é entendido como uma perspectiva teórica e cultural que se dedica a fazer uma releitura da colonização como parte de um processo global. Ela se estrutura como uma série de estudos que têm em comum a crítica a visão eurocêntrica como modelo universal

¹⁸ SPIVAK apud FERNANDES E SOUZA. Esse termo, utilizado por Gayatri Chakravorty Spivak, se refere à prática da essencialização das identidades como estratégia de grupos subalternizados, para obtenção de direitos.

e a valorização dos saberes provenientes de países não hegemônicos – nesse contexto, de Terceiro Mundo. A definição de pós-colonialismo dada pela Revista de Administração de Empresas (2011) é que

“O pós-colonialismo é uma perspectiva conceitual que busca analisar como determinados lugares e pessoas são construídos como subalternos em relação aos que são tidos como superiores e desenvolvidos. A abordagem mostra que essa construção envolve relações históricas de poder entre o "Primeiro" e o "Terceiro Mundo" (...).” (Revista de Administração de Empresas, 2011, p.612)

Uma das principais representantes pós-coloniais é Gayatri Chakravorty Spivak. Nascida na Índia, a autora publicou a obra *Pode o subalterno falar?* em 1985. Já no título Gayatri Spivak traz o questionamento ambíguo sobre o “poder” falar que leva o leitor a refletir se este seria um poder de permissão ou de capacidade.

A língua é um aspecto central em sua obra já que em um contexto colonial o subalterno deve se fazer entender através da língua do outro, do colonizador. Para Gayatri Spivak, o “subalterno” é aquele que faz parte das “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” (SPIVAK, 2010, p.12 [1985]).

O subalterno, portanto, faz parte de um grupo não hegemônico, marginalizado que não possui voz ou representatividade. Diante disso, a autora faz uso da “violência epistêmica” (SPIVAK, 2010, p.47 [1985]). para descrever a tática utilizada pelo colonizador de neutralização do colonizado, ao invisibilizá-lo, privando este da possibilidade de ter uma representação. O colonizado é silenciado.

A autora indiana afirma que a situação de subalternidade é pior com as mulheres, posto que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, p.15 [1985]), quer dizer, se “o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p.67 [1985]).

Gayatri Spivak afirma ainda que com a mulher pobre e negra é pior, já que ela contém todas as características que a direcionam para a condição de sujeito subalterno como a pobreza, gênero e cor. Aspectos que a fazem permanecer no “lugar” definido ideologicamente pelo sujeito hegemônico. Diante dessa realidade, a escritora questiona a ideologia europeia da “imagem do imperialismo como estabelecedor de uma boa sociedade” (SPIVAK, 2010, p.98 [1985]), sociedade essa que protege a mulher quando lhe é conveniente.

Dialogando com o marxismo – quem sabe por ainda ser tempo de Guerra Fria – Gayatri Spivak também tece críticas a Deleuze e Foucault. Segundo a autora, para esses pensadores, os oprimidos, se tiverem oportunidade, poderão conhecer sua realidade e falar sobre ela. No entanto, ela os questiona, afinal, ao conhecer suas condições de subalterno, excluído da representação política, impossibilitado de enxergar sua situação sob um prisma não imperialista, poderia o subalterno falar?

“De acordo com e Foucault e Deleuze (falando a partir do Primeiro Mundo, sob a padronização e regulamentação do capital socializado, embora não pareçam reconhecer isso), os oprimidos, se tiverem a oportunidade (o problema da representação não pode ser ignorado aqui), e por meio da Solidariedade através de uma política de alianças (uma temática marxista em funcionamento neste caso), podem falar e conhecer suas condições. Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto econômico anterior, pode o subalterno falar?” (SPIVAK, 2010, p.54 [1985])

Entende-se que Foucault e Deleuze não tratam os subalternos como sujeitos, demonstrando o distanciamento no tratamento com os “outros”. Demonstrando mais um aspecto da escrita eurocêntrica, eles irão criticar dois termos da língua alemã utilizados para a representação do outro: *Darstellung*, no sentido artístico de representar algo, e *Vertretung*, que diz respeito à representação em nome de alguém, como seu representante.

Ao se referir a fala do subalterno, percebe-se a constante mediação realizada pelos intelectuais, que acreditam os “re-presentar”, então a autora afirma que estes acabam por “falar por” eles. É importante compreender que quando alguém fala pelo outro, tira a oportunidade do outro de se expor como apenas ele o faria. As experiências são únicas e a fala é um aspecto cultural de muita força e acredita-se que seja por isso ela ser o aspecto principal da obra de Spivak, que afirma:

“as teorias da ideologia de formações de sujeito, que, micrológica e, muitas vezes, erráticamente, operam os interesses que solidificam as macrologias, [...] não podem deixar de considerar os dois sentidos da categoria da representação. Devem observar como a encenação do mundo em representação – sua cena da escrita, sua *Darstellung* – dissimula a escolha e a necessidade de ‘heróis’, procuradores paternos e agentes de poder – *Vertretung*” (SPIVAK, 2010, p.42-43 [1985]).

Mesmo sem falar de forma direta, a resposta à pergunta que intitula o livro de Gayatri Spivak apresenta todo um direcionamento para o não. O subalterno não pode falar. Afinal, o subalterno é aquele que não consegue espaço no contexto globalizante, capitalista e excludente por seu status social. O subalterno é aquele que não pode falar, porque se fala já não é subalterno.

Gayatri Spivak chama a atenção para o fato de escrevermos como povos que tiveram uma construção intelectual e de consciência de sujeitos coloniais e que negar isso, é negar a própria história. Compreende-se que o projeto imperialista não deu ao marginalizado a permissão para narrar a própria história, mas já que falar é um ato de liberdade e ser ouvido é um ato de visibilidade, uma possível solução para amenizar essa violência incutida na vida e mente do subalterno é a conquista da liberdade que só haverá quando este puder falar – representar-se – em sua língua quando e como quiser.

Outro autor pós-colonial que teve como ponto central de sua obra a relação entre colonizador e colonizado foi Albert Memmi. Nascido na Tunísia, publicou sua obra *Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador* em 1957. O autor divide o livro em duas partes, uma definindo o retrato do colonizador e a segunda, o retrato do colonizado.

O filósofo argumenta que diante do retrato do colonizador, só existem duas possíveis escolhas. A primeira, do colonizador recusar a si mesmo em prol da defesa do colonizado, o que não elimina sua condição de privilégio e a segunda, que é aceitar a si mesmo e naturalmente defender seu caráter colonialista.

O colonizador que se recusa se depara com uma sociedade desigual e reconhece seu privilégio, ficando moralmente incomodado. De acordo com o autor, (...) tendo descoberto o escândalo econômico, político e moral da colonização, e não sendo capaz de esquecê-lo, não pode aceitar tornar-se o que se tornaram seus compatriotas; decide ficar, comprometendo-se a recusar a colonização. (MEMMI, 1977, p.34 [1957]). Contudo, o medo de ser considerado um traidor, colocando a colonização em perigo, faz com que essa recusa não se torne algo concreto.

O colonizador que se aceita, reconhecendo seu privilégio, encontra formas de legitimar suas ações. Aproveita-se dos benefícios obtidos pelo nascimento e de todas as vantagens que sua condição possa oferecer. “Haja o que houver, ele tudo justifica, as pessoas nos cargos e o sistema. Simulando nada ter visto da miséria e da injustiça que entram pelos olhos; empenhado apenas em conseguir seu lugar, obter sua parte.” (MEMMI, 1977, p. 52 [1957]).

Ao mesmo tempo que o autor acredita que ser colonizador de boa vontade não basta, compreende a estrutura em que o sujeito faz parte e que por mais que esteja do lado do grupo opressor, em sua individualidade, não é totalmente culpado. No entanto, mesmo assim, o filósofo afirma que um dos traços marcantes do colonizador que se aceita é a mediocridade. Pois, a maioria deles não merecem o privilégio dado pelos títulos que têm.

No retrato do colonizado, Albert Memmi questiona a imposição de uma imagem do colonizado que parte da perspectiva do colonizador. O retrato-acusação vai trazer a ideia do colonizado como um sujeito preguiçoso, sob a imposição do olhar do colonizador. Essa visão

estabelecida pelo sujeito dominante mexe com a mentalidade do dominado, que pode até chegar a aceitar – por bem ou por mal – o papel que lhe foi determinado.

“A ideologia de uma classe dirigente, sabemos disso, faz-se adotar em grande parte pelas classes dirigidas. Ora, toda ideologia de combate inclui como parte integrante dela mesma, uma concepção do adversário. Ao concordar com essa ideologia, as classes dominadas confirmam, de certa maneira, o papel que lhes foi atribuído. O que explica, entre outras coisas, a relativa estabilidade das sociedades; a opressão é, por bem ou por mal, tolerada pelos próprios oprimidos” (MEMMI, 1977, p. 83 [1957]).

Em outro ponto, o autor disserta sobre a amnésia cultural onde o colonizado tem seu presente restringido e seu futuro ignorado, inclusive por ele mesmo. A consequência é a perda da memória e de acordo com o filósofo a memória individual é fruto de sua história, a coletiva é fruto das instituições, contudo, as instituições para o colonizado, estão desacreditadas ou mortas.

Resta ao colonizado duas ações: a assimilação ou a revolta. Ou o oprimido adere as características culturais do opressor ou se afasta e volta a valorizar sua própria cultura, tradições, costumes e crenças. Ou seja, “ou o colonizado tenta tornar-se outro, ou reconquistar todas as suas dimensões, das quais foi amputado pela colonização” (MEMMI, 1977, p. 106 [1957]).

O tornar-se outro citado por Albert Memmi é a busca por assimilação do colonizado diante de um sujeito que detém e vivencia diversos privilégios, afinal, o colonizador “(...) não sofre de nenhuma de suas carências, tem todos os direitos, goza de todos os bens e se beneficia de todos os prestígios, dispõe de riquezas e de honrarias, da técnica e da autoridade” (MEMMI, 1977, p.106-107 [1957]). Contudo, essa assimilação é impossível, pois, para o colonizado ter acesso a esse privilégio, a relação colonial já instituída teria que sofrer alterações.

Ao notar a não possibilidade de assimilação, o colonizado se revolta. Nota-se que esse grupo teve sua cultura negada, apagada e silenciada. Sem chance de ascensão nessa nova realidade, portanto, “assiste-se, então, a uma inversão dos termos. Renunciando à assimilação, a libertação do colonizado deve efetuar-se pela reconquista de si mesmo e de uma dignidade autônoma” (MEMMI, 1977, p.112 [1957]), esse processo se converte em revolta e posteriormente pode se transformar em uma revolução.

Completando os autores pós-coloniais, tem-se Franz Fanon. Nascido em Martinica, o autor de *Condenados da Terra* publicou sua obra em 1961. O médico e psicólogo se empenhou em analisar os aspectos da colonização e seus efeitos sobre o homem assim como o processo histórico da descolonização. O autor aborda a questão do outro na visão do colonizado.

Franz Fanon participou da Segunda Guerra Mundial, e nas décadas de 50 e 60 se juntou ao Partido Socialista Frente de Libertação Nacional durante a Guerra de Independência argelina, o que influenciou seus escritos, afinal o contexto dessa obra é o panorama histórico-cultural da colonização na Argélia e na África. Jean-Paul Sartre, ao escrever o prefácio da obra, indica a indignação dos colonizados sobre a negligência e silenciamento ocorridos por causa da colonização presente na obra do Franz Fanon. Para o colonizador,

“A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados, procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa, é preciso embrutecê-los pela fadiga.” (FANON apud SARTRE, 1979, p. 9 [1961])

Ao comentar ainda a colonização, Jean-Paul Sartre afirma que esse processo se deu com o extermínio da cultura e da identidade do povo africano. O colonizador, diante do quadro de dominação, trata o colonizado como escória, sobrepondo suas culturas, tradições e, por vezes, sua língua. No entanto, mesmo com tantos pontos negativos, o colonizado oferece resistência para não ser silenciado por seu colonizador. Para Franz Fanon, os condenados da terra sobrevivem a intimidação das grandes potências porque já vivem imersos em uma violência. A violência da colonização trouxe profundas transformações no ser colonizado, criando homens novos.

Franz Fanon defende que mesmo o colono sendo um estrangeiro no território colonizado, seu discurso é tido como universal, tendo sua “singularidade admitida como absoluta” (FANON, 1979, p.30 [1961]). Nesse processo, o colono, que conhece e domina a relação colonial, passa a outremizar, chegando a desumanizar o colonizado até torná-lo um animal. Essas ações são possíveis porque “o colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que ‘os’ conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial”. (FANON, 1979, p.26 [1961])

O autor acredita na necessidade de expulsar o estrangeiro do território, eliminando-o, e faz críticas aos “intelectuais colonizados” que enxergam tudo que o colonizador faz como bom, suavizando a violência presente no colonialismo. Para Franz Fanon, o colono é sempre um inimigo, afinal, utiliza-se de elementos de opressão como a culpa incutida no colonizado e a inferiorização a que está submetido em prol da validação de sua superioridade.

Franz Fanon faz uso da língua do colonizador para mostrar e criticar a realidade passada durante o processo de colonização da Martinica e retrata os horrores físicos e mentais sofridos

durante esse período da história do seu país. Seus relatos são considerados uma outrização produtiva, pois sua voz não foi silenciada diante da violência dos colonizadores.

Esses três processos de colonização e pós-colonização demonstram que o colonizador reafirma seu poder no momento que diminui o subalterno, em geral, por meio da privação de sua língua, costumes e tradições. Gayatri Spivak traz a linguagem, a fala, comunicação como ponto principal de dominação colonialista. Albert Memmi traz a ideia de que as relações coloniais fazem parte de um sistema estruturado onde o colonizado acaba acreditando na imagem que o colonizador faz dele e tentando assimilar a cultura do colonizador, percebe que nunca fará parte daquela realidade, gerando revolta. Franz Fanon cita a desumanização do colonizado ao ter sua cultura, tradição e língua exterminadas. Segundo ele, o colono é sempre o inimigo por fazer do colonizador inferior, para que se sinta superior.

Os processos de colonização, mesmo que em contextos diferentes trazem aspectos similares, a violência. Violência essa que deixou marcas principalmente na mentalidade dos grupos dominadores e dominados. Nenhum país colonizado saiu ileso das marcas da colonização.

2.4. Letramento racial como uma das soluções possíveis de combate ao racismo

"Eu me sinto estranha quando sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Eu acho que aprendo mais com Lelia Gonzales do que vocês poderiam aprender comigo"¹⁹
(Angela Davis)

Em novembro de 2020, ao se referir a João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, um homem negro que foi espancado e morto por dois seguranças da rede internacional de hipermercados do Carrefour em Porto Alegre (RS), o vice-presidente da República Hamilton Mourão afirmou ao jornalista Guilherme Mazui (2020):

"Lamentável, né? Lamentável isso aí. Isso é lamentável. Em princípio, é segurança totalmente despreparada para a atividade que ele tem que fazer [...] para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui [...] eu digo para você com toda a tranquilidade: não tem racismo aqui [...] eu digo para vocês o seguinte, porque eu morei nos EUA: racismo tem lá. Eu morei dois anos nos EUA, e na escola em que eu morei lá, o 'pessoal de cor' andava separado. Eu nunca tinha visto isso aqui no Brasil. Saí do Brasil, fui morar lá, era

¹⁹ Declaração dada por Angela Davis em palestra no auditório do Sesc Pinheiros (SP) no evento de lançamento de sua autobiografia "A liberdade é uma luta constante", publicada pela editora Boitempo, em 2019.

adolescente e fiquei impressionado com isso aí. Isso no final da década 60" (PORTAL G1, 2020).

Essa fala dita por um dos ainda líderes da nação é o retrato do que se vê em uma sociedade que continua negando ou invisibilizando a presença do racismo no país. A visão simplista de comparação entre o racismo ocorrido nos Estados Unidos durante a segregação e o que ocorre no Brasil se torna parte de um discurso violento de não enfrentamento do racismo existente em seus próprios moldes no país, fruto de centenas de anos de escravidão.

Na mesma reportagem, Guilherme Mazui (2020) descreve que o até então presidente da Fundação Cultural Palmares – órgão que tem por atribuição preservar valores da cultura negra –, Sérgio Camargo – homem negro – também afirmou por meio de uma de suas redes sociais que o racismo estrutural não existe e que essas situações de racismo são circunstanciais. Segundo Camargo "Não existe racismo estrutural no Brasil; o nosso racismo é circunstancial — ou seja, há alguns imbecis que cometem o crime. A ‘estrutura onipresente’ que dia e noite oprime e marginaliza todos os negros, como defende a esquerda, não faz sentido nem tem fundamento" (PORTAL G1, 2020).

O reconhecimento da negritude se torna essencial no processo de construção identitária, tornar-se negro vai além da cor ou características físicas, é conhecer a luta que acompanha essa afirmação e compreender o que isso representa. Ao assumir sua cultura e seus hábitos, a pessoa negra se posiciona. Assumindo sua identidade há o combate, seja direto ou indireto – ao racismo.

Há a necessidade do (re)conhecimento da própria identidade através de situações cotidianas e representatividades trabalhadas pela utilização do letramento racial como ferramenta educacional para que assim haja uma busca consciente da memória ancestral e a descoberta e/ou reconhecimento de si e do enfrentamento contra o racismo no Brasil. Contudo, para resolver esse problema estrutural, é necessário além do seu autoconhecimento, reconhecer-se enquanto um ser preconceituoso.

Silvio Almeida ao escrever sobre o racismo estrutural afirma que

“Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.” (ALMEIDA, 2019, p.34)

A filósofa Djamila Ribeiro (2019) argumenta que a questão do racismo não é um posicionamento moral e/ou individual, mas um problema estrutural. Portanto, mesmo que fosse

possível para alguém dizer que não é uma pessoa racista – por ser algo estrutural na sociedade – não seria o suficiente, afinal, a inércia auxilia na perpetuação da opressão (RIBEIRO, 2019, p.14).

A complexidade do racismo estrutural afeta diversos espaços sociais, nesse resumo, destaca-se a área educacional. Em uma entrevista ao Roda Viva em 2020, o professor Silvio Almeida assinala que uma educação que não questiona o racismo vai reproduzir o racismo estrutural. Djamila Ribeiro em o *pequeno manual antirracista* aborda a importância da leitura de intelectuais negros na ampliação de nossa visão de mundo e para que a história não seja contada apenas do ponto de vista hegemônico, afinal

“O apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribui significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos. Se somos a maioria da população, nossas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas.” (RIBEIRO, 2019, p.64)

Entender essa tentativa de invisibilidade nos remete ao epílogo desse trabalho, ao analisar o questionamento da filósofa, escritora, professora, ativista e ex-pantera negra Angela Davis sobre o porquê buscamos referência nos Estados Unidos se temos Lelia Gonzales. Intelectual, militante e ativista brasileira, Lélia Gonzales é considerada uma das primeiras mulheres negras a se empenhar na reflexão do papel da mulher negra na sociedade brasileira e se dedicar aos estudos de raça e gênero e de um feminismo afro-latino-americano, sendo reconhecida internacionalmente.

Cabe a reflexão do porquê nas escolas e universidades não se estuda obras de autores negros que fizeram parte da luta antirracista e que ganharam visibilidade internacional como é o caso de Lelia Gonzales. Compreende-se, diante disso que “o privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram.” (RIBEIRO, 2019, p.65)

O letramento racial é uma ferramenta para a compreensão da importância da história negra ao fazer uso de obras pensadas, desenvolvidas e escritas por intelectuais negros o causando influência no leitor enquanto ser social. A professora e pesquisadora Aparecida de Jesus Ferreira (2015), responsável por cunhar o termo letramento racial crítico no Brasil apresenta a definição do termo:

“Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais. [...]. Como formadora de professoras/es que sou, entender a importância de utilizar o letramento racial crítico na minha prática pedagógica é de

extrema relevância para que assim possa também colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa, com igualdade e com equidade.” (FERREIRA, 2015, p.138)

Portanto, ao fazer uso do letramento racial em sala de aula é possível discutir situações de racismo cotidianas e a partir dessa leitura, confronto e diálogo, passar a conhecer e reconhecer esses racismos. Enxergar o racismo como um problema de estrutura é estar apto a encontrar soluções que erradiquem ou enfraqueçam o sistema opressor que privilegia uns em decorrência de outros.

Ao trabalhar com letramento racial crítico, possibilita-se que as pessoas se vejam e percebam a ausência de representatividade nos materiais e na mídia também (FERREIRA, 2019, p.125). Mais do que isso, é compreender o espaço que cada um ocupa na relação racial, reconhecendo-se e iniciando o processo de consciência de sua própria identidade, resgatando quem sabe sua ancestralidade e ocupando todos os espaços. Entender que

“pensar a educação brasileira do ponto de vista do povo negro é compreender que o processo de exclusão deste segmento étnico/racial não acontece somente em nível ideológico, que se faz notar na reprodução de estereótipos racistas nos livros didáticos, na baixa expectativa de professor em relação ao aluno negro, na veiculação de teorias racistas, na folclorização da cultura negra, mas também na existência de um sistema de ensino pautado em uma estrutura rígida e excludente que representa campo fértil para a repetência e a evasão.” (GOMES, 1997, p. 24).

bell hooks (2017) narra em uma de suas obras que, quando criança, ir à escola era pura alegria porque lá era um lugar do êxtase, de prazer e do perigo. A autora justifica a empolgação pela forma como a educação era trabalhada em seu espaço escolar. Tendo como plano de fundo a segregação racial, hooks conta que suas professoras enquanto mulheres negras praticavam uma pedagogia revolucionária de resistência, onde conheciam a vida dos alunos – os pais, as condições econômicas, como eram tratados em casa e até as igrejas que frequentavam – e objetivavam que se tornassem acadêmicos, pensadores e trabalhadores do setor cultural negro (hooks, 2017, p.11).

Tudo muda quando, após a segregação, vai para uma escola de integração racial, onde passa a ter aulas com homens brancos e de repente, o conhecimento passou a se resumir a pura informação (hooks, 2017, p.12). Nota-se, pela exposição da escritora, a necessidade de uma educação onde o educando compreenda seu contexto social.

No caso brasileiro, compreender o racismo engendrado (contudo invisibilizado por um sistema hegemônico) nas relações sociais poderia ser estimulado na escola se trabalhássemos no país, uma educação libertadora, afinal, quando se pratica uma “educação bancária”²⁰, como

²⁰ Termo desenvolvido por Paulo Freire (1974) na obra intitulada *Pedagogia do Oprimido*.

a de hoje, a informação dada sem uma atenção específica e sensibilidade inerentes ao conhecimento e a realidade dos alunos, percebe-se que o sistema educacional falha com o educando enquanto formação de um ser social.

O letramento racial como ferramenta educacional, torna-se assim, um incentivo a utilização de obras de autores negros onde suas percepções quanto ao quadro político, econômico e social favorece brasileiros levando em consideração que 56,1% a população brasileira é composta por pretos e pardos, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2021.

Compreender sua história e contexto social em que está inserido, com representatividade para brancos e não brancos, auxilia na compreensão de sua identidade e responsabilidade nas relações sociais e raciais de forma consciente, evitando assim, o preconceito e diminuindo e colaborando no processo de erradicação do racismo no país.

CAPÍTULO 3 – Nossas histórias oficiais

3.1. Enfrentamentos da pesquisa

O corpo negro é político e ocupar todos os espaços é um ato necessário pois abala o coletivo. Essa pesquisa foi uma resposta a questionamentos que eu tinha enquanto acadêmica preta de uma instituição pública de ensino superior e minha inquietação ao não encontrar mulheres similares a mim ocupando espaços de poder na minha trajetória acadêmica. Hoje, enquanto professora da rede pública de ensino fundamental e médio, enxergo-me como alguém capaz de galgar todos os espaços e me faço enxergar para que essa ausência seja diminuída. Contudo, como todo processo de construção/desconstrução, houve desafios, que é o que se pretende expor nesse primeiro momento.

Como primeiro desassossego destacou-se a dificuldade ligada ao próprio questionamento da pesquisa: como encontrar os sujeitos da pesquisa e como abordá-los. Após algumas tentativas não eficientes, optou-se pelo método bola de neve²¹, fazendo uso das redes sociais como ferramenta para entrar em contato com antigos alunos, agora universitários da UEA e da UFAM e de colegas que trabalham nessas instituições entre os meses de agosto e

²¹ Juliana Vinuto define que “o tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados.” (VINUTO, 2014, p. 203)

dezembro de 2022. A partir daí se conseguiu o contato de possíveis interlocutoras. Entende-se que a identidade racial pode ser algo sensível, então se adotou um cuidado com os termos utilizados no texto de convite. A palavra “autodeclarada” ao perguntar sobre a própria identidade negra das professoras, foi essencial.

Observou-se nessa ação que existem cursos que são predominantemente femininos ou masculinos. E, nesses últimos, sendo aparição de mulheres brancas já é um fato, as pretas se tornam mais raras. “Meus professores são todos homens”, bradou uma aluna do curso de Engenharia da UEA, “eu só tenho professoras brancas” respondeu outra do curso de medicina da UFAM, “só tem branco naquele lugar” disse outra do curso de História também da UFAM. A universidade reflete a sociedade.

O período de entrevistas também apresentou seus entraves. O ano de 2022 foi ano de Copa do Mundo de futebol e como esse evento durou do dia 20 de novembro até 18 de dezembro, os horários dos jogos do Brasil assim como de outros jogos considerados importantes pelo senso comum fizeram com que em certos momentos as agendas se desencontrassem para que se entrasse em contato com algumas professoras.

Outra dificuldade foi a pandemia mundial de Covid-19 – doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 – que obrigou a sociedade a se isolar e cumprir um distanciamento sempre que possível para evitar a proliferação do vírus.

“Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos.” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE)

Essa enfermidade, que surgiu na China no ano de 2019 e foi se espalhando em poucos meses pelo mundo, atingiu a sociedade brasileira em vários níveis. A cada identificação do vírus, surgiam novas variantes, o que tornou o processo de retorno as atividades mais lento, afetando a estrutura físico e emocional da sociedade. A presença da Covid-19 afetou as áreas da saúde, sociedade, política, economia e, o que se destaca aqui, da educação.

Em 17 de janeiro de 2021, a primeira pessoa no Brasil foi vacinada contra a covid-19. A vacinação da enfermeira Mônica Calazans deu início a imunização contra a doença que conta com 2 doses e uma 3ª dose considerada de reforço (todas dadas em pessoas de 18 anos ou mais). Atualmente são 88,2% da população brasileira com pelo menos uma dose da vacina e 81,9% de pessoas totalmente vacinadas no país. (MATHIEU, Edouard; RITCHIE, Hannah; RODÉS-GUIRAO, Lucas; APPEL Cameron; GIATTINO, Charlie; HASELL, Joe; MACDONALD,

Bobbie; DATTANI, Saloni; BELTEKIAN, Diana; ORTIZ-OSPINA, Esteban; ROSER, Max, 2020)

Elói Senhoras (2020) ao analisar os impactos do coronavírus em vários níveis educacionais vai afirmar que

De um lado, as situações de paralização total dos processos presenciais e virtuais de naturalmente geraram o contexto mais problemático, pois a forte ruptura dos processos de ensino-aprendizagem no contexto pandêmico transborda fortes limitações para a absorção integral dos conteúdos no período pós-pandemia, com a volta de ciclos acadêmicos compactados (...) De outro lado, a continuidade das atividades educacionais, por meio de trilhas de aprendizagem remotas que valorizam as metodologias de Ensino a Distância (EAD) via celular e computador, televisão e rádio, corrobora positivamente para a manutenção do comprometimento educacional no curto prazo, porém com resultados muito distintos em função das diferenças entre as experiências empíricas quanto a transmissão e absorção de conteúdo ou mesmo capacidade e dificuldade de acesso. (SENHORAS, 2020, p.132)

Uma das mudanças trazidas pela pandemia foi a utilização de ferramentas tecnológicas. O uso mais comum foi o das plataformas do Google Meet e do Zoom. E se tornaram instrumentos de permanência. O Google Meet foi utilizado como forma de entrevista no modo online dessa pesquisa trazendo o acesso rápido e seguro as interlocutoras, porém, a principal dificuldade apresentada foi a conexão ruim. Com alguns atrasos na fala, cortes devido a internet de um dos lados ou as vezes em ambos, enfim, problemas de comunicação, foram de fato, um desafio.

Foram feitas ao todo quatro entrevistas, duas de forma presencial e duas de forma online e que serão apresentadas na ordem em que foram realizadas. Ao todo foram feitos doze convites, nove por e-mail institucional e três por WhatsApp. A resposta aos convites ficou com essa divisão: quatro professoras aceitaram, cinco não responderam, duas pararam de responder após o aceite e uma argumentou não se enquadrar nas características exigidas. Os convites foram feitos entre os meses de agosto e dezembro de 2022.

3.2. As histórias

Essas histórias expressam o cotidiano acadêmico influenciado pelos marcadores sociais de professoras negras universitárias. São suas expressões, falas e formas de enxergar o mundo diante de suas experiências e enfrentamentos contados por elas. Essas mulheres galgaram seus espaços e ocupam lugares considerados de destaque em um meio elitista, que é o meio universitário, e são representatividades onde presenças como as delas, nem sempre são comuns e isso deve ser dialogado e refletido.

Os títulos são contribuições delas. Cada denominação traz a identificação dada em algum momento da entrevista de como elas se enxergam e trabalham em suas vivências dentro das suas realidades profissionais e pessoais.

3.2.1. A artista negra que quebra estereótipos com a dança

“[...] eu sou o desvio da curva da minha família [...] porque fui me envolvendo com dança, com arte e sendo negra e sendo mulher e as artes tradicionais com essa coisa do balé da menina branquinha, que a gente tem que desmistificar...”

Essa interlocução foi realizada com uma professora negra da Universidade do Estado do Amazonas em outubro de 2022 de forma presencial. Com a formação de dança, movimento humano, comunicação e semiótica, a artista negra quebra estereótipos com a dança e sua visão singular de mundo. A entrevista está na íntegra com algumas omissões que demonstravam cenário de exposição pessoal.

De acordo com uma reportagem do Correio Braziliense "menos de 3% das instituições de ensino superior brasileiras têm número de professores negros que espelha a distribuição racial da região onde está" (CORREIO BRAZILIENSE, 2021), ou seja, a ausência de professores negros ainda é mais comum que a presença. Então, como a senhora descreveria o(s) motivo(s) dessa ausência ou pouca presença de professoras negras nas instituições públicas?

“Bom, pelo que toda nossa história brasileira aponta, a causa parece estar muito fortemente ligada a escravidão, a qual foi submetida esse público, e ao lugar de submissão em que foram colocadas as mulheres durante todos esses séculos. Não vejo alternativas mais fortes! O não acesso às escolas pelas famílias escravizadas e, logo após a ‘abolição’, essas pessoas terem ficado marginalizadas, me faz pensar que a educação formal para este povo era muito mais difícil. Como uma mulher teria a mesma qualidade de educação formal que um homem se, no próprio ensino das Artes, ela estudava culinária e corte e costura, enquanto o homem estudava desenho e arquitetura? Se as mulheres, ao encerrar seu ensino básico, não podiam ir adiante pois o marido não deixava ou se enchia de filhos para cuidar? Nem iam adiante, nem podiam trabalhar fora. Hoje, mesmo não encontrando mais escravidão declarada e as mulheres podendo acessar educação e mercado de trabalho como os homens, ainda carregamos muitos vestígios culturais do passado. Conheço muitos homens que até hoje não deixam suas mulheres trabalharem fora, e as mulheres machistas também acabam concordando, ou quando não concordam são violentadas. Essa mudança de realidade cultural ainda está em curso, portanto, ainda vemos a maioria de mulheres negras fora do cenário da docência. A elas, num processo histórico-cultural, essa profissão foi negada! Foi negada quando não foi incentivada, não era possível que elas se enxergassem nesse lugar. As que hoje estão são as poucas que, nesse processo histórico, conseguiram desviar-se do curso ‘natural’ ao qual a massa da sociedade lhes impunha.”

Sobre possíveis dificuldades encontradas na sua profissão, que marcadores sociais poderiam afetar seu cotidiano de trabalho? Que aspectos sobre ser mulher, negra e quaisquer outras características podem atingi-la?

“Olha, eu vou te falar, quando tu me vieste com essa proposta e me explicando essa problematização eu fiquei por um tempo, desde ontem me perguntando onde seria o entrave pra algumas coisas. Se possivelmente esse entrave da questão racial aconteceu na minha vida. Eu fiquei assim pensando, eu sei que isso acontece muito mas eu não avalio que isso acontece comigo. Mas talvez eu também não enxergue, né. Porque eu sou uma pessoa assim muito comunicativa, de bom astral. Os meninos aqui me conhecem, ‘tu’ viu como eu entrei né. Já fui falando com os alunos aqui, então eu... é... mas também sou uma pessoa que, que eu sou muito aberta, não me imponho muito digamos assim, eu vou na naturalidade, no que eu sei, vou ali conversando, se a pessoa também discorda de mim eu respeito e tal. Não fico muito me impondo nesse sentido. **Eu acho que os meus entraves na profissão, ou mesmo a relação aqui dentro da universidade, sei lá, colegiado, alguma coisa assim, pode ter a ver com essa minha postura, na verdade, e porque eu sou nova na casa, eu ‘tô’ ainda em estágio probatório, tem as pessoas que já estão aqui há mais tempo, que são bem mais velhas que eu, que foram meus professores na vida assim, na dança, antes de ser professores aqui, então são, é talvez esse meu lugar de novata e dessa minha postura muito democrática, digamos assim, é que seja um entrave.** Não exatamente pela cor da minha pele, né... mas como eu ‘tô’ dizendo, as vezes eu posso não perceber, pode acontecer algumas coisas, mas eu posso não perceber. Então, marcadores sociais que eu posso eleger, aqui, eu não digo nem que social, mas, é... aqui dentro no meu colegiado eu não sofro isso, mas **a gente sente com outros cursos, com outras pessoas que não são da minha área de conhecimento específica que é arte e dança. Aqui a principal fator de exclusão onde não lhe darem a voz, ou a devida importância como professor universitário muitas vezes é por conta da área... Da área de conhecimento, porque, a gente é uma área muito estigmatizada mesmo.** Ah, é a ‘área da diversão’, é a ‘área da brincadeira’, nada aqui é científico, e fica-se numa coisa de você, quando você vai ‘pra’ outros lugares não lhe dão voz, não lhe dão a devida importância, mas eu acho que pela formação. **Eu acho que eu sou mais discriminada pela minha formação do que pela cor da minha pele.** Eu enxergo assim. Mas não sei, vamos ver nas outras questões se eu consigo enxergar alguma coisa.”

Ao pensar em questões que afetam seu cotidiano profissional, a interlocutora aponta dois entraves. O do tempo, por ser uma “novata” ainda sem um espaço galgado dentro da universidade – por conta também de ter uma “postura democrática” quanto as relações com os professores mais antigos. E o da área de conhecimento, onde a incomodação parece vir da percepção de que é mais discriminada pela sua formação do que pela cor de sua pele, como afirma a entrevistada.

Há um questionamento por sua área de conhecimento – arte e dança – ser tratada como “uma área muito estigmatizada”. Parece não haver um reconhecimento dos anos de estudo científico e do trabalho diariamente pensado e adaptado às realidades por outras ciências, fazendo com que não seja dado à sua formação a devida importância e voz, e por notar essa exclusão, essa não valorização é sentida como um de seus entraves profissionais.

Há uma identificação de alguma mudança que possa ter surgido ou se intensificou diante de mudanças na educação? Como por exemplo, o quadro sanitário, a utilização de ferramentas tecnológicas, a atuação da universidade em políticas públicas ou até mudança no comportamento dos próprios alunos. A senhora identifica essas mudanças no seu meio acadêmico?

“Eu sinto sim, aqui, 100% de mudança. Por conta dessas pautas, porque, a gente é de uma área artística e aqui, **as pessoas que escolhem entrar no curso de artes são pessoas que geralmente já vem da sociedade com alguns estigmas de minorias sociais**, as que vêm aqui. Homossexualidade aqui é muito frequente, é mais de 50% da nossa população aqui. Então a gente enfrenta isso muito, ao lado dos alunos, porque tem alguns, é... professores também que ainda não entendem determinadas linguagens e militância nesse sentido, e como isso tá sendo pauta muito recorrente, os alunos vêm ‘numa’ luta com muita força e se o professor não entende essa mesma linguagem, não agrega né. **Por exemplo, essa última que é o gênero na linguagem, ele, ela e... né... amado, amada, o aluno, a aluna, o alune, o estudante.** A gente tem usado muito esse termo estudante, mas tem alguns colegas né que ainda são muito resistentes a essa nova linguagem. E a juventude ‘tá’ explodindo com isso, ainda mais aqui no curso de Artes, com **as características sociais que eles têm que é, sofrem muita homofobia, muito racismo, os alunos né, posso dizer, os estudantes mesmo, e aí... dificuldade que tem é de alguns professores estarem de mãos dadas com eles né, nisso, com elas, nessa, nessa pauta.** Então eu sinto uma mudança nesse sentido, porque o centro acadêmico aqui é muito ativo e eles lutam mesmo. Eles enfrentam os professores, eles fazem documento, eles vão ‘pra’ reitoria, eles... entendeu. As pessoas... a gente usa muito esse linguajar também, que a gente tem escolhido, as pessoas né... ‘bom dia a todas as pessoas’, esse tipo de, de linguagem né. A identificação, e aí eles, os alunos têm lutado muito, os estudantes têm lutado muito com isso. E lutam aqui ainda porque alguns professores ainda colocam uma barreira né, alguns entendem, alguns coordenadores entendem e tal, ajudam eles nas pautas, mas têm alguns professores que ainda cravam uma barreira. Então, essa mudança a gente tem vivido muito aqui, essa realidade dessas pautas aqui tem sido muito frequentes porque o público social aqui é muito desse... é esse público social né. Que eu falei, é essa minoria. Aqui no curso de Artes.”

A professora demonstra sua afetividade aos seus estudantes ao, mesmo não pertencendo a minoria LGBTQIAP+²², defender que deva haver um respeito ao gênero na linguagem, ao utilizar o termo “estudante” e “pessoas”, por exemplo. “As pessoas... a gente usa muito esse linguajar também, que a gente tem escolhido, as pessoas né... ‘bom dia a todas as pessoas’, esse tipo de, de linguagem né”.

Ao buscar a mudança na fala, a entrevistada demonstra respeito e apoio a luta dos seus estudantes, posicionando-se contra um sistema que faz com que sofram muita homofobia e racismo como afirma em sua fala. Ao notar as mudanças acontecendo e perceber a necessidade de defender essa pauta, nota-se que essas pessoas são enxergadas pela interlocutora.

²² Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e o "+" representando outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

É possível descrever de que forma a covid-19 afetou o cotidiano da universidade? Questões econômicas, por exemplo.

“Sim, as bolsas aqui, os estudantes é... eles dependem muito das bolsas né, e na época da pandemia que não tinham restaurante universitário, era outra situação né... E com o corte das bolsas eles sofreram bastante. As questões dos cortes, muita gente, mas assim, como aqui talvez o público seja menor, a gente sofreu alguns afetos mas não foi numa quantidade muito grande, acho que a maioria conseguiu manter suas bolsas aqui pelos editais e tem situações aqui que bolsas até voltam porque ‘num’ edital ou outro eles não ocupam a demanda toda do edital né... mas sim, houveram algumas situações. De perda.”

E vocês usaram ferramentas tecnológicas durante a pandemia da covid-19? Como se deu esse processo?

“Sim, usamos. 2020, no início da pandemia, a gente ficou o primeiro semestre de 2020 sem aula só. Aí em agosto de 2020 nós retomamos o semestre que tinha parado em março. **Aí o problema da Internet era muito grande, muitos não conseguiam assistir aula.** É, muitos. A rede básica foi muito mais né, esse problema. E olha que aqui, são adultos né, adultas, mas, não tinham acesso não, tinham facilidade de acesso não. As vezes, um ia pra casa do colega, pra casa do outro, pra assistir no mesmo celular, na mesma Internet.”

Percebe-se em sua fala que a pandemia da COVID-19 atingiu ainda mais um grupo menos favorecido. As aulas foram retomadas, no entanto, os problemas com o acesso as aulas pela internet fizeram com que alunos possivelmente com menos recursos precisassem recorrer para casa de colegas que obtinham aquele recurso para dar continuidade a sua educação.

E como ficou a aula prática? Como foi feito esse trabalho?

“A gente teve que descobrir outras práticas, fazer vídeo dança, ali... dança a distância né, pesquisa de movimento em casa, como é que eu danço com a mesa? como é que eu danço com a cadeira? É... **assim, não era o que a gente previa desde sempre ‘pro’ currículo mas foi uma coisa que surgiu e que agregou muito e até agora depois da pandemia nós estamos utilizando muito ainda essas metodologias que a gente achou no digital né... Isso aí ‘pra’ Arte, foi criativo. Eu acho que ‘pra’ arte foi criativo. Só que o problema deles é o acesso.** E ainda querem acabar com a cota, é isso que eu acho um absurdo. Como é que não enxerga gente? Enxerga né... Não quer fazer.”

Esse trecho traz a reflexão de que a pandemia teve alguns aspectos interessantes. A necessidade de desenvolvimento de outras formas de ensino que ela trouxe fez com que, para a arte, fossem aflorados novos recursos, afinal, ao utilizar uma cadeira, uma mesa, antes vistos como objetos com suas funções estabelecidas, uma nova visão teve que ser criada, o que foi visto como criativo. Contudo, a entrevistada traz novamente a realidade da dificuldade do acesso para os mais humildes.

Sendo uma mulher autodeclarada negra, que já ocupa um lugar de destaque, como a senhora acha que se enquadra no espaço acadêmico?

“Em que sentido? Posso falar em vários aspectos. É como eu disse né? Eu sou novata, eu acho que é me dado assim... eu tenho conquistado um espaço por essa minha postura que eu falei no início não tanto por conta da cor da pele, mas muito mais por conta da minha formação pós-graduada, é... que foi num curso diferente mesmo, é... são mais questões aqui conceituais, de dentro da especificidade do curso, do que é dança, do que deixa de ser dança, do que é uma proposta de composição, de criação e tal. **É mais dentro dessa coisa que eu, que eu tenho né, os embates conceituais com os colegas, isso aí é normal, toda área de conhecimento tem e eu tenho conquistado né, eu tenho aprendido a falar mais ‘pra’ poder ser mais ouvida né, colocar as ações em aberto, é... Ampliar minha ações, não deixar só dentro da sala de aula, mostrar ‘pra’ equipe o que é que ‘tá’ acontecendo reverbera nesses estudantes né, o que é que a gente faz eu acho que é isso e é um espaço que eu ‘tô’ conquistando aí.** ‘Tá’ galgando porque eu sou nova, eu já... na verdade eu não sou tão nova no sentido da prática aqui porque eu era da Seduc assim como você 40 horas professora de arte e eu vim para cá emprestada da Seduc, cedida, e aí no meio desse tempo que eu ‘tava’ cedida eu prestei o concurso, abriu-se o concurso, e eu fiz e passei, era a única vaga que tinha e eu passei. Nesse concurso veio gente do país inteiro fazer e aí, aí enfim, eu ‘tô’ no estágio probatório, porque esse concurso tem um ano e meio que eu fiz, meses antes da pandemia que eu fiz o concurso, mas eu já estava na prática tinha três anos antes. **Mas eu acho que é um espaço assim que eu ‘tô’ conquistando que muitos colegas... com os estudantes eu não tenho esse, eu tenho espaço, assim, eu fico bem à vontade né com os estudantes me dou super bem com eles. Eu acho que é mais a questão do grupo colegiado, que é ainda um espaço que eu ‘tô’ conquistando, né, de ser ouvida e tudo mais.**”

Nota-se no discurso da professora a importância dada em continuar alcançando espaços. Sua formação a permite ampliar suas ações, conquistar e continuar galgando novos lugares dentro do grupo colegiado da universidade. Busca ter sua voz e ser ouvida nesse processo, pois, seu espaço com os estudantes ela já tem, parece, inclusive, orgulhar-se de sua relação com eles, afinal, “o que está acontecendo reverbera nos alunos”. Portanto, parece permanecer insistente em suas conquistas, que como dito anteriormente, não tem a ver com sua pele ou gênero e sim sua formação e tempo de atuação.

A senhora enxerga seu curso como um espaço mais predominantemente de mulheres?

“Sim, é muito feminino. Porque vem muito dessa antiga noção de dança que balé, é menina que faz balé e tal e muitos professores daqui homens e mulheres, têm a formação em clássico eles são muito, estudaram muito balé clássico, não é o meu caso mas os mais antigos, eles têm muita formação em balé clássico, eu já vim de uma outra linhagem que veio descobrir outras linguagens: contemporâneo, jazz... então eu já venho de outra... mas os mais antigos é muito aquela coisa tradicional. É normal do tempo e aí essa coisa da... e até hoje a gente vê muito essa coisa balé, tem escolas que segmentam isso né, escolas particulares, balé é só pra meninas, homens vão fazer judô. **Só as mulheres vão fazer balé, menino não pode fazer balé, então essa segmentação realmente faz com que as mulheres sejam a maioria do mercado né, da demanda do mercado mesmo.**”

A senhora gostaria de dar alguma contribuição para as gerações futuras? Aí a senhora vê se é questão do seu curso, ou de ser mulher, ou de ser negra, ou de ser professora...

“Eu acho que de tudo isso. **Eu acho que tudo isso tem uma, tem um, uma contribuição né, assim, bom ser professora, mulher, negra, de arte e dança, aí tu pegou... Pouca coisa ‘pra’ lutar entendeu? [ironia] Então não tem como eu não ‘tá’ envolvida nessas lutas, nessas pautas sociais junto com esses estudantes né.** A minha família toda é de um pensamento completamente diferente, eu sou uma pessoa muito ligada a família mas **eu sou o desvio da curva da minha família assim nessas questões porque fui me envolvendo com dança, com arte e sendo negra e sendo mulher e as artes tradicionais com essa coisa do balé da menina branquinha, que a gente tem que desmistificar isso né. Então eu acho que é uma luta assim, questão de mulheres e homens.** Homem não pode fazer balé, mulher não pode fazer luta, e isso aí são pautas que eu fico lutando o tempo todo com os meus estudantes que vão ser professores na rede básica, né... porque é o exemplo deles, o jeito que eles vão trabalhar lá, que eles vão abordar, que eles vão conversar, sobre a importância dessa dança, **sobre não causar preconceitos dentro dessa dança no que diz respeito a tudo, de ser homem, de ser negro, de ser cadeirante, de ser... entende? E como é que eu vou lidar com isso na educação básica, é o corpo que é sujeito e é pesquisa do movimento, dele, dela, né... não tem essa do movimento perfeito. Só dança quem fizer o movimento x, não tem isso, todo mundo dança, todo mundo tem sua dança e seu movimento e vai descobrir isso com a educação que eles vão mediar, então eu acho que essa é a luta assim, minha diária, que eu trabalho aqui no curso,** principalmente com as disciplinas de licenciatura ‘pra’ educação básica né... Dança na educação básica, ou seja, professor de arte e dança na educação básica. Então isso aí eu falo todo dia pra eles nas aulas todo assunto que a gente toca é uma questão, temas transversais, questão da cultura e global, é de preconceito mesmo, é e as questões interdisciplinares né que aí eles vão adentrar em português, matemática, geografia, o que que eles podem trabalhar com isso, mas os temas transversais é muito escolhido por eles assim pra trabalhar né... e é isso, eu acho que é isso, **é questão de a gente parar com todo esse tipo de segregação né, dizer que fulano não pode e que esse que é assim pode, esse não pode. Eu digo ‘não cara, essa minha dança ela tem que contribuir na educação’, ‘como é que essa arte e dança vai contribuir na educação?’**, e eu fui estudando, outras pessoas mais velhas que eu que já tinham essa questão da dança na escola, da dança na educação e fui aperfeiçoando isso, até fazer doutorado nessa área né, que é a comunicação em semiótica mas lá dentro tem uma linha de artes do corpo e aí eu fui fazer essa comunicação e movimento, a aprendizagem do movimento pelo movimento na escola então como é que esse corpo se expressa, se comunica e aprende tem sensibilidades estético é... de sensibilidade do movimento né, ‘pra’ aprender qualquer coisa na escola, ‘pra’ ser mais inteligente, por exemplo né. Então aí foi uma questão que eu vim dessa preocupação, mas o mestrado trazia essa coisa do é... ‘ah, por que que ninguém enxerga a dança como área de conhecimento?’, ‘por que que na escola não dão espaço ‘pra’ essa dança, do jeito que os PCN’s, LDB’s, não sei o quê, já traziam... por que que ela não tem?’ Porque todo mundo vê a dança só como atividade ilustrativa, festiva e não como uma prática mesmo em que você vai exercitar movimento e aprender a arte do movimento né, então isso aqui que eu fico batendo, é a minha tecla, que eu bato com eles, como é que eu faço a arte do movimento e não levo essas danças só ‘pra’ festinha do dia das mães? Porque é diferente essa abordagem, como é que a gente faz e aí sim a gente vai começar a fazer com que as pessoas entendam a dança como área de conhecimento. E aí eu acho que essa é a minha maior dificuldade frente... eu volto no que disse no início da entrevista né, **a minha maior dificuldade é... de estar no mundo, das pessoas entenderem que meu trabalho é um trabalho científico, importante, educacional no meio escolar, né... e não é um trabalho, não ‘tô’ aqui na faculdade de dança fazendo oba oba, não ‘tô’ aqui me divertindo, eu trabalho, trabalho muito.** A gente estuda muito também, todo mundo aqui né, os professores, os alunos e tal, os estudantes... Então é isso, eu acho que essa contribuição é mais nesse sentido da nossa área de conhecimento, assim, e aí essas pautas sociais, econômicas, é... de preconceito, **tudo que rola dentro de uma sala de aula e que pode ser trabalhado sensivelmente ali**

pela arte do movimento que pode pegar, onde eu posso fazer exercícios que eu posso tocar o outro e ele me entender e ele... e eu o entender, e eu passar a não ter mais preconceito com ele porque eu danço com ele, entende? Essas coisas... é uma pauta assim muito recorrente aqui, porque a gente trabalha muito. Então eu acho que é isso assim que eu pensaria em contribuição né, é mais nessa coisa da dança na educação.”

A interlocutora inicia sua fala reconhecendo a luta que é ser professora, mulher, negra, de arte e dança a ponto de não ter como não estar envolvida nessas pautas. Admite ser um desvio fora da curva por ter se envolvido com o "balé da menina branquinha" alertando a necessidade de desmistificar esse pensamento. Chama a atenção também a responsabilidade do homem e da mulher na questão do verbo "poder" ligado ao gênero "homem não pode fazer balé, mulher não pode fazer luta". A dança é democrática “todo mundo dança, todo mundo tem sua dança e seu movimento e vai descobrir isso com a educação que eles [os estudantes que se tornarão professores] vão mediar, então eu acho que essa é a luta assim, minha diária, que eu trabalho aqui no curso”.

A dança na educação é entendida como sua maior contribuição. A professora a trata como um instrumento de combate aos preconceitos referentes a tudo "de ser homem, de ser negro, de ser cadeirante...". Afirma que “é questão de a gente parar com todo esse tipo de segregação né, dizer que fulano não pode e que esse que é assim pode, esse não pode. Eu digo ‘não cara, essa minha dança ela tem que contribuir na educação’. E ao mesmo tempo que estuda para que haja essa contribuição, reafirma seu entrave já mencionado, a falta de valorização ao admitir que sua maior dificuldade é de as pessoas entenderem seu trabalho como algo científico e importante no meio escolar. Afinal, como alerta a entrevistada, ela não está na faculdade de dança “fazendo oba, oba” e sim trabalhando, trabalhando muito.

Por fim, salienta seu objetivo de contribuir na educação com a dança ao explicar que “tudo que rola dentro de uma sala de aula e que pode ser trabalhado sensivelmente ali pela arte do movimento que pode pegar, onde eu posso fazer exercícios que eu posso tocar o outro e ele me entender e ele... e eu o entender, e eu passar a não ter mais preconceito com ele porque eu danço com ele” demonstra que a dança se trata de conexão e que o toque é capaz de trazer reconhecimento e reduzir preconceitos.

3.2.2. A preta, preta, pretinha que pode, é e faz acontecer

“É meu e assim isso era incorporado na minha identidade naturalmente, eu sou ‘preta, preta, pretinha...’ entendeu?”

Esse diálogo foi realizado com uma professora negra da Universidade do Estado do Amazonas em novembro de 2022 de forma presencial. Com estudos na área de cognição de professores – experiências de professores de língua inglesa –, interação em sala de aula, narrativa, discurso e práticas reflexivas a preta, preta, pretinha tem uma forma positiva de encarar a vida mirando alto e ultrapassando com afimco os desafios. A entrevista está na íntegra com algumas omissões que demonstravam cenário de exposição pessoal.

Iniciemos então falando sobre a sua formação professora, a senhora tem doutorado na área de educação? Certo?

“É... mas não necessariamente tá? É education lá fora. Eu vou te explicar... Eu fiz American Studies pro mestrado, nos Estados Unidos, Washington State University, e aí... que é uma universidade estadual, Washington State, o estado de Washington, fica lá no pacífico, não é Washington DC, porque tem dois Washingtons é no Oeste, sabe Seattle? O estado onde tá Seattle, é lá... E aí, American Studies é uma área interdisciplinar, então você podia ir pra qualquer lugar, como eu tinha formado em Letras, língua inglesa, eu caminhei pro lado da literatura, mas eu não quis ficar só na literatura então meu trabalho lá, ele foi muito interdisciplinar mesmo, na área sociológica e literária... E foi tudo acontecendo, eu tive a, e isso é importante colocar, eu tive uma bolsa Fulbright. Por que que eu preciso falar disso? É que quem tem uma bolsa Fulbright, tem uma missão, de divulgar a comissão Fulbright e dizer ‘pras’ pessoas: ‘existe essa chance de você fazer seus estudos com bolsa Fulbright’. Então eu sempre falo ‘pros’ meus alunos da bolsa Fulbright, é fácil? Não, eram vinte pessoas concorrendo a cinco bolsas, eu sei que eu consegui a minha. E quando eu cheguei lá, eu tinha um projeto de estudo mas, logo que eu cheguei o meu orientador não estava, ‘tava’ viajando e eu me dei muito bem com a diretora interina do programa de American Studies, então eu conversei com ela e ela disse olha... Uma pessoa branca tá, é... branca, lésbica assumida, parceira dela era também professora da universidade me disseram, só pra você entender o contexto, ela ensinava literatura afro-americana, nossa! uma divindade aquela mulher, maravilhosa a minha orientadora... E aí eu comecei a conversar com ela, eu disse ‘ah, deixa eu ficar com você, eu já ‘tô’ tão à vontade contigo’ então eu mudei meu projeto, e aí eu fui pra área feminista porque eu resolvi estudar uma escritora negra americana que quase ninguém conhecia que era a Colin Mcroy que também era uma professora universitária em Seattle, eu não morei em Seattle, eu morei em uma cidade pequena e aí eu pude entrevista-la pessoalmente e tudo... foi muito legal eu resolvi fazer uma análise comparativa com uma escritora brasileira negra, então eu escolhi Miriam Alves, porque eu fui pesquisar... Eu não conhecia as escritoras brasileiras negras. Então, foi lá assim que eu abri meus olhos ‘pra’ isso sabe? Porque eu comecei a entender essa questão de raça, conheci bell hooks né, Angela Davis... Toda essa literatura eu conheci lá né, que eu adoro. **E aí quando eu voltei, eu aos poucos fui retomando isso e também a minha identidade como mulher negra, porque sim eu sempre soube que eu era uma mulher negra, isso assim eu não tinha dúvida, mas a coisa do assumir, de falar ‘pras’ pessoas ‘não, eu sou uma mulher negra’. Isso tudo é um processo... é um processo de autoconhecimento eu acho.** E como eu estudei muito a fundo a cultura negra americana, isso foi assim, nossa... uma descoberta né, só ‘pra’ você entender... E é importante falar da Fulbright ‘pra’ você porque **eu sou uma mulher negra que teve uma bolsa Fulbright ‘pra’ estudar nos Estados Unidos. Entendeu? E aí você começa a ver quantas pessoas você conhece que teve um Fulbright? Eu acho isso importantíssimo, que é assim que a gente carrega o grupo conosco, entendeu?** É o que eu falo pros meus alunos, as vezes eles falam ‘ai, eu sou lá de Eirunepé, como é que eu vou estudar fora?’, aí eu dizia ‘primeira coisa, você tem que aprender outro idioma’, o inglês tem muito mais escolas, mais oportunidades né pra você aprender. Mas pode aprender alemão, francês, russo, o que você quiser... essa é a primeira coisa, segundo se dedicar aos seus estudos e aí você chega né... E aí meus alunos falam assim ‘ah professora, é tão fácil pra senhora dizer porque a senhora dá aula de inglês’, não,

não é fácil (...) eu sempre falo ‘pros’ meus alunos ‘nada é impossível, não desistam, vão em frente’ porque eu acho que isso é necessário, sabe? Que a gente mora aqui no Amazonas que é um lugar difícil geograficamente né... Né, não é assim, ‘vamos pegar o trem e vamos ali em Liverpool?’ Você entendeu? Não é assim que funciona.” (...) “Bom, e aí eu chego no doutorado que... muitos anos depois eu consegui uma bolsa de doutorado, pra ir fazer meu doutorado, fui pra Inglaterra né... E aí eu já era professora e tal porque eu também voltei do mestrado, tinha que trabalhar né porque você sai pro mestrado, você gasta né e eu ‘tava’ fora, mesmo com bolsa e tudo, fora né... então eu fui fazer meu doutorado e eu era louca pra ir estudar na Inglaterra, e aí eu fui fazer e é assim, lá eu podia fazer na área de linguística, na área de língua inglesa que ia trabalhar com linguística né, e eu queria trabalhar com formação de professores, e aí quem faz isso é o curso de Education. Eles não têm Letras como tem aqui né, o curso de Letras. Education é uma coisa bem ampla então eu até trabalhei com um pouco de linguística e tal eu trabalhei com análise do discurso também né e tudo... mas o meu foco era educação de professores né e como que isso funcionava aqui no Brasil porque eu sempre dou um jeito de fazer meu link com o Brasil né... Então eu fiz aqui com Manaus, no caso, vinte e nove participantes eram daqui, eu não tava interessada no ensino lá, eu tava interessada no ensino aqui e como isso acontecia. Então, eu tratei de Teacher Cognition que seria cognição do professor né... e todas as vertentes do que seria, porque é um termo ‘umbrella’, imagina cada bolinha daquela que tem na ponta, aí você tem outras coisas, porque Teacher Cognition, cognition, cognição é algo amplo, o que que tá dentro da cognição o pensamento, a atitude, tomada de decisão, tudo que tá aqui na mente, tem a ver com a cognição, tudo que tá no seu cérebro, seria isso, é cognição, então o jeito como o professor pensa é muito específico. Quando eu falo o jeito que o professor pensa, não é como ele pensa lá fora, como ele vai fazer a feijoada dele, é como ele pensa aqui dentro da sala de aula, o que que o professor pensa? O que que o professor decide? O que que o professor... Entendeu? Qual é esse conhecimento do professor de língua inglesa? Então eu fui delimitando assim. Peguei esse termo, complexo, e coloquei vários termos também complexos nessa umbrella, entendeu e aí fui delimitando algumas coisas. E foi muito legal, porque quando eu fui ‘pra’ universidade de Nottingham né, a Nottingham do xerife de Nottingham mesmo, eu brinco que o Robin Hood era o meu vizinho, é a cidade do Robin Hood né, tudo lá tem o Robin Hood em algum canto sabe... Ela tinha subido para a 75 do mundo, ela ‘tava’ dentro das melhores... do 1% de universidades melhores do mundo, então foi muito legal mas mesmo assim teve gente que perguntou ‘por que você não fez seu doutorado em São Paulo que era mais perto?’, aí eu disse ‘porque em São Paulo a gente tem a PUC como a 335ª do mundo e eu ‘tô’ na 75ª, só por isso’ aí vem assim ‘poxa mas você foi pra tão longe, por que?’ aí eu dizia ‘porque eu posso’. **Porque é exatamente isso, ‘é, porque eu posso’, primeiro, eu tinha inglês suficiente ‘pra’ fazer isso, eu tinha conseguido a minha orientadora, consegui minha bolsa, por que eu não vou? Né... é claro teve todas essas dificuldades que ficaram né, família, tudo isso, mas... eu fui. E aí eu acho que isso amplia seus horizontes.**

Reflete-se quanto ao impacto que traz o contato com a literatura negra, primeiramente norte-americana e posteriormente brasileira, onde a professora faz uma ligação entre esse conhecimento e sua retomada de identidade pessoal de mulher negra. Ela chama a atenção também para esse processo de reconhecimento em saber que é negra mas demorou a "assumir" para as outras pessoas.

Ocupar os espaços é importante, pois, “é assim que a gente carrega o grupo conosco”. A interlocutora, ao falar sobre sua conquista da bolsa Fulbright traz consigo o exemplo da determinação em alcançar oportunidades que são difíceis. Sua experiência pessoal a permite defender a ideia de que se houver uma dedicação aos estudos, como afirma para seus alunos,

pode-se alcançar objetivos considerados inalcançáveis por alguns. Como primeira dica, indica o aprendizado de um outro idioma.

A Fulbright, citada pela professora, é um programa de intercâmbio educacional e cultural do governo dos Estados Unidos da América que tem por objetivo ampliar o entendimento entre os EUA e outros países. A Fulbright chegou ao Brasil em 1957 sendo representada e administrada pela Comissão Fulbright. Cerca 4.900 brasileiros já receberam bolsas para o intercâmbio de estudantes de pós-graduação, professores e pesquisadores para os Estados Unidos. (FULBRIGHT BRASIL)

A entrevistada demonstra em sua fala o interesse pela educação local ao fazer questão de desenvolver em Manaus a sua pesquisa. Seu afinco em explicar sua linha de pesquisa assim como sua carreira acadêmica de forma clara e didática mostram sua habilidade em lidar com o processo de ensino-aprendizagem.

Sobre possíveis dificuldades encontradas na sua profissão, que marcadores sociais poderiam afetar seu cotidiano de trabalho? Que aspectos sobre ser mulher, negra e quaisquer outras características podem atingi-la?

“Antes de eu ser professora, eu trabalhei cinco anos pra varig, empresa aérea, como comissária de bordo, então a varig era muito exigente com o treinamento da gente, até etiqueta, aula de etiqueta a gente tinha, é, era extremamente exigente com comportamento, com tudo isso. Quando eu voltei pra Manaus, eu casei, depois eu voltei pra Manaus é... eu vim pra cá pra fazer um curso de... era um teacher training que eles chamam, um treinamento básico pra professores pra vir trabalhar aqui [ICBEU], falei ‘ah, vou fazer isso’, eu tinha um inglês excelente, viajava pra fora e tudo, treinava... Então eu vim fazer, e foi super natural pra mim, virar professora, de repente, porque primeiro eu ‘tava’ naquele charuto fechado, né... andando pra lá e pra cá na frente do público né... Então estar na frente e falar com pessoas estranhas era extremamente natural pra mim, né, então quando eu cheguei aqui, por exemplo, em nenhum momento alguém disse assim ‘olha tem uma professora preta, uma professora neguinha’ nunca, nunca, e eu acho é... hoje, olhando pra trás, eu vejo isso assim porque **eu cheguei muito segura de mim**, eu era a melhor aluna na UFAM, eu era a melhor aluna, tanto que, as minhas professoras, até hoje eu me relaciono super bem com elas, por conta disso, porque eu sempre fui exigente. No Auxiliadora²³, por exemplo, até hoje eu tenho minhas amigas, eu acho que é importante né, falar isso... até hoje eu tenho minhas amigas de 45 anos atrás, sei lá né... então a gente tem essa amizade e elas todas falam a mesma coisa ‘ah, queria ver você não ser a representante da classe’, era sempre assim, quem que tirava a nota mais alta, quando falavam ‘vou apresentar não sei o que, quem quer?’, eu e minha mão já estava de pé, eu fui ginasta, fui da seleção amazonense de ginástica rítmica, então a minha vida inteira, dos nove aos dezoito, eu fui ginasta, competia pelo colégio, fui tricampeã amazonense pela escola técnica, então assim... público, hum... pra mim assim, bobagem, desde a minha infância. **Se tinha alguma coisa que fosse assim, ah, aquela pessoa foi racista, eu nunca considerei, então se você não escuta ou se você não considera, aquilo passa a desaparecer, de certa forma tá? É... nunca ninguém atravessou a rua porque eu ‘tava’ passando na calçada, eu ‘tô’ falando isso porque eu estudei história americana e isso era o tipo de coisa que acontecia, é... nunca ninguém me disse ‘você não pode estar aqui porque você é uma mulher negra’, nunca.** Então, e até, hoje com toda a consciência que eu tenho, se alguém fala alguma coisa, que eu presto

²³ Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de ensino particular.

atenção, né... e se for algo ofensivo, sabe, de falar ‘ei, não, você é neguinha, você é não sei o quê’, **quem me chama de neguinha, de nega, de negra, de preta... são as minhas amigas**, e aí é um contexto completamente diferente entendeu? Que é um contexto familiar, eu vou colocar... meus irmãos... né... aquela música ‘preta, preta, pretinha...’, eu digo que é a minha música, porque como meus irmãos tocam violão até hoje, falam ‘agora vamos cantar sua música’: ‘preta, preta, pretinha...’. **É meu e assim isso era incorporado na minha identidade naturalmente, eu sou ‘preta, preta, pretinha...’** entendeu? Então, eu acho que é importante frisar isso, quando eu cheguei aqui no ICBEU que foi meu primeiro emprego aqui em Manaus, né... porque a varig também foi em Manaus mas a varig era viajando, então quando eu entrei pra cá, foi tudo muito natural, eu fui aluna daqui, então quando eu voltei, até os meus colegas, alguns tinham sido meus professores, aí já me reconheciam. Então assim, a minha recepção aqui, é... não teve nada a ver com essa situação de racismo, de ser maltratada né... aí logo aquela coisa do ‘eu faço, eu quero’, logo eu virei coordenadora de cursos especiais, eu dei aula de cultura americana aqui, curso superespecial que durou um ano né, então assim, o que eu podia trazer, eu trazia. Eu tive todo suporte do ICBEU quando eu fui ‘pro’ mestrado, entendeu... quando eu fui ‘pro’ mestrado, eles me deram todo suporte, eu voltei, voltei ‘pra’ cá, eu fiz o concurso pra UEA, continuei aqui, ano que vem eu faço trinta anos de escola. Então assim, eu fui a aluna, fui professora, coordenadora, supervisora etc. Então, é, nesse ponto, e eu falo assim, eu fico tentando lembrar ‘já aconteceu alguma coisa?’, nem aluno, nem aluno... Primeiro porque eu me dou muito bem com meus alunos em qualquer contexto, até meus alunos adolescentes... Então, eu não vejo nada de diferente. Uma vez, teve uma... nós emprestamos o auditório pra uma manifestação de... ai, era de tudo na verdade, tinha grupos indígenas, grupos negros, grupos de tudo que você possa imaginar. E aí eu lembro que tinha um pessoal do candomblé já, todo paramentado, que chegou, e aí, alguém veio me falar ‘professora’, eu era coordenadora geral, aí ‘professora, o que que a gente faz com aquele pessoal que tá se manifestando na porta da escola?’, eu disse ‘ah, eu vou lá ver então né’, aí desci, e cheguei lá e tinham três pessoas com uma faixa na mão escrito assim, é... ‘Racistas, não chamaram o grupo não sei o quê lá’, porque esse grupo não tinha sido convidado ‘pra’ essa assembleia. A gente não tinha nada a ver com o que estava acontecendo lá, a não ser que um dos grupos veio aqui e perguntou se a gente podia ceder e na época, o ICBEU cedia de graça um auditório. E aí eu cheguei com esse grupo e falei assim ‘o que que tá acontecendo?’, aí ‘não, porque, não sei o que...’, aí e falei ‘então você não quer entrar e fazer essa manifestação na porta do auditório? Porque a impressão que ‘tá’ dando, pra quem tá passando na rua, é que a escola é racista, olha a faixa de vocês, o que tá escrito’, aí eles falaram ‘não, não tem nada a ver com a escola’, eu disse ‘mas não é essa impressão que tá dando’, ‘ah, é porque esse pessoal, não sei o quê...’, aí eu falei ‘oh, olha bem pra mim, eu sou uma mulher negra, eu tenho um cargo de chefia na escola, eu ‘tô’ aqui há mais de dez anos, eu nunca sofri racismo na escola, então, é inadmissível que vocês tenham uma placa escrito ‘racista’ na frente dessa escola, então tem que ser muito específico o que vocês querem fazer, vocês não querem entrar, e se manifestar lá? Já que eles estão se manifestando também? Dentro do auditório, na porta do auditório, mas não aqui na porta da escola’. **Aí eles, elas entenderam, quando eu falei ‘olha pra mim, eu sou uma mulher negra’, a identidade, entendeu?** Acho que elas não esperavam que eu dissesse... Eu podia ser cabocla né, mas o meu cabelo é cacheadinho, então... aí eu falei assim ‘olha, eu sou uma mulher negra’, eu ‘tô’ aqui, eu podia não ter um cargo de chefia né... eu tenho colegas loiras de olhos azuis, e olha que quando você chegou tinha uma loira lá, ela também estava aqui, ou seja, já tem uns 35 anos de escola. **Mas é isso, então é, eu, eu falei tudo isso ‘pra’ chegar nesse ponto porque eu não me vejo nessa coisa do racismo**, acho que era mais fácil encontrar no avião quando eu fazia em Porto Alegre²⁴... Você entendeu né? Do que aqui.”

²⁴ Capital do estado do Rio Grande do Sul.

Sobre as possíveis dificuldades tidas no ambiente profissional, a entrevistada aborda três aspectos. O primeiro ligado a função de falar em público, habilidade básica na função de professora. De acordo com a fala da interlocutora, ela não teve dificuldade em exercer a função de ensinar a um grupo de pessoas porque já falava com pessoas estranhas em seu trabalho anterior. Somado a isso, seu histórico acadêmico de ser aluna destaque nos níveis escolar e universitário a auxiliaram a adentrar aos espaços e não notar os desafios que envolvem estar neles, apenas encará-los.

O segundo, não notar ou ignorar a presença de um racismo. Alguns aspectos citados podem ser por ser muito segura de si ou talvez por enxergar o racismo sob o prisma da segregação racial estadunidense. "Se tinha alguma coisa que fosse assim, ah, aquela pessoa foi racista, eu nunca considere, então se você não escuta ou se você não considera, aquilo passa a desaparecer, de certa forma tá? É... nunca ninguém atravessou a rua porque eu 'tava' passando na calçada, eu 'tô' falando isso porque eu estudei história americana e isso era o tipo de coisa que acontecia, é... nunca ninguém me disse 'você não pode estar aqui porque você é uma mulher negra', nunca".

E o terceiro, a afetividade presente nos termos. A professora conta que quem a chama de "neguinha, nega, negra, preta" são suas amigas e que esse, é um contexto completamente diferente, o familiar, assim como seus irmãos cantando a música "preta, preta, pretinha" como uma homenagem a ela. Essa sua visão singular a permite não se afetar com questão da cor. "Então, é, nesse ponto, e eu falo assim, eu fico tentando lembrar 'já aconteceu alguma coisa?', nem aluno, nem aluno... Primeiro porque eu me dou muito bem com meus alunos em qualquer contexto, até meus alunos adolescentes... Então, eu não vejo nada de diferente."

E dentro da universidade professora?

"Na UEA, não. Ah, o que acontece na UEA, por exemplo, tem pessoas que são assim 'nossa, que morena linda', né... 'ah nossa...', **porque as pessoas não chamam outras de negras, a não ser que elas sejam negras também.** Existe esse... a pessoa fica... envergonhada, talvez, de falar 'eu vou chamar ela de negra, ela vai dizer que ela não é negra'. Então, é, essa coisa do tratamento do negra, do preta, do nega. Quem me chama de 'nossa que negra bonita!' são minhas amigas. Porque elas sabem que eu me identifico como uma mulher negra ponto e algumas delas mesmo já disseram 'pra' mim 'engraçado, eu lembro na escola, eu nunca olhei pra você assim, olha, uma negra' sabe? Porque... mas eu acho que tem tudo a ver com o jeito que eu... a minha família lidava com isso. Minha família é imensa, eu sou a número dez do meu pai e a número sete da minha mãe, então a família grande, e tem todos os *shades*, que eu chamo... *shades*, isso é um sociólogo, você conhece Carl Degler? Sociólogo, ele escreveu um livro lá em 60 e alguma coisa, 67 talvez, o ano que eu nasci, que ele fala que no Brasil não é que nem nos Estados Unidos, ou você é branco ou você é preto, você é afro-americano ou não né... é... aqui no Brasil a gente é moreno, mulato, cafuzo, pardo, etc. **Então, dependendo desses shades, os shades são os tons da pele, então dependendo desses tons de pele você no Brasil desde lá do tempo da escravidão você começa a ter um lugar diferenciado na sociedade, então você é mais claro, você tá dentro de casa e não colhendo cana, você é mais claro, você consegue ter**

um bar quando você é livre e não ser o sapateiro, você tá entendendo? E ele coloca é... até hoje é... tem gente que concorda com ele, que discorda dele, que critica... é claro, é uma teoria que vem lá de trás, mas eu consigo olhar ‘pra’ sociedade brasileira e ver exatamente isso. Quem é mais escuro ‘tá’ numa subalternidade mais abaixo que outras subalternidades e isso a gente vê... isso a gente consegue visualizar né. Então é... eu ‘tô’ dando aula de novo pra você. Mas é exatamente isso, esses *shades* eu acho que tem a ver com isso porque na minha família eu tenho *shades*, eu tenho uma irmã que chorava porque meus irmãos diziam que ela tinha sido achada no latão de leite porque ela é bem clarinha, ela é dois anos só mais velha que eu, e ela é minha BFF²⁵ na família assim e ela chorava e uma vez aqui em Manaus, a filha da lavadeira reclamou com a mãe e a mãe foi falar com a minha mãe ‘como que ela chora porque ela é branca? a minha filha tem vergonha de ser preta’. A filha da lavadeira tinha vergonha de ser preta e a minha irmã chorava porque ela não tinha nascido morena e essa menina, na cabeça dela não fazia o menor sentido. Porque *The Bluest Eye*, você já leu *The Bluest Eye*? Os olhos mais azuis? Toni Morrison? Eu acho que é Toni Morrison. É, vale a pena porque é... tem a ver com ela também... com Maya Angelou, sabe quem é Maya Angelou? Tem a ver é... com a infância de muitas meninas negras que notavam que ser branco era muito melhor, então ela chega a falar assim é... eu era uma menina loira dos olhos azuis, por isso *The Bluest Eye*, né... então... loira dos olhos azuis e uma bruxa malvada me transformou nessa criatura de pele escura, nariz largo e cabelo ‘pixaim’ né... ela fala isso lá do jeito dela, em inglês né, mas seria isso, a gente diria cabelo ‘pixaim’ né, e um dia eu tenho que voltar a minha forma, de princesa, de bonita, porque ser princesa e bonita, principalmente nos anos 50 e 60 nos Estados Unidos era ser branca, né... Então, agora tudo tem a ver com seu contexto. O contexto amazônico pra mim, como eu traduzo, na minha escola tinha um monte de gente até mais escura que eu, tá todo mundo misturado, muita gente descendente de indígena até... mesmo sendo rica porque era o Auxiliadora²⁶, eu tinha bolsa mas, né... tinha um pessoal que não tinha bolsa e você via... até hoje encontro com as minhas amigas são... algumas são bem morenas, né... é o que a gente chama bem morena, você entendeu né? essa intensidade, é... o *shade*, e aí tem os morenos claros e os morenos escuros mas as pessoas eram morenas, então não era como estar numa escola no Rio Grande do Sul por exemplo, que eu ia ser a pessoa diferente né... Como é que é... **Igual aquelas piadas que contam, o que que é um ponto preto no milharal, não é? Então é exatamente isso, então, a grande diferença é quantos pontos pretos você tem em volta de você, que te fazem se sentir à vontade e que fazem as pessoas nem notarem que *shade* você é, talvez seja isso.** Claro devia ter gente que olhava pra mim e via, essa menina é negra, tem o cabelo ‘pixaim’, tudo isso... Então é, é interessante essas relações, essa coisa das relações raciais, eu aprendi uma coisa também, é perguntar o porquê. Eu já perguntei por que várias vezes assim... Por que que eu não posso fazer isso? Por que eu sou mulher ou por que eu sou negra? Antes dessa história toda de você poder processar alguém por isso, sabe? Por que que eu não posso fazer tal coisa? Por que eu sou mulher ou por que eu sou negra? Aí a pessoa para ‘pra’ pensar, porque quando você pergunta por que, você é obrigado a pensar numa resposta.”

Ao ser questionada de alguma situação de racismo na universidade, nesse contexto, na UEA, a professora faz uma leve reflexão sobre as interpretações que ser negra traz, pois, ao ser elogiada como “uma morena linda”, questiona que “as pessoas não chamam outras de negras, a não ser que elas sejam negras também”, talvez por medo da reação do outro ao ser chamado de negro, mesmo em uma situação de elogio.

²⁵ BFF é a sigla para Best Friend Forever, que significa "melhores amigas para sempre".

²⁶ Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de ensino particular.

Para explicar seu raciocínio, a interlocutora recorre a um comparativo entre os tons de pele – os *shades* – entre os EUA e o Brasil. Enquanto nos EUA ou você é branco ou preto, no Brasil “a gente é moreno, mulato, cafuzo, pardo etc. Então, dependendo desses *shades*, os *shades* são os tons da pele, então dependendo desses tons de pele você no Brasil desde lá do tempo da escravidão você começa a ter um lugar diferenciado na sociedade, então você é mais claro, você tá dentro de casa e não colhendo cana, você é mais claro, você consegue ter um bar quando você é livre e não ser o sapateiro, você tá entendendo? (...) Quem é mais escuro ‘tá’ numa subalternidade mais abaixo que outras subalternidades e isso a gente vê... isso a gente consegue visualizar né”. Para exemplificar essa mistura e seus efeitos, ela utiliza exemplos de sua família e pessoas próximas.

A questão da cor da pele é que, com os diversos *shades* presentes na nossa região, para a professora, é possível se sentir parte do sistema se seu tom de pele está acompanhado por outros parecidos. “Igual aquelas piadas que contam, o que que é um ponto preto no milharal, não é? Então é exatamente isso, então, a grande diferença é quantos pontos pretos você tem em volta de você, que te fazem se sentir à vontade e que fazem as pessoas nem notarem que *shade* você é, talvez seja isso”.

E mesmo com todo o discurso de tons de pele, admite que em algum momento devem ter olhado para ela e visto uma menina negra de cabelo “pixaim” mas que aprendeu que as relações raciais devem ser questionadas, “porque quando você pergunta por que, você é obrigado a pensar em uma resposta”.

É interessante ouvi-la falar sobre isso. Eu me autodeclaro negra há três anos, que foi quando eu comecei a estudar sobre isso, porque até então, nunca havia me visto como negra, eu era ‘morena’. A senhora acredita que a nossa identidade ainda está em construção?

“Esse é um discurso normal na verdade, no Brasil né. Porque tem essa coisa a você... Quando eu falo assim, ‘pô, mas eu sou uma mulher negra’, aí as pessoas olham ‘pra’ mim, os meus amigos falam assim, ‘mas eu não te vejo como uma mulher negra’, entendeu? ‘Não, mas você é morena’, eu ‘gente, é... eu sou preta, eu sou uma mulher preta!’, porque também os termos né são muito delicados, tem gente que não gosta de ser chamado de preta, tem gente que não gosta de ser chamada de negra, não ainda tem o nega... o nega carinhoso, por exemplo, em São Paulo os amigos chamam muito de nego, nega e tal... e não tem nada a ver com a cor da pele, tem a ver com carinho então, por exemplo, eu tenho uma amiga paulista que me chama de nega e ela é branca como a neve e eu a chamo de nega também eu falo amiga, olha tal coisa, e ela fala ‘nega’ e assim, é um nega separado, porque aquele nega do carinhoso não é um nego ofensivo sabe? Neguinho, neguinho fez isso... Esse discurso é muito natural assim, que o... que as pessoas brasileiras não se vejam também nesse papel assim, não... eu sou desse grupo, não tem isso, porque... No Brasil, é... Bom, eu já ‘tô’ falando demais né... Eu já ‘tô’ dando aula.”

Há uma identificação de alguma mudança que possa ter surgido ou se intensificou diante de mudanças na educação? Como por exemplo, o quadro sanitário, a utilização de ferramentas tecnológicas. A senhora identifica essas mudanças no seu meio educacional?

“Olha, aqui [ICBEU] nós tivemos um trabalho maravilhoso quanto a isso. Aquela loira que você encontrou ali, ela é a chefe, a supervisora chefe do makerspace, a área tecnológica, e ela tem a equipe, ela coordena a equipe do TI também. Então o que aconteceu, no momento que o governador disse ‘vai todo mundo pra casa’, tinha que fechar a escola, nós fizemos a reunião, só os líderes né, supervisores, coordenadores e todo o pessoal administrativo, os chefes administrativos e eu participei disso também né, como supervisora acadêmica. E aí nessa reunião, nós decidimos, que todos os professores seriam mandados de férias por dez dias, na verdade, todo mundo, toda a equipe mandada de férias por dez dias e os alunos teriam duas semanas fora, que era... tudo naquela época era quinze dias, lembra? E o decreto dizia quinze dias né, depois mais quinze dias, era isso. E aí, em dez dias que os professores estavam fora, pessoal da tecnologia estudou que ferramenta a gente vai usar ‘pra’ comunicação, escolhemos o Zoom, tinha Meet, tinha tudo, a gente escolheu o Zoom. O meu trabalho junto com outros supervisores foi trazer a metodologia da sala de aula, ‘pro’ Zoom, criar um template de aula no Zoom e, no décimo primeiro dia, os professores retornaram e a gente começou a fazer um treinamento, treinamento tecnológico como usar todas as ferramentas do Zoom e a gente via a Zoom, porque ninguém retornou pra escola, tudo isso acontecendo via Zoom, a gente fez o treinamento pedagógico. Com quinze dias, os alunos voltaram, online, não voltou os 100% dos nossos alunos, é claro, a gente... muito aluno perdeu pai e mãe, pra você ter uma ideia, nós perdemos pessoas nossas aqui né, da escola, pessoas super queridas da escola que se foram durante a pandemia e nós fizemos essa transição e foi extremamente trabalhosa, pra você ter uma ideia, a gente ficava no Zoom, no WhatsApp, reunido no WhatsApp pra decidir coisas a meia noite ‘e tal coisa, e as salas, e como é que vai ficar e como é que vai organizar isso, aquilo, aquilo outro?’ foi uma loucura mas nós fizemos essa transição, não é ‘ah, a gente fez o treinamento pro ambiente virtual’ e como que a gente usaria esse ambiente virtual, o AVA, né, e aí a gente fez... eles fizeram o treinamento, você se inscrevia e fazia o treinamento. Pois é, então a transição aconteceu, foi difícil? Foi, eu acho que ainda ‘tá’ sendo.” A gente nunca mais vai se livrar do online, da *live*, porque é muito prático. A gente tem reunião de negócios aqui, que acontecem todo mês *online* e uma vez a cada semestre um professor vem aqui com a gente, presencial, mas é muito prático.”

O período pandêmico trouxe males irreparáveis. Contudo, as ferramentas utilizadas acabaram fortalecendo novas práticas de ensino-aprendizagem. Os professores, em geral, precisaram fazer parte de treinamentos de novos recursos e instrumentos que estão permanecendo. Segundo a professora entrevistada, a transição não só foi difícil como ainda está sendo, afinal, nunca mais vai se livrar do online porque é muito prático.

Agora, focando um pouco na UEA, as questões de ações afirmativas na instituição, como a senhora enxerga isso?

“A UEA tem um sistema de cota ‘pra’ alunos indígenas. Desde o início, eu sempre tive, aluno indígena em minhas turmas. Nem sempre os alunos se identificavam como indígenas, porque também tem isso, as vezes... porque não sabem como vai ser a reação das outras pessoas, hoje é diferente. Eu lembro no último semestre agora, no último período, eu fui dar aula de literatura afro-brasileira, e aí os alunos... pedi ‘pros’ alunos se apresentarem, falar alguma coisa, aí a minha aluna trans, é, ela não disse que era trans, na hora, mas ela me chamou num canto e perguntou se tudo bem se ela usasse o nome social dela, eu disse ‘claro, qual é seu nome social?’ ... ah, porque eu dei um coisinha ‘pra’ eles colocarem, uma etiqueta ‘pra’ colocar o nome. E aí, é... ela

perguntou se era possível usar o nome social dela, porque ela ‘tava’ mudando e tinha um processo agora o nome dela já tá o nome de mulher, que era um nome de homem, e quando eu fiz a chamada, a pessoa não respondeu, achei que ‘tava’ faltosa, aí, ela veio e falou ‘olha, essa pessoa sou eu’. Aí eu disse ‘ah, tá bom então’ aí eu já anotei em cima o nome, entendeu? Mas, eu não sabia, depois, conversando com essa aluna, eu soube que não é todo professor que aceita naturalmente, de falar ‘ah, mas o seu nome aqui tá assim, não, mas porque que eu vou te chamar assim?’. E aí, eu tinha dois alunos indígenas, uma mulher e um homem. A candidata indígena daqui de Manaus a deputada federal, a Vanda [Witoto], Vanda foi minha aluna, ela era da pedagogia, mas ela foi minha aluna de linguística aplicada a educação.”

Sobras as ações afirmativas, a professora focou em duas situações, a de uma aluna trans e seu constrangimento ao pedir para usar seu nome social e a forma com que a entrevistada lidou com essa situação, ao anotar o nome social em cima do nome morto e demonstrar surpresa ao descobrir que nem todo professor tem a reação de acatar o pedido da aluna.

E ao citar seus alunos indígenas com destaque a aluna Vanda Witoto cujo nome indígena de “Derequine”, denominação que significa “formiga brava”. Vanda foi candidata à Deputada Federal de Manaus pela Rede Sustentabilidade nas eleições de 2022 alcançando um total de 25.545 votos, contudo, não conseguiu se eleger. Em sua biografia

“Vanda relata que entrou na Universidade sem saber ao certo o que era aquele espaço. ‘A gente não se reconhece como parte daquele lugar’, relata. Ela conta que no início das aulas se apresentou com o seu nome ‘de branco’, Vanderlecia Ortega, mas duas semanas depois, quando um colega de turma chegou com o corpo pintado, se apresentou como Francisco Maricaua e saudou os colegas em sua língua materna, despertou-se nela a importância de ocupar aquele espaço se identificando como indígena. ‘Eu pedi para me reapresentar e o fiz como Vanda Witoto. Quando eu ouvi ele falar, não me senti mais sozinha e a minha identidade começou a ser fortalecida’, conta.” (A VANDA)

E alunos negros, a senhora geralmente tem?

“Não, eu ‘tô’ no Amazonas. Eu tenho pessoas morenas. Mas oh, tenho alunos negros, mas alunos que se dizem negros, ou descendentes de negros, são pouquíssimos. É... Quando eu olho a minha sala, eu vejo muito rosto moreno mesmo, eu vou dizer assim, a pele morena né, do amazonense que a gente não sabe que mistura que tem, mas... é... só ‘pra’ você entender, ensinando Audre Lorde, que é uma escritora negra, lésbica, ela é assumida de tudo né. A gente lendo Audre Lorde em sala e tentando né, entender o que ‘tava’ no poema e tal. Eu tento sempre que eu trago qualquer coisa inglesa, eu trago com tradução se possível, se tiver e se não tiver eu trabalho com os alunos e fazendo outros trabalhos falando de feminismo, falando de negritude, falando disso tudo. No final do semestre, uma aluna escreveu uma carta pra mim, uma aluna branca, branca de ficar vermelhinha no sol né, e aí ela disse pra mim assim ‘muito obrigada porque através da sua aula eu passei a conhecer melhor o meu pai’, e aí ela me disse que o pai dela era negro mas que ele nunca se viu como um homem negro e aí ela falou assim ‘falando das suas aulas pro meu pai, ele se abriu comigo e aí ele disse os momentos que ele sofreu racismo, que eu não sabia e até momentos que ele sofreu racismo sem saber que estava sofrendo racismo’. Então, é... você vê como é algo que se estende né, então isso que ‘tá’ arraigado na nossa sociedade, cria uma vergonha tal pra pessoa que ela prefere não dizer que é indígena porque vão chamar ela de índia. Né, porque é isso, as pessoas não sabem que tem que usar o termo indígena, é igual o termo denegrir, pouquíssima gente sabe que o termo denegrir tem a ver com negro etc e tal. E aí tem gente que fala assim ‘ai, fulano usou o termo denegrir’, eu falo assim ‘eu podia te citar quarenta professores

que vão usar o mesmo termo porque é isso que as pessoas usam a vida toda', não é do dia pra noite, você não vai chamar uma pessoa de racista porque ela chamou... ela usou 'ah, a pessoa estava denegrindo o outro', as vezes eu me pego pensando na palavra denegrir, e aí você tem que escolher no seu dicionário mental que palavra que eu posso usar aqui, não é? Então é... é muito delicado. Porque você já aprendeu isso com 16 anos, você não pode chamar uma pessoa de 60 anos de racista porque ela usou um termo. **Sabe, eu posso 'tá' indo na contramão, mas eu acho assim, se você é radical, você já perdeu dez aliados, né, é... eu entendo assim, Maya Angelou falava assim 'tem que ensinar', sabe? Tem que ensinar, você tem que virar 'pra' pessoa e você tem que ensinar pra ela, que as peles são escuras, mas a gente tem o mesmo cérebro, tem, sabe... o organismo funciona igual, o meu talvez melhor que o seu, não é assim?** E aí, é isso mesmo, sabe? Agora você vai ensinar assim 'pô, você é racista hein, você usou a palavra denegrir', não é assim. Você pode chegar em algum momento e falar assim 'oh, não usa mais essa palavra não porque o pessoal tá sendo acusado de racismo', então assim, tem formas de você tratar isso né, as vezes meus alunos são muitos duros com qualquer pessoa que faça qualquer comentário que não seja feminista, você entendeu? Aí eles falam 'Ah, eu não aguento', eu falo 'gente, é, vocês são meus alunos, essa pessoa também é meu aluno' e eu tenho que ser extremamente diplomática até o momento dele entender que o que ele tá falando é machista, que o que ele tá falando é racista, etc e tal, eu não posso bater na cara do meu aluno e dizer 'aprende', não é isso, não é assim que se fala. Então, é a juventude, ela, tem pressa, entendeu? A juventude tem pressa."

Ao ser perguntada sobre a presença de alunos negros, a entrevistada conta que não tem alunos negros, que no Amazonas, seus alunos são morenos, já que a autoafirmação negra é pouca. E que, o racismo está tão arraigado que há uma negação da própria identidade diante da vergonha de não ser branco. A interlocutora termina sua fala argumentando sobre a necessidade do ensino, considerando o contexto de tempo e espaço, diante do racismo para que haja uma efetividade em seu entendimento.

Sendo uma mulher autodeclarada negra, que já ocupa um lugar de destaque, como a senhora acha que se enquadra no espaço acadêmico?

"Assim... Eu entrei via concurso, tinham vinte candidatos na prova escrita quando eu fiz o concurso, pra UEA, 2008, era duas vagas. Desses vinte, passaram cinco 'pra' fazer a prova didática, e aí só podia tirar dois daí, aí tinha a prova de títulos né, passava dois, prova de títulos. Eu entrei e eu vi vários colegas da faculdade, eu falei 'pô, aquele CDF²⁷ lá da faculdade, vai ser difícil esse negócio aqui'. Eu tinha voltado do mestrado já fazia um tempo. Eu passei no concurso e eu passei em primeiro lugar, mas é porque eu sou a CDF e aí eu passei em primeiro lugar porque as pessoas não citaram autores. Você não escreve sem citar alguém. Olha eu conversando com você, eu já falei do Carl Degler, da Maya Angelou, da Toni Morrison, da bell hooks, da Angela Davis, entendeu? da Djamila... Você mesmo conversando comigo já falou dos autores. Dá 'pra' você escrever uma coisa acadêmica 'pra' uma prova, sem citar? Por mais que você não lembre o nome do livro, você coloca, sabe, o fulano tem um trabalho que trata disso. Pronto, isso quer dizer que você tem leitura, né. Não é que as pessoas eram burras, as pessoas se distraíram. Eu entendo assim, porque tinha gente muito boa mesmo né... E isso eu lembro que foi uma das coisas que alguém comentou 'olha, o pessoal não passou por isso...'. As pessoas que não passaram, chegaram a perguntar 'pra' mim, 'você citou?', eu disse 'claro!'. Então, passei. Eu fui 'pro' doutorado e quando eu voltei eu fui chamada pra trabalhar na pró reitoria de pesquisa com o pessoal do PAIC. Eu que coordenava, eu era a coordenadora do PAIC. Não só PAIC

²⁷ O termo CDF significa "cabeça de ferro" ou "crânio de ferro" porque se presume que, a pessoa estuda tanto que se tivesse um crânio normal como os demais, esta cabeça não resistiria e poderia estourar.

né, que é PAIC, PIBIC e etc, toda a parte de pesquisa. Passei uns meses, e aí eu fui convidada ‘pra’ substituir um colega meu como diretora da editora universitária e eu fiquei lá cinco anos. Em cinco anos eu aumentei, tripliquei a equipe, ou quadruplei talvez, fui ‘pra’ várias bienais, entrei como diretora da academia... academia não... associação brasileira de editoras universitárias, eu fui diretora do Norte, da região Norte, dentro da ABEU, o que pra mim foi fantástico, porque os diretores era, é... UNESP, a editora da UNESP, UFBA, maravilhosa, editora da UFBA, algumas da Bahia, do Nordeste, a do Rio Grande do Sul, a URGS né, do Rio Grande do Sul, pessoal do Paraná, também, pessoal de Santa Catarina, da UFSC, USP, PUC, etc. Então, a minha gama de conhecimento fez uma *umbrella*, sabe? E eu comecei a ver um outro mundo né... só de participar como é... uma pessoa que ‘tá’ expondo, expositora, nas bienais né... eu fui pra duas bienais no Rio, uma bienal... duas bienais em São Paulo, duas no Rio [de Janeiro], então assim, foi maravilhoso. Cinco anos à frente da editora, eu me orgulho, super me orgulho. Nós saímos de uma publicação muito limitada, de repente a gente tinha centenas de livros publicados, então, é por isso que eu falo, qual o problema que eu tive de tá lá? Né, o problema que eu tive é que eu não tinha ideia o que eu ia fazer, mas eu aprendi. Tanto que até hoje eu sou superexigente, qualquer pessoa que me passa um texto já sabe que eu vou olhar. Por conta desse trabalho né, na editora. Não saiu um gênio, mas eu fiz uma coisa que ninguém até então tinha feito apesar da editora já existir, ir ‘pra’ reunião da ABEU, entrar na diretoria da ABEU, fazer amigos maravilhosos que são editores inclusive da Fundação. De toda a Fiocruz. Gerei uma publicação em conjunto com a Fiocruz. Então, foi maravilhoso. Saí, quando entrou nova gestão, eu saí, mas ao mesmo tempo ‘tava’ começando o curso de especialização, parceria com a Seduc, né... pra quase três mil alunos, que são professores da Seduc em todo o Amazonas. É um projeto do governo né do estado desenvolvido pela UEA em parceria com a Seduc, então nós temos 116 professores em todo o estado do Amazonas, inclusive na capital. Eu sou a coordenadora geral desse curso. **Então eu não sei se sou eu, minha atitude, minha criação, a forma que eu vejo o mundo né... que... se eu já sofri preconceito? Provavelmente, provavelmente me deixaram de lado por eu ser uma mulher negra... preconceito tanto por eu ser mulher quanto ser negra, claro né... as vezes as coisas não são um tapa na cara né, as vezes as coisas simplesmente acontecem sem você perceber, ou mesmo que você perceba, você não tem uma prova, ‘isso aconteceu porque eu sou negra’, mas eu também nunca fui pra frente, pensando assim, ‘ah, pô, eu não vou tentar fazer isso porque eu sou uma mulher negra’ nunca.** Eu sou aquela que ‘quem quer fazer tal coisa? quem quer ler o poema aqui na frente?’, eu vou, eu posso até errar a minha leitura, mas eu vou, como eu fiz na universidade, ‘a gente tá precisando de alguém pra coordenar pesquisa, você tá chegando do doutorado com pesquisa... você não quer vir?’, ‘tá, você me diz o que que eu vou fazer?’ ‘digo’, fui. ‘Você não quer ficar no meu lugar na editora e tal?’ ‘Tá, fico’, aprendi tão bem que eu fiz ela crescer né. Então é assim... é meio louco isso.”

Em sua interlocução, a professora demonstra que estar aparelhada e ser criteriosa para enfrentar os desafios profissionais que surgiram a auxiliaram para estar onde está. Isso aconteceu quando concorreu a bolsa Fulbright, a vaga como professora na UEA, entre outras oportunidades. Ela chama a atenção a questão de estar preparada – ao citar autores em uma prova da academia – mas também a capacidade de aceitar os desafios e se não souber, aprender – como ocorreu quando assumiu a direção da editora.

A entrevistada associa ter tido sucesso nessa construção profissional à sua postura, atitude, criação e forma como vê o mundo. Admite que provavelmente já sofreu preconceito por raça e/ou gênero, argumentando que as vezes as coisas não são um tapa na cara talvez por

isso não pontue uma ocasião específica, mas que essas situações não a impediram de seguir em frente porque ela não se permitiria frear.

A senhora gostaria de dar alguma contribuição para as gerações futuras?

Eu agarro as oportunidades. Porque eu sei que até o mundo dar volta de novo e chegar em você... Você entendeu né? O carrossel se você não pular na hora certa você perde aquele cavalo cor de rosa que você queria porque até dar a volta completa e voltar pra você já tem outra criança sentada nele. Então, não dá 'pra' esperar né... Então vou fazendo. Tenho 55 anos, digo que super bem vividos, sou super viajada. **Já viajei sozinha na Europa, já viajei sozinha nos Estados Unidos, que é um lugar extremamente preconceituoso, o estado de Washington, principalmente, mas assim... se já me olharam diferente nos Estados Unidos? Já! Mas nunca me disseram nada que eu não pudesse fazer né, então eu acho que a minha criação, minha atitude, o tudo sabe, tem a ver com isso também.** Eu tenho uma atitude muito positiva 'pra' vida sabe, então vai sempre acontecer de eu tá num restaurante que eu sou a única preta, de eu tá numa reunião que eu sou a única preta, entendeu... **E eu acho que é necessário, não que seja eu a única preta, mas que tenha pelo menos uma.** Porque eu ensino isso em literatura, pior do que mal representado é nem ser representado. Representação e representatividade são duas coisas diferentes, mas se você nem tá lá, cadê a representatividade? Então, você precisa 'tá' lá. As vezes as pessoas falam 'poxa, a gente só teve um juiz do STF que era negro'. Pô, pelo menos teve. Então, é isso, sabe, é você poder fazer esse *step*, esse passo. E eu acho que é nesse momento que você dá passo, que você faz assim 'vem agora vocês comigo'. Então é essa visão positiva, porque se tudo que acontecer na vida eu chegar 'pra' tomar um sorvete e o sorvete acabou, eu falar 'pô, acabou porque eu sou uma mulher negra'. Faz sentido 'pra' você? Sempre achar que as coisas não acontecem... Eu já acho que tudo acontece 'pra' mim. Eu já sou o contrário, entendeu? **E se não 'tiver' acontecendo, eu faço acontecer. Porque eu acho que é essa a visão positiva, né. É chegar e acontecer.** Então assim, eu as vezes eu brinco com meus alunos, eu falo assim, 'eu não sou ninguém, mas eu conheço um monte de gente que é'.

Como recomendação para as próximas gerações a professora, através do seu exemplo, deixa suas contribuições ao afirmar que, primeiramente, não se pode perder tempo, portanto, deve-se agarrar as oportunidades porque elas podem não voltar. É importante encarar a vida com uma atitude positiva e não se sentir impedida de fazer o que se quer. Outra dica é estar nos lugares, mesmo que seja a única minoria, porque é nesse momento que você abre portas e diz "vem agora vocês comigo". E o mais importante, se não estiver acontecendo, faça acontecer. Porque, segundo a entrevistada, "é essa a visão positiva, né. É chegar e acontecer".

3.2.3. A professora que é mulher, negra e indígena

"[...] porque eu sou uma mulher, negra, indígena, pobre, então é um todo dentro desse contexto entendeu, então essas coisas, elas se entrelaçam, elas não estão separadas entendeu, então eu acho interessante você pensar nessa perspectiva porque pensar nas mulheres negras na Amazônia, tem que pensar que essas mulheres também têm essa vivência indígena muito forte, não é, pelo menos na minha concepção, porque é assim que eu me sinto..."

Esse diálogo foi realizado com uma professora negra da Universidade Federal do Amazonas em dezembro de 2022 de forma online. Com a formação em Direito e História Social a professora que se identifica como negra de cultura indígena afirma que há um entrelaçamento entre esses aspectos na cultura das mulheres negra da Amazônia. A entrevista está na íntegra com algumas omissões que demonstravam cenário de exposição pessoal.

Após a exposição da pesquisa a ela, a professora inicia o próprio discurso de identificação.

“Como eu digo ‘pros’ meus alunos né, vamos fazer a identificação, quem é você? Eu estudei praticamente a vida inteira em escola pública, eu fiz o ensino médio, ensino fundamental, eu comecei a estudar mais tarde porque eu sou do interior ‘tá’?! Eu sou de Borba. Na verdade, assim, a minha família veio muito assim... eu era muito pequena, eu tinha 4 anos, mas se você me perguntar assim, do ponto de vista da identidade, quando você me falou nessa entrevista, eu comecei a pensar sobre isso né, e **eu, na verdade, eu sempre me senti indígena, muito mais indígena do que negra, tá, então do ponto de vista da minha formação cultural e das coisas que eu sou né, então eu sempre me vi muito mais indígena** do que... tanto é que a primeira vez que eu fiz uma seleção com cotas foi no doutorado, e foi uma seleção mais por uma imposição né, dos meus amigos porque eles diziam ‘não, tem cota e nunca ninguém faz esse tipo de cota e você teria todas as condições de fazer e você não faz’, eu digo ‘não, vou fazer’, até por uma questão de afirmação desse tipo de coisa né, então eu peguei e acabei fazendo mas eu sempre me senti, do ponto de vista cultural, **porque nós que moramos na Amazônia né, nós temos a presença indígena muito marcante, então essa questão da interseccionalidade eu acho que seria uma coisa interessante você pensar na sua pesquisa, que é essa questão da interseccionalidade porque eu sou uma mulher, negra, indígena, pobre, então é um todo dentro desse contexto entendeu, então essas coisas, elas se entrelaçam, elas não estão separadas entendeu, então eu acho interessante você pensar nessa perspectiva porque pensar nas mulheres negras na Amazônia, tem que pensar que essas mulheres também tem essa vivência indígena muito forte, não é, pelo menos na minha concepção, porque é assim que eu me sinto, então eu acho interessante na pesquisa né, a gente destacar essa interseccionalidade dessas mulheres porque cada mulher ela vai ter um impacto diferente**, por exemplo, o impacto que eu sinto muito mais é por ser mulher no direito, não é por ser negra, não é por ser índia, entendeu, é por ser mulher porque é um espaço de homens, **é um espaço extremamente masculino**. Então cada profissão, cada coisa... por exemplo quando eu era do curso de História, eu fui professora do curso de História durante muito tempo... Então assim, quando eu era professora do curso de História, eu não sentia isso, essa interferência do ponto de vista por ser mulher, se havia alguma diferença entre eu e o professor Balkar, entre eu e o professor Auxiliomar, não sentia isso. Os alunos também não sentem isso, os alunos inclusive valorizam muito as professoras mulheres no curso de História, no curso de Direito isso é diferente, entendeu, isso é diferente. **Tanto é que quando você entra na faculdade de Direito né todos os diretores dos últimos cem anos foram homens, não tem uma mulher, aí você pergunta, onde estão essas mulheres? Elas não existiram? Onde elas estavam? Por que que elas não aparecem? Então tem tudo a ver com o ambiente no qual você está**, então eu sou essa pessoa né, eu sou... a minha formação em Direito, eu comecei a minha segunda formação, eu já era professora há mais de 15 anos quando eu fiz o curso de Direito, depois fiz o concurso universitário pra faculdade de Direito, o curso de História não sei se você lembra mas levou muitos anos pra ter concurso, por exemplo, eu formei em 97 o primeiro concurso que teve foi em 2008 que entrou a professora Patrícia Silva, só tinha um vaga, e éramos todos nós. Eu fiz esse concurso, e aí em 2008 eu terminei o curso de Direito, em 2010 eu vim ‘pra’ faculdade de Direito, e aí eu fiz o concurso e fiquei aqui, entendeu. Então, não tem nada a ver com...

assim, você diria ‘não, você é professora, você escolheu ficar na faculdade de Direito, não na faculdade de História’, porque, o que que aconteceu? Não é uma questão de... é porque não havia concurso ‘pro’ curso de História, aí depois abriu outras vagas, entendeu, depois abriu outras vagas e como eu queria ficar na universidade como professora, acabei... tinha a possibilidade de fazer na faculdade de Direito, acabei fazendo. Então eu fiquei no curso de Direito né, o curso de Direito inicialmente ele foi muito receptivo, por quê? Porque eu sou docente, eu tenho prática docente, muitos dos nossos professores eles são da área, como é que eu vou te dizer? Muito mais da área técnica do que da área docente, entendeu, então isso faz uma certa diferença pelo menos ‘pras’ pessoas que estavam na época isso fazia diferença e eles queriam um professor que tivesse ou alguma professora né que tivesse esse perfil tanto é que o concurso que eu fiz foi um concurso pra... que foi um concurso interdisciplinar, vamos dizer assim, a minha banca era interdisciplinar, era pedagogia porque eu ‘tava’ trabalhando a parte de pesquisa, era uma pessoa da linguística porque eu ia trabalhar com linguagem jurídica e uma pessoa do Direito porque trabalhava hermenêutica. Então era um concurso ‘pras’ propedêuticas bem amplo e foi um concurso interdisciplinar, então foi uma coisa diferente dentro da faculdade de Direito porque normalmente ele é muito específico na área técnica e esse concurso ele teve um perfil diferente que foi esse perfil interdisciplinar, entendeu, então ‘tô’ aqui há um tempo né, tô hoje coordenando o curso de Direito, sou a atual coordenadora do curso. Então é isso que eu ‘tô’ fazendo, minha família é uma família do interior, minha mãe é indígena como eu disse pra você, as características nossas são indígenas muito mais que do que... por mais que tenha a presença negra muito forte né. Eu tenho tios que eu sou parda bem puxadinho né, narizinho bem legal, tudo tranquilo. Os meus tios, eu tenho tios e primas negros mesmo, não pardos, na minha família tem essa presença muito forte. **Então assim, mas eu confesso a você que do ponto de vista profissional, esse impacto ele existe, mas na questão da área do Direito o impacto por você, não sei se é porque minha cor não é tão puxada, por ser mulher impacta muito mais do que as outras coisas entendeu, então eu acho que isso é uma... por isso que eu disse, eu acho uma coisa importante discutir a questão da interseccionalidade, que essa situação, essas vulnerabilidades elas não são isoladas, você é de um setor social menos favorecido, você é pobre, você é negro, você é índio, você é mulher, então você tem impactos diferentes, entendeu.** Por exemplo outras mulheres podem ter outras situações entendeu mesmo estando dentro da universidade, podem sentir outros impactos. E é isso, é isso que eu ando fazendo né. Eu pesquisei durante muito tempo a questão indígena, por isso que eu digo ‘pra’ você, eu tenho essa afinidade muito grande né. Então sua pesquisa tem a ver com a vivência que você tem né, as escolhas que você faz ‘pra’ pesquisar, tem a ver com o que você, como você vê o mundo, como você quer ver o mundo né e como você tenta transformar esse mundo, ou não né. Então a minha perspectiva é essa.”

A professora escolhe iniciar seu discurso falando de onde veio e justificando sua identidade negra e indígena. Mesmo tendo características físicas associadas a negritude, sente-se indígena por ter uma cultura construída do lugar de onde veio, do interior do Amazonas, portanto, aponta sua interseccionalidade afirmando ser mulher negra, indígena, pobre, um todo dentro desse contexto.

Em termos de impacto social, aponta a questão do gênero, afinal, ser mulher no direito, um espaço extremamente masculino se faz notar. Reafirma esse efeito ao associá-lo ao local em que se encontra, pois, não sentia o mesmo no curso de História, deixando claro que “então tudo tem a ver com o ambiente no qual você está”.

Chega a questionar se o impacto da cor a trouxe alguma incomodação, mas acredita que por sua cor “não ser tão puxada”, ela é mais atingida pelo gênero do que por outras coisas. Contudo, reafirma que é importante discutir a questão da interseccionalidade porque as vulnerabilidades não são isoladas e que se você é de um setor social menos favorecido, você é pobre, você é negro, você é índio, você é mulher, então você tem impactos diferentes. Por exemplo outras mulheres podem ter outras situações mesmo estando dentro da universidade, podendo sentir outros tipos de impactos.

Quando a senhora chegou em Manaus?

“Nos anos 70 né, eu tenho 51 anos, a minha família veio toda eu acredito que em 75 ou 76, 1975 ou 1976, eu não tenho certeza. Foi um período que a gente veio, eu não tinha cinco anos, era muito pequena, eu não lembro das coisas da época do interior, mas **como você sai do interior, vem ‘pra’ cidade, os hábitos continuam entendeu, eles não ficam lá.** Então, é... eu era muito pequena, eu sou de uma família muito grande, de uma família com 13 irmãos. Então eu só comecei a estudar mesmo no ensino fundamental quando a minha irmã, que é mais nova do que eu, conseguiu inteirar 7 anos, por quê? Porque na verdade nós íamos juntas pra escola, porque como eu era muito pequena a escola não me aceitou, não permitiram porque a minha mãe ia ter que me levar e ela não tinha condições de levar e deixar os outros, entendeu, então eu só fui pra escola né, depois que ela inteirou 7 anos, aí nós íamos as duas pra aula e aí depois eu fiz direto né, eu passei no curso de História direto, na universidade, aí eu fiz o ensino fundamental e ensino médio e passei direto no vestibular e aí eu cursei. Eu comecei a ser professora no primeiro ano que eu ‘tava’ no curso de História, eu comecei a ministrar aula no estado, eu tinha 22, 23 anos, eu já ‘tava’ dando aula no estado né, logo no primeiro ano, eu ‘tava’ no segundo período quando eu comecei a dar aula no estado, eles fazem aqueles contratos né, então eu comecei a dar aula logo no primeiro ano, depois eu fui pro Latu Sensu, eu trabalhei durante 10 anos no Latu Sensu, a professora Maria Eugênia, ela dava aula no Latu Sensu e ela ‘tava’ saindo, aí ela fez uma seleção dos alunos e acabou levando, eu ‘tava’ no 5º período quando eu passei na seleção do Latu Sensu e fiquei lá, passei 10 anos e de lá eu já vim pra universidade, aí é isso. Então assim, na minha família a gente veio em que momento, no período chamado período áureo né, da Zona Franca, as pessoas vinham ‘pra’ cá por conta da Zona Franca, por conta dos empregos e tudo mais. O meu pai na verdade, ele veio ‘pra’ cá, ele e a minha mãe, nós todos né, com um único objetivo, que os filhos estudassem, hoje isso não é tão marcante no interior. **A presença da UEA, eu sou professora da UFAM há muito tempo, mas a presença da UEA no interior é muito importante pra fixar as pessoas no lugar, entendeu, pra elas continuarem estudando nos seus lugares, entendeu, antes isso não era possível, só tinha até a 4ª série [do ensino fundamental, atual 5º ano] quando tinha,** então nos anos 70 as pessoas vinham pra Manaus fundamentalmente em busca de escolas, então foi isso que aconteceu com a minha família, a gente veio pra cá pra estudar, era essa a intenção do meu pai, e uma coisa interessante é que meus pais eram analfabetos né, o meu pai, ele nunca estudou e a minha mãe, ela fez só até a 4ª série. Então eles tinham uma expectativa de que os filhos pudessem estudar e isso é uma coisa interessante, então, vim pra Manaus significava possibilidade de estudar entendeu, então era isso... e nos anos 70, e os anos 70 é o ano que há um período de migração pra Manaus muito grande por conta da Zona Franca, há um crescimento populacional né muito grande, então é isso.”

Percebe-se nesse trecho o quanto uma estrutura familiar foi importante para a interlocutora ocupar o espaço que ocupa. A mudança de local em prol da possibilidade de acesso

a uma educação articulada pelos pais que não tiveram a mesma chance nos traz a reflexão que para estar nos espaços que essas mulheres estão hoje, elas não chegaram sozinhas.

Há uma identificação de alguma mudança que possa ter surgido ou se intensificou diante de mudanças na educação? Como por exemplo, o quadro sanitário, a utilização de ferramentas tecnológicas, a senhora identifica essas mudanças no seu meio acadêmico?

“Esse período foi muito difícil né, ‘pra’ todos. E o período da pandemia, eu não estava regularmente na sala de aula porque eu estava afastada ‘pro’ doutorado, mas eu ministrei mesmo assim, eu ministrei vários cursos né, e eu era aluna também. Eu assisti as aulas, algumas aulas no período da pandemia, tudo online né. **E nós professores, na verdade a gente teve que se adaptar a um novo sistema que é muito complexo e que ele invade muito a nossa vida e é esse o grande problema é a invasão desse período online que a gente chama né ou tele presencial como ele tá marcado e como ele fragiliza a saúde das pessoas entendeu, por quê? Porque não tem limite, não tem direito a desconexão, precisamos parar, ter o tempo do labor, o tempo do trabalho e o tempo da nossa vida porque isso se misturou no período da pandemia de tal forma que as pessoas não conseguem.** Se você não responde o WhatsApp imediatamente, as pessoas surtam entendeu, como se você tivesse a responsabilidade de responder de imediato qualquer coisa que chegue a qualquer hora. Eu ‘tô’ me policiando muito pra tentar controlar esse tipo de coisa, eu acho que todos nós vamos ter que reaprender a pôr limites entendeu, porque todos os limites eles foram ultrapassados, vamos dizer assim. Você não sabe mais definir qual é o tempo do labor, você se sente o tempo todo devendo alguma coisa entendeu, é como se você tivesse o tempo inteiro com alguma coisa atrasada que você precisa fazer, porque o telefone não para de tocar, o e-mail não para de chegar coisa, entendeu. Então é uma situação extremamente delicada, né. Então no período da pandemia para os professores... o pessoal ‘ah, o pessoal não trabalhou, o pessoal parou’, na faculdade de Direito não aconteceu isso, o pessoal continuou dando aula no período da pandemia, somente dois professores nossos não deram aula entendeu, mas nós somos quarenta entendeu, então todos os professores né, a maioria, mais de 90% ‘tava’ trabalhando normal só que nessas novas ferramentas. **E nós tivemos que reaprender a mexer nesse tipo de coisa, eu confesso que hoje por exemplo, essa reunião que a gente tá fazendo, se fosse antes da pandemia, a gente ia achar que não é eficiente entendeu, a gente ia ver isso como menor e hoje a gente sabe que é tão eficiente quanto se nós tivéssemos as duas juntas entendeu, então a pandemia, ela trouxe muitos problemas mas ela também trouxe um novo olhar sobre essa questão da tecnologia entendeu e uma coisa é isso, por exemplo, você tem a capacidade de fazer a sua pesquisa de onde você ‘tá’, conversando com qualquer pessoa do mundo, do Brasil, entendeu tranquilamente se você o conhecer.** Por exemplo, semana passada eu fiz uma conferência com um professor nosso, na verdade ele foi professor daqui e ele ‘tá’ na Espanha. Então a gente conversou horas entendeu, o que a gente não fazia antes, eu conheço o professor há sei lá, dez anos e é a primeira vez que a gente faz, aliás, a primeira vez não, esse ano nós já fizemos cinco reuniões entendeu, de forma muito eficiente, então a gente achava antes que ele tinha que vir pro Brasil ou eu tinha que ir lá, senão a gente não conseguia conversar entendeu e não tem nada a ver com questão pessoal não, nós estamos discutindo questões de trabalho entendeu, então a pandemia ela trouxe problemas mas ela trouxe um novo olhar também que é esse olhar que você tá fazendo agora. Se você tivesse conseguido o [Google] meet né, ele desabilitou toda a parte de gravação né, eles desabilitaram tudinho, se fosse ano passado essa entrevista a gente poderia gravar e você poderia rever depois com maior tranquilidade entendeu, então assim, é... não é possível agora porque requer um investimento maior entendeu, mas de qualquer forma você ‘tá’ realizando a sua pesquisa. **Então assim, só recapitulando a sua pergunta, a pandemia, ela trouxe vários problemas, principalmente ‘pra’ quem é da educação por quê? Porque a gente teve que aprender, não é reaprender, nós tivemos que aprender do zero várias coisas que a gente nem acreditava que era**

eficiente, ‘tá’ bom, a gente nem acreditava que era eficiente, nós tivemos que aprender. Isso foi um problema? Foi um problema, porque assim, a presença humana, o afeto, a proximidade, pra educação, ela é muito importante, e eu sempre digo que não sou eu que faço as coisas, quem faz são meus alunos, eu só indico pra eles as possibilidades que nós temos se a gente fizer dessa forma e se a gente fizer dessa forma o que que pode acontecer, eu dou as possibilidades mas quem realiza, quem faz, quem conquista, são eles entendeu, você apenas contribui para isso mas pra que isso aconteça eles precisam confiar em você e essa confiança ela se dá também por meio do afeto, então o afeto nessa relação ele é muito importante, ele não pode ser desprezado, então esse é um problema que a gente teve pra quem é educador entendeu, mas do ponto de vista do aprendizado, de novas possibilidades, entendeu, pra incrementar, foi muito interessante. Temos que pontuar o limite também da invasão da nossa vida, da invasão da privacidade né, porque nós rompemos todos os limites e agora nós temos que fazer uma cisão e delimitar os espaços, delimitar os espaços senão a gente enlouquece porque a gente acha que tá o tempo todo devendo alguma coisa entendeu, então, por que que tá tendo um surto tão grande de pessoas com síndrome do pânico, com várias coisas, com depressão e tudo mais? Por conta disso, porque houve uma invasão total e agora precisa ter esse limite, mas assim é, foi complicado? Extremamente, extremamente complicado porque nós temos colegas que tem resistência também a esse tipo de coisa, entendeu, esse sistema eu brinco que não é ‘pra’ nem muito novo, nem pra muito experiente. Se bem que a gente teve gente mais experiente né, que teve uma desenvoltura muito maior do que os mais jovens, então depende do perfil de cada um, isso não tem nada a ver, mas assim foi um período complexo mas a gente não pode tirar só o lado negativo, acho que a gente tem que pontuar os lados negativos mas também pontuar os lados positivos e acho que uma coisa é o fato de nós estarmos aqui fazendo uma coisa seríssima que é uma pesquisa de mestrado entendeu, por meio desse sistema.”

Associando a pandemia da COVID-19 com a função dentro do seu contexto acadêmico a professora afirma que houve o uso de novas tecnologias e que teve de haver uma adaptação por todos os lados. Contudo, essa nova realidade trouxe seu lado positivo e negativo. Como lado positivo ela elenca o novo olhar sobre a tecnologia ao afirmar que antes da pandemia não acharia eficiência em uma reunião online mas que hoje reconhece a capacidade dessas ferramentas em possibilitarem estar fazendo pesquisa de onde estiver e conversando com qualquer pessoa de qualquer lugar do Brasil ou do mundo.

Como ponto negativo, a pandemia trouxe vários problemas principalmente pra quem é da educação, porque além do aprendizado algumas vezes "do zero" a que os professores foram impostos a questão da falta de presença humana foi um problema, principalmente porque para a interlocutora, "o afeto, a proximidade, pra educação, ela é muito importante". Outro ponto citado como negativo é a questão da invasão da privacidade. As ferramentas tecnológicas utilizadas de todo lugar por diversos meios, como o aparelho móvel celular por exemplo, fizeram com que não houvesse um limite ou um direito a desconexão. A divisão entre o tempo do trabalho e da vida pessoal se misturaram e agora se precisa fazer uma cisão e delimitar os espaços para que as pessoas não enlouqueçam com a sensação de achar que estão “devendo algo o tempo todo”.

E quanto as ações afirmativas no curso de Direito. É comum ter alunos de cotas raciais no curso? A senhora tem essa informação?

“A faculdade de Direito hoje ela tem um perfil completamente diferente do que ela tinha há dez anos atrás, ontem, por exemplo, eu estava num evento de Direitos Humanos né, voltado pra questão de gênero, discutindo pesquisas em gênero, e nós estávamos discutindo justamente essa questão dos trans né, nós tivemos um debate com os negros também, com as mulheres, era o seguinte, a discussão era gênero né, aí gênero do ponto de vista mulheres que são negras né, que são trans, inclusive, e teve até um caso de autista trans, que é uma outra coisa que a gente precisa discutir que é muito novo né. **Então assim, a faculdade de Direito hoje, na verdade não é a faculdade de Direito, é a UFAM né, ela tem uma política de cotas, essa questão dos 50% da escola pública, ela faz muita diferença entendeu. Então assim, a universidade, a UFAM, ela tem políticas adequadas, vamos dizer assim, do ponto de vista geral né, ‘pra’ atender esse público. É complicado? É complicado. Por quê? Porque a faculdade de Direito hoje... quando você vem pra faculdade de Direito, ontem fizeram essa pergunta né, quantas pessoas pretas e negras, trans, ‘tavam’ no auditório, o número é pequeno ainda entendeu,** mesmo tendo entrado 50% da escola pública, aí vem o pessoal que tem a renda de até dois salários mínimos entendeu, vem a pra PCD, vem todas as vagas ou ampla concorrência porque essa é a discussão dentro do vestibular né, mas de qualquer forma, hoje a universidade tem políticas afirmativas pra garantir a presença né, o respeito a essas pessoas, **ainda precisa fazer muita coisa? Precisa, porque precisa ser mudado do ponto de vista estrutural, não é só... a lei de cotas ela traz uma coisa importante que é a inserção, mas só inserir não é o suficiente, nós precisamos manter essas pessoas dentro da universidade né.** A faculdade de Direito, ela tem uma coisa muito, muito, muito diferente de todos, o que que é? O índice de desistência é quase zero, nós temos o menor índice de desistência do Brasil, então isso é muito bom, entendeu, isso é muito bom. Você vem aqui na faculdade de Direito, você entra nas salas, elas estão sempre lotadas, por quê? Por conta disso. Então nós temos um índice de desistência muito pequeno, ontem por exemplo eu ‘tava’ em uma sala com 67 alunos e é o número que entra, e eu ‘tava’ no 9º período, então nós temos as salas lotadas, por exemplo, eu dou aula no 1º [período] e dou aula no 9º [período], ontem eu ‘tava’ no 9º e no 1º, as salas do mesmo jeito entendeu.”

É possível notar na fala da professora que a universidade apresenta política de cotas e que isso permite o ingresso de minorias. Contudo, ainda é um quadro complicado pela ausência, ela afirma em um trecho: “ontem fizeram essa pergunta né, quantas pessoas pretas e negras, trans, ‘tavam’ no auditório, o número é pequeno ainda entendeu”. A interlocutora evidencia a presença de políticas de acesso e respeito mas que muita coisa ainda pode ser feita para garantir a permanência, ela diz que "ainda precisa fazer muita coisa? Precisa, porque precisa ser mudado do ponto de vista estrutural, não é só... a lei de cotas ela traz uma coisa importante que é a inserção, mas só inserir não é o suficiente, nós precisamos manter essas pessoas dentro da universidade né".

De acordo com uma reportagem do Correio Braziliense "menos de 3% das instituições de ensino superior brasileiras têm número de professores negros que espelha a distribuição racial da região onde está" (CORREIO BRAZILIENSE, 2021), ou seja, a ausência de

professores negros ainda é mais comum que a presença. Então, como a senhora descreveria o(s) motivo(s) dessa ausência ou pouca presença de professoras negras nas instituições públicas?

“Tem muita coisa né, primeiro é a própria dificuldade, os próprios obstáculos que você precisa superar ‘pra’ estar nesses lugares. **O primeiro dos obstáculos é a educação**, eu acho que a gente precisa... por isso que eu acho as políticas de cotas nas universidades maravilhosas porque eu continuo acreditando que é superimportante e só por meio da educação a gente faz alguma coisa entendeu e a gente muda esse perfil, então **o grande problema é que essas mulheres elas precisam trabalhar ‘pra’ sobreviver**. Então elas acabam abandonando a sua própria oportunidade né, algumas engravidam muito cedo né, e aí elas precisam lutar pela sobrevivência, então é por isso que é muito complicado elas conseguirem estar disputando esses espaços com quem teve tudo certinho entendeu, então eu acho que esse é o grande problema, então por isso a política de cotas é tão importante. **Então não adianta a gente pensar ‘não, o que foi que aconteceu, invisibilizaram todas elas...’, tem alguns aspectos disso também mas esse não é o principal fator, o principal fator é que a gente não consegue chegar, porque a gente não consegue superar todos esses obstáculos ‘pra’ ter acesso do ponto de vista da educação mesmo, mínima, entendeu**. A gente estar, nós duas, na pós-graduação pública, isso é uma grande conquista, entendeu, isso é uma grande conquista, isso não é uma coisa simples. Então eu acho que o grande problema é esse, por isso que eu te digo, quando você pensar na sua pesquisa, pense nessa interseccionalidade, não é só porque ela é preta não, é porque ela é pobre entendeu, porque ela não tem condições de estar nesses espaços, então é porque ela é preta, é porque ela é índia, é porque ela é pobre e porque ela é mulher entendeu, então são todas essas coisas que acabaram fazendo com que essas mulheres não conseguissem chegar nesses lugares, porque elas foram barradas por vários obstáculos e um dos obstáculos é essa questão de ter condições pra estudar.”

Sendo uma mulher autodeclarada negra, que já ocupa um lugar de destaque, como a senhora acha que se enquadra no espaço acadêmico? A senhora gostaria de dar alguma contribuição para as gerações futuras?

“**Eu acho que uma coisa que a gente pode fazer né é discutir esse tipo de temática**. Você discutindo a questão das mulheres né, eu discutindo a questão dos trabalhadores, (...) é um recorte diferente também mas eu acho que a grande contribuição que a gente pode... **primeiro, continuar sendo quem é, como eu digo, eu não posso deixar de ser quem eu sou, (...) você não apaga a sua história, entendeu, você não deixa de ser e surge novamente**. Como dizia a professora Patrícia, você não é uma fênix que tá todo dia nascendo de novo, e entendeu, você tem uma trajetória, você tem uma história, da sua vida mesmo, então você precisa... então acho que isso faz diferença, entendeu, você respeitar esse tipo de coisa, você reconhecer esse tipo de coisa, você não colocar embaixo do tapete, é, por exemplo, **eu nunca me dei conta de quanto é, quando nós escrevemos nós somos machistas, nós mulheres né**. Eu ‘tô’ relendo agora a minha tese né e o quanto que eu me dou conta que eu só falo ‘aluno’ ou ‘trabalhador’, não, e as trabalhadoras e as alunas? entendeu, então é inconsciente isso com você, então você precisa se dar conta disso pra poder você lutar pra mudar, se você não se dá conta do que tá acontecendo você não tem como mudar. **Então eu acho que a contribuição que você, que eu e que muitas outras mulheres que estão pesquisando podem dar é por isso na pauta tá, por isso no debate porque se a gente não for nos espaços públicos pro debate, as coisas não mudam e a gente não pode não fazer esse tipo de coisa, e outra coisa, a gente não tá discutindo só... me chamam pra uma palestra ‘Você pode discutir questão de raça?’**, posso, mas eu não discuto só isso, eu discuto direito constitucional, eu discuto direito... entendeu, então você também não pode permitir que as pessoas te limitem e te fechem naquela casinha pra você ficar discutindo só essa temática, não, não é bem assim, eu quero ter o direito de estar no debate em todos os campos, não

num único campo que as pessoas acharam que eu devo ficar entendeu, eu posso estar nesse campo por uma escolha que ele é importante, é uma pauta de luta, mas eu posso também atuar em outros campos entendeu, então eu acho isso importante porque as vezes as pessoas querem te limitar, não. Você não pode discutir História da Amazônia? Pode. Você não pode discutir História do Brasil? Pode. Você pode discutir dentro da História do Brasil questão política? Claro que pode. Você tá entendendo?! Então as pessoas não podem limitar o que nós temos que discutir, **nós temos que ter as condições de estar nos debates em todos os campos, nos campos que nós escolhermos, então eu acho que a contribuição maior é essa do próprio reconhecimento entendeu,** de você se pôr no debate e botar a bola ‘pra’ frente. **Outra coisa que eu acho importante, colocar de forma técnica.** Por que que eu acho importante a pesquisa? Porque a gente tem que parar de achismo, nós temos que ser técnicos, nós temos essa obrigação, nós temos a obrigação de fazer pautados nas fontes, pautados nos dados entendeu, pra que as pessoas não fiquem falando as coisas do achismo, ‘eu acho que é isso’, não, não pode ser assim, então eu acho que a grande contribuição da sua pesquisa, do seu trabalho, do meu e de muitas outras mulheres é colocar na mesa trabalhos de qualidade que possam embasar outros trabalhos, entendeu, então isso faz muita diferença e fazer com seriedade é mais importante ainda. Então, acho que é isso.”

Como colaboração, diante da sua já presença no espaço universitário enquanto professora, a entrevistada dá sua opinião no formato de três contribuições: A primeira é que se precisa ser quem se é, que a história pessoal não pode ser apagada e que se pode revê-la e questioná-la quando necessário – como a interlocutora faz quando reconhece que nunca tinha se dado conta da sua escrita machista em sua própria tese. A segunda contribuição é sobre colocar os assuntos pesquisados em pauta para serem discutidos em espaços públicos sendo postos para o debate, contudo, alertando sobre não se deixar limitar ou ser posto em uma casinha para que discuta uma única temática, deve-se estar apto a atuar em outros campos também. E por último, destaca a necessidade de colocar os assuntos de forma técnica, para que as mulheres pesquisadoras contribuam colocando na mesa trabalhos de qualidade que embasem outros trabalhos, realizando tudo com seriedade.

3.2.4. A mulher cujo nome é Luta e o sobrenome é Resistência

“[...] trilhar esse caminho inclusive para o processo de formação é um processo de muita... eu falo de muita luta, de muita resistência, por isso que eu falo que meu nome é luta e meu sobrenome é resistência “L.R.” né... porque a... com a trajetória já construída, é claro que não é fácil, né... e daí ocupar esses espaços que são justamente espaços de poder acabam sendo de certa forma espaços também de disputa com outros olhares, com outras reflexões e esses enfrentamentos”

Essa interlocução foi realizada com uma professora negra da Universidade do Estado do Amazonas em dezembro de 2022 de forma online. Com a formação geografia enxerga o

mundo sob um prisma crítico se posicionando firmemente diante do que acredita adotando uma postura ligada a luta e resistência. A entrevista está na íntegra com algumas omissões que demonstravam cenário de exposição pessoal e por algumas interrupções por falhas de conexão na internet.

Após a exposição da pesquisa a ela, a professora inicia a própria reflexão sobre o tema.

“As mulheres professoras pretas retintas, elas vão sofrer muito mais, né... isso é nítido né... dentro de todos os espaços seja no espaço acadêmico até porque a universidade também é uma instituição racista que acaba justamente reproduzindo por meio desses dispositivos coloniais que são justamente racistas a partir dessa ideia do branqueamento e daí as mulheres negras professoras... eu faço uma leitura justamente do espaço da universidade né... é... **quantas professoras negras tem no curso de geografia? Somente agora eu, pode fazer uma leitura e é bem recente porque esse histórico nunca foi presente dentro do curso de geografia da UEA no sentido (...)** quanto mais uma leitura de quem são essas professoras (...) e os cursos que tem na própria UEA né... onde justamente as professoras negras acabam tendo um número muito reduzido e também de certa forma esse processo acaba sendo reproduzido em diversas falas que as vezes são em torno de brincadeiras que de certa forma falam justamente na questão do seu tom de pele, do seu cabelo né... justamente se você não está estereotipada, que sempre te questionam? Quando você justamente tenta amarrar o seu cabelo que tá black power, ‘será que segura?’, ‘meu cabelo tá bagunçado’, os olhares né, porque o padrão é ter justamente uma tipologia de um cabelo liso.”

A interlocutora inicia sua fala afirmando que a universidade é também um espaço de reprodução de dispositivos coloniais racistas e que isso acaba reverberando na presença de mulheres negras dentro da instituição. Ao questionar quantas mulheres negras há em seu curso, afirma ser a única e questiona nesse processo as falas que evidenciam esse racismo mesmo que em tom de brincadeira.

E ao falar sobre a posição ocupada por homens negros e mulheres negras dentre desse racismo institucional, a professora faz um panorama.

“Essa é uma construção justamente que se dá quando a gente tá discutindo... inclusive com os movimentos sociais a gente tem discutido muito isso né... que essa dimensão justamente de raça inclusive, a dimensão de mulheres negras ou de homens negros mesmo, a gente tem sempre que provar em diferentes espaços que nós estamos exercendo o nosso trabalho, qualquer questão a gente tem que tá provando o tempo todo pra sociedade de que a gente tá fazendo o nosso trabalho né, e de que se tiverem questionamentos acerca do seu trabalho você tem que provar também. Então essas questões não acontecem é claro com as pessoas brancas. A gente vê essa forma dessa reprodução desse racismo institucional que é muito presente dentro da universidade em diferentes espaços, os olhares e se você discute isso dentro da universidade você é aquela considerada aquela professora chata. Eu vejo também de certa forma um processo de construção e reconstrução e muitos inclusive passaram a se questionar mais, inclusive a falar que tem um cuidado maior agora de se reportar a algumas questões, falam que ‘ai professora, o tempo todo eu ‘tô’ me reconstruindo agora, construindo e me reconstruindo porque a senhora traz essas dimensões’. E daí eu sempre trago dentro das pautas, seja em qualquer disciplina, em qualquer debate justamente classe, gênero e raça né.”

“Um dos debates que eu sempre trago né, acho que isso é uma dimensão justamente importante de fazer essa leitura, sobretudo, é sobre o curso de licenciatura, geografia é uma ciência crítica que traz essa dimensão de fazer uma leitura espacial, uma leitura

de uma própria dimensão do espaço e dos grupos, as relações que são estabelecidas então nesse sentido a gente precisa ter esse olhar mais crítico. Então, essa presença dentro da universidade ela é ainda muito restrita tanto quando a gente faz uma leitura em relação aos alunos hoje eu falo necessidade de ter a cara justamente de uma universidade mais preta. É claro que não era essa cara que se tinha nas universidades públicas até porque historicamente, o histórico das universidades era de uma universidade elitista, branca, né... heterossexual, normativa. Então nesse sentido acaba sendo justamente reproduzida dessa forma em diversos espaços inclusive dentro do espaço da universidade, que é um espaço justamente também da reprodução do racismo. E daí justamente a gente vê a trajetória né que grande parte a gente faz uma leitura, eu faço isso, vivo fazendo leitura com os alunos né. Quem são esses alunos que estão na universidade? A gente sabe que nesses espaços era 'pra' ter mais alunos presentes na universidade, pessoas negras, pessoas justamente da periferia da cidade mas porque nosso espaço é segregado, ele é muito desigual, então nesse sentido, desde cedo muitos jovens têm que procurar o mercado de trabalho. Se ele prefere trabalhar do que justamente ficar com o valor da bolsa, então a gente sabe das dificuldades que isso é muito presente né, dentro da universidade que esse é um debate também dessa diferença da classe social e daí trilhar esse caminho inclusive para o processo de formação. **Esse é um processo de muita, eu falo de muita luta, de muita resistência, por isso que eu falo que meu nome é luta e meu sobrenome é resistência "L.R.". Porque com a trajetória já construída, é claro que não é fácil, né, e daí ocupar esses espaços que são justamente espaços de poder acabam sendo de certa forma espaços também de disputa com outros olhares, com outras reflexões e esses enfrentamentos, a gente vai ter, nem todo mundo vai aceitar, a gente em determinados espaços, a gente se posicionar, a gente falar.** Senão você é a mulher preta revoltada, é a mulher preta chata, é a mulher preta raivosa..."

"Então nesse sentido essa leitura que acaba sendo justamente disseminada dentro da nossa sociedade e daí esse posicionamento né, que eu sou uma pessoa bem crítica 'pra' sempre que surgem questões e quando eu não aceito eu vou rebater, vou discutir, vou dialogar e socializar então nesse sentido a gente acaba tendo também esse olhar, essa reflexão né. A gente percebe isso em diferentes contextos e espaços mas que de certa forma a gente precisa 'tá' se posicionando, a gente não precisa se calar o tempo todo. E é claro que, fazendo uma leitura né, justamente dessa trajetória que é um processo inclusive nos cursos de graduação, na pós-graduação, ainda é um espaço também, ainda considerado pequeno para um espaço que são ocupados também por essas mulheres negras né. Todas as mulheres negras, a gente tem diversos enfrentamentos né então esses espaços ainda precisam ser ampliados nesse contexto e na universidade 'pra' ser professora universitária ainda é um número muito insignificante. Quando a gente vai fazer uma leitura a nível de Brasil inclusive faço uma leitura a partir inclusive do curso da geografia né, nos programas de pós-graduação e da graduação, quantas têm professoras negras na Amazônia? Duas professoras. Então a gente fazendo uma leitura, tem muitas professoras e professores mas assim as professoras negras que a gente tem inicialmente no curso de geografia ainda são muito restritas, são mulheres brancas né. Então nesse sentido a gente faz, e aí eu 'tô' fazendo uma leitura do curso de licenciatura, imagine se eu for ampliar isso né. Entre outros níveis, seja de graduação ou pós-graduação pra ver justamente o quantitativo dessas professoras que ocupam justamente esses espaços ainda é muito insignificante."

"Quando eu cheguei justamente na própria UEA e quando eu 'tô' ali lotada na Normal Superior, que é a ENS, eu fico fazendo uma leitura né, porque sempre nesses espaços a gente precisa ficar fazendo a leitura e ver justamente essas professoras. E aí eu não consigo encontrar ainda, claro que tem um pouco, tem só uma professora mas assim é pouquíssimo, a gente acaba não enxergando os nossos pares né dentro desses espaços porque a gente acaba sentindo também, assim de certa forma esse estranhamento né. A gente se questiona o porquê disso, o porquê que justamente não tem mais professoras negras né ocupando esses espaços dentro da universidade. Então nesse sentido é importante a gente fazer uma leitura, até porque também a nossa sociedade é marcada justamente por um processo de exploração desse racismo que

acaba justamente trazendo as invisibilidades, ocultamento, né, a própria marginalização, exclusão do outro, da outra, então nesse sentido a gente vê né que essa ideia do branqueamento que é muito presente em diferentes espaços e é uma visão colonial e essa visão colonial é marcada por esses dispositivos racistas que são presentes dentro da nossa sociedade e não deixa de ter, em todos os espaços.”

“É... são diversas as formas de racismo sobre as mulheres e esse processo de exclusão acaba sendo muito presente. Nós não enxergamos dentro desse processo, como um processo que acaba nos ocultando ainda mais, isso de certa forma né, nos entristece mas ao mesmo tempo a gente tem que ir ‘pra’ luta porque a gente não pode parar por aí porque a gente tem que enfrentar e esses espaços né, eles devem ser ocupados sim. A gente não pode deixar e pensar que esses espaços são apenas somente restritos para pessoas brancas mas que as pessoas negras também possam ocupar esses espaços também e... enfim, eu fiz só um panorama.”

Sobre possíveis dificuldades encontradas na sua profissão, que marcadores sociais poderiam afetar seu cotidiano de trabalho? Que aspectos sobre ser mulher, negra e quaisquer outras características podem atingi-la?

“A maioria das vezes né, nós mulheres negras, todo mundo acha que a gente é tudo igual, é tudo parente, ‘oh você parece com fulana’. Você sendo negra parece sempre com ‘ciclana’ ou com ‘beltrana’, então é sempre assim né, essa ideia ela é sempre construída e isso é de fato em todos os espaços que você chega. Na universidade isso não deixa de ser pontuado entre seus colegas de trabalho ou alunos mesmo, alunas né, de trazer justamente essa reflexão ou até mesmo alguns pontos específicos né, **sempre questiono muito algumas falas né, de alunos inclusive né, quando traz ‘a coisa tá preta’, aí eu falo ‘e pode tá branca?’** aí eles já falam ‘por que professora?’ aí eu vou questionar, trazer várias reflexões que isso de certa forma não só os alunos, os professores também, por isso que eu questiono. Daí eles falam ‘ai, agora eu tenho que repensar realmente’ porque de certa forma é um processo também de desconstrução a gente tá lá, claro que a gente se cansa as vezes de ensinar né as vezes a internet tá aí também ‘pras’ pessoas aprenderem, mas sempre a gente tem que questionar e rebater essas questões que são bem pertinentes em alguns espaços. As vezes se acaba muito associando, principalmente as pessoas negras não só na universidade mas em todos os espaços né, tu sendo negra já te ligam logo, que tem essa visão do preconceito, da intolerância religiosa das religiões de matriz africana né. **Tu sendo negra eles vão logo te associar no sentido pejorativo porque não é só associar a religião de matriz africana mas é associar de forma pejorativa de que isso é ruim, né, tem toda uma construção, o negro e a negra já tem toda essa construção colonial e dentro dessas relações, dessas dimensões como eu uso muito meus brincos, meus colares, né minhas roupas sempre vão chamar atenção, as pessoas vão questionar ‘ai, eu acho lindo teu perfil, tu traz isso e aquilo’ questionando ‘olha o teu cabelo, ai eu queria ter o cabelo assim, eu tinha o cabelo assim mas eu alisei, mas eu te acho linda, acho teu cabelo...’ mas não se aceita assim, não se assume como tal,** e daí essas questões inclusive fala de mulheres brancas:

‘- ai, eu também sou negra’

aí eu falo:

‘- não mana, você não é negra’

‘- não mais a minha avó era...’

‘- sim, tudo bem, a sua avó era você não, você tem que entender a sua condição de privilégio na sociedade de que você não vai sofrer racismo pela cor da sua pele, pelo seu cabelo, pelas suas características que supostamente possam estar atreladas a essas dimensões.’

E daí eu tenho que explicar o tempo todo ‘pras’ pessoas né, então essas questões elas são muito presentes né. De certa forma quando as pessoas querem discutir e acham que discute bem essa dimensão do racismo, inclusive, mulheres brancas que querem discutir, querem se assumir na luta, na causa mas eu falo assim ‘uma coisa difere entre

a gente, é a questão do sentir' né. Você pode, você convive, eu vivo. Porque eu vivo isso na sociedade, eu vi isso no meu cotidiano e as pessoas apenas convivem e conviver não é a mesma coisa que viver porque você sente você sofre isso constantemente e isso te fere porque são violências. **Inclusive tem uma situação bem difícil, bem recente que eu fiquei bem afetada em relação a um colega meu mesmo que a gente foi trabalhar no interior, que ele falou que eu não era negra.** E daí começou todo um debate, e chamei ele de racista, foi a maior coisa e ele falou que ele não era, ele disse que ele é quem sofria racismo porque ele era branco então foi uma situação bem delicada. Os colegas que estavam inclusive minha colega da história ficaram assim... Porque ela estuda escravismo. Foi uma briga danada, uma tarde inteira por causa dessas situações dele questionando e falou várias coisas absurdas inclusive falando de que né, os negros, no período que trouxeram os navios negreiros, os negros foram escravizados com o consentimento deles, ou seja, você é escravizado, você sofre racismo porque você quer e isso é uma coisa a pensar. Ou então se eu venho dizer que o negro sofre racismo nesse país é só porque quer. ‘

‘- Professor, entenda...’, ‘

‘- não, eu que sofro racismo porque eu sou branco’, eu

Eu falei assim ‘:

‘- entenda sua condição de privilégio na sociedade, a sua fala é violenta, a sua fala é carregada de violência, o tempo todo’.

Então são questões que a gente tem sofrido muito, esse foi um processo muito difícil ‘pra’ mim que além dessas questões foi uma tarde assim que era ‘pra’ ser um almoço entre colegas e se tornou uma tarde de horror pra mim com esses questionamentos, inclusive esse questionamento, eu falei assim:

‘- você tá questionando minha identidade, minha ancestralidade enquanto mulher negra’

‘- não, você pode pensar aquilo que você quiser, mas eu que sofro racismo porque eu sou branco e você não é negra’

Ele disse ‘pra’ mim que eu não era negra e foi uma questão muito chata. Então, esses elementos a gente sofre inclusive dentro desses espaços, então vão questionar. Quando eu trouxe naquele panorama inicial sobre a questão de questionar sobre teu trabalho, vão questionar, vão sempre te olhar de outra forma, né. Tem pessoas que fazem, que estão justamente em processos similares, mas não questionam as outras pessoas, inclusive os homens, mas vem questionar quem, professoras negras, uma professora negra e eu fico assim encabulada por isso que justamente questiono: ‘por que eu?’ ‘será que é porque estou justamente desenvolvendo essa atividade?’ ‘e os outros?’ estão desenvolvendo da mesma forma então eu questiono isso na frente de todos, por que que não são criticados? **Eu poderia ter deixado de lado, mas eu vou sempre para o enfrentamento nessas questões né.** E isso de certa forma a gente acaba tendo que conviver com essas questões.”

“Meus alunos eu acredito assim eu ainda não vi nenhuma forma deles de não querer ter essa aproximação, até o momento não. Nunca vieram me questionar até porque eu trabalho isso também dentro da minha disciplina. **Práticas de gênero e raça, eu trago isso em todas as disciplinas que eu ministro, eu deixo sempre claro né.** Os alunos também, eu vejo de certa forma essa admiração, os conteúdos né, as disciplinas, os componentes curriculares que eu trago sempre nessa vertente né. Seja na perspectiva do ensino, seja na perspectiva justamente mais voltada a dimensão mais humana da geografia, a gente traz essa abordagem então nesse sentido ainda não vi até o presente momento dos próprios alunos. Pelo contrário, eu vejo de certa forma esse acolhimento inclusive chegando pra querer participar de entender mais sobre o debate inclusive eu tenho um projeto, um movimento afro na comunidade e na universidade tem dialogado muito com o movimento negro no estado do Amazonas, inclusive também com o movimento de capoeira no estado do Amazonas. Nesse sentido eu tenho um projeto dentro do bairro de Redenção trabalho junto com a comunidade né e a gente tem desenvolvido algumas atividades e daí tem uns alunos que ‘tão’ acompanhando inclusive aprendendo mais sobre a temática racial né. E daí isso é importante inclusive eu vejo uma mobilização dos próprios alunos de enxergar, de entender, de compreender a sua própria identidade e não se envergonhar enquanto tal né. Isso é importante inclusive tem uma aluna também que é negra, ela ‘tá’ justamente

desenvolvendo acho que ela partiu o próprio projeto das leituras que eu acabo direcionando né, e daí ela começou a enxergar né sobre essa dimensão e o interesse dela também de estudar as mulheres negras, isso é bem importante também. **A gente vê uma mudança na visão da relação social né, profissional, humana dentro da dimensão principalmente a dos nossos alunos das histórias deles, acho que é importante você se enxergar e se valorizar né, a sua identidade, sua cultura, sua ancestralidade e de trazer justamente esses debates também para além da sala de aula.**

“Eu acho que essa dimensão não deve ser só discutida dentro do espaço da universidade ou do espaço da escola mas discutida pra entender a sociedade, de como que a sociedade acaba né, se relacionando e funcionando no sentido de que ela ao mesmo tempo passa por processos de negação acerca do outro. E a partir do momento que você tem essas práticas, você soma esses elementos a seu uso racista dentro da sociedade, isso quer dizer que acabam negando você e esse processo de negação é doloroso e aí é violento e ele está presente em todos os espaços acadêmicos. **A universidade é um dos espaços mais racistas que existe então a gente não pode negar isso, é um dos espaços que isso acaba sendo reproduzido de como que isso acaba sendo disseminado.** Inclusive é interessante a gente apontar, mas ao mesmo tempo a gente traz essa reflexão né, logo quando eu cheguei na universidade que não conhecia muito alguns colegas e daí a gente teve um evento fora da universidade e tinha um professor que eu não conhecia e daí ele perguntou assim, dentro do evento, ‘- você é de onde? Você conhece alguém aqui?’

O local estava cheio de pessoas,

‘- você conhece alguém aqui?’

‘- conheço’

‘- mas assim, você veio convidada? Por quem? O que que você faz aqui?’

Tipo assim ‘que que tu tá fazendo aqui?’, aí eu disse:

‘- eu sou professora’

A companheira dele, quando ela olhou assim, ela foi ‘num’ outro mundo e voltou e ele disse assim

‘- eu não a conhecia’

‘- pois é, eu sou professora dessa instituição assim como você.’

Então, ele só fez esse questionamento né, ‘pra’ mim, porque pensou assim: você tá aqui no evento porque você foi convidada por alguém, que que você faz aqui? Você conhece alguém aqui? Esse foi o questionamento. E depois eu fui ‘pra’ casa e fiquei refletindo sobre essas questões e daí inclusive pessoas que estavam lá no evento que eram mulheres brancas, eram tratadas como professoras, eu não era tratada como professora, por quê? **Então são questionamentos que a gente traz que a gente faz uma certa reflexão de que historicamente as pessoas olham para o outro, negam o outro e é fruto justamente de um processo racista e que justamente das que estavam lá, uma das que eram brancas e não eram professoras.** Por isso que eu ‘tô’ colocando pra você, **universidade é sim esse espaço racista e colonial e isso acaba sendo reproduzido. A universidade é um reflexo da própria sociedade, é como as pessoas pensam e isso são as pessoas que estão lá, nesses espaços e que acabam invisibilizando e não dando visibilidade a luta do povo negro.”**

A professora em seu discurso evidenciado por situações reais de racismo, inicia sua fala questionando a forma como a mulher preta é tratada, tendo sua singularidade ignorada, como se todas as mulheres negras fossem iguais, "é tudo parente". Contudo, aparentemente, sua maior dificuldade tem sido a questão racial mais que a de gênero ao citar situações em que tem sua aparência é evidenciada, cabelo, estilo e etc e sua negritude utilizada como fonte de conhecimento sobre o racismo – onde não se nega a ensinar mas admite ser cansativo.

Seu maior desafio parece estar com os colegas de profissão em seu ambiente de trabalho, onde sente que precisa estar sempre provando seu valor e demonstra o desconforto de ser questionada diante de sua identidade – ao não ser considerada negra por um colega – e a sua presença no ambiente acadêmico – ao ser perguntada o que fazia ou quem a tinha convidado para aquele evento profissional – enquanto notava que mulheres brancas, que, em teoria, não pertenciam àquele lugar, eram tratadas sem questionamentos. Por outro lado, não apresenta problemas raciais com os alunos, justificando pelo fato de sempre trazer os temas de gênero e raça em suas disciplinas, o que os faz participar e refletir quanto as suas percepções.

É professora da UEA a quanto tempo?

“Eu tomei posse em 2021. Fiz o concurso em 2019 e em 2021 eu tomei posse na UEA. Antes eu fui professora substituta na Universidade Federal do Oeste do Pará, a UFOPA, em Santarém, de onde eu formei. Eu venho dessa instituição. Eu graduei em 2014 em 2015 eu fui ‘pro’ mestrado em Rondônia, na UNIR e depois retornei né. Em 2017 eu defendi a dissertação aí eu já entrei ‘num’ concurso como professora substituta da UFOPA, passei dois anos aí eu fiz vários outros concursos né. O primeiro concurso que eu fiz foi pra Universidade Federal de Rondônia só que eu não pude assumir porque eu não tinha doutorado e eu fiz ‘pra’ pegar experiência, o segundo concurso, eu fiz esse da UFOPA pra professora substituta o terceiro eu fiz na UNIFAP, que foi maior problema, eu fiquei muito triste, decepcionada que inclusive não queria fazer esse concurso da UEA em decorrência da experiencia que eu tive. Aí eu fiz esse concurso em 2019, passei, aí eu tomei posse somente em 2021 devido a pandemia, era ‘pra’ ser 2020 né e eu tive que ficar esperando o ano de 2021. Por outro lado foi bom porque também eu faço doutorado, terminei todos os créditos do doutorado e já assumi o concurso né, da UEA. E aí, estamos aí, é bem recente, estamos na luta.”

“Eu fiz 33 agora dia 18 de dezembro [de 2022]. Passei no concurso com 30, com 31 eu tomei posse, então posso dizer que dentro dos meus 30 anos eu passei ‘num’ concurso público, eu já tinha passado nos outros mas, assumir, tomar posse né. Sempre minha trajetória foi assim e as pessoas que me conhecem, professoras do doutorado, me admiram muito porque a minha vida né, **eu falo assim que eu sou a resistência na Amazônia**. Eu não precisei sair daqui ‘pra’ estudar fora e tal, não que isso não seja importante não ‘tô’ dizendo isso mas eu falo que eu, a minha trajetória de como eu construí minha graduação, mestrado e doutorado e passar num concurso na Amazônia. Porque se constrói muito em torno do estrelismo por isso que as vezes eu rebato meus colegas que ficam falando que precisa estudar na USP, na UNESP, não sei pra onde pra poder ser bom. Eu falo ‘nós temos que desconstruir esse pensamento’, não estou dizendo que as pessoas que vem de lá não são boas mas você também fazer essa fala né nesse sentido, você tá justamente desmerecendo as pessoas que vivem na própria Amazônia, então, nesse sentido eu sempre sou aquela decolonial.”

Há uma identificação de alguma mudança que possa ter surgido ou se intensificou diante de mudanças na educação? Como por exemplo, o quadro sanitário, a utilização de ferramentas tecnológicas, a atuação da universidade em políticas públicas ou até mudança no comportamento dos próprios alunos. A senhora identifica essas mudanças no seu meio acadêmico?

“Olha, sempre eu falo ‘pros’ meus colegas ‘mas longe já estive’, né eu acho que a gente já teve alguns avanços, claro que precisa muito mais inclusive não só no

sentido das políticas públicas mas no sentido da consciência das pessoas também né, digo, respeito as diferenças, no respeito ao outro porque enquanto a gente não caminhar pra isso fica muito difícil. E outra coisa que eu sempre friso é que a gente não deve ficar discutindo somente as pessoas negras com as pessoas negras, nós temos que conversar e falar sobre, claro que elas não vão sentir, as mulheres brancas não vão sentir o que a gente sente mas a gente precisa ‘tá’ falando para a sociedade, eles precisam ouvir, os nossos sentimentos, as nossas relações o que que a gente sente e o que que a gente passa diante da sociedade então eu vejo que mais longe a gente já estive mas há alguns avanços. Eu venho de uma trajetória que particularmente né, eu não vim das cotas, quando teve lá o que eu estudei na graduação, no mestrado, na verdade eu não fui contemplada dentro desse sentido da política de ações afirmativas mas eu defendo muito. Hoje recente né, pra UEA, inclusive sou conselheira de promoção de igualdade racial do estado do Amazonas né, em Manaus. Aí ‘tô’ sempre brigando lá, a gente sempre tá discutindo essa pautas que são importantes e uma dessas vertentes é justamente pensar né os avanços dentro da própria instituição que é a UEA. A UEA tem mais ou menos 20 anos, então é bem recente, tem muito o que avançar ainda. **Cotas não tem dentro da própria UEA, tem só as coligações afirmativas. Mesmo assim é um debate e discussão que a gente precisa levantar e discutir até porque envolve não só as pessoas negras mas tem também os indígenas, afinal de contas o estado do Amazonas tem um grupo étnico significativo de povos, inclusive se for pensar tem em torno de 63 povos. Isso só os que estão já registrados mas com certeza tem muito mais por que existe essa diversidade, essa pluralidade cultural que é tão diversificada, tão importante dentro dessas múltiplas dimensões, e a gente precisa acolher, precisa trazer ‘pra’ dentro da universidade e oportunizar essas pessoas de terem acesso à educação né.** De terem acesso a uma formação inclusive que permita que muitos possam voltar ‘pras’ suas respectivas comunidades e daí vou frisar que eu sou de comunidade ‘tá’.”

“Eu sou de uma comunidade por isso que eu falo que eu sou luta e resistência, de uma comunidade agricultora e meus pais agricultores da comunidade. Então nesse sentido minha trajetória foi trabalhando na roça então depois que eu terminei o ensino médio, eu estudei pelo ensino modular né, só fazendo um parêntese a gente vai voltar pra políticas por que eu lembrei agora, só fazendo um panorama e daí estudei modular no ensino médio, a trajetória foi longa era 10 quilômetros pra ir, 10 quilômetros pra voltar que não tinha transporte eu ia de bicicleta, voltava depois tinha que ir pra cidade, tive que ir pra cidade pra estudar fazer nível superior, fazer cursinho, não tinha grana, aquela coisa toda que é a trajetória nossa de muita luta. Eu não entrei no vestibular por essas políticas mas é uma dimensão que eu defendo inclusive dentro da dimensão dos quilombolas.”

“Tenho conversado muito, não sei se você conhece a professora Arlete, daí de Manaus, professora Arlete do movimento negro, sobre essas questões e ‘pra’ levar pra dentro da própria UEA acho que é importante pra que muitos alunos tenham essa oportunidade inclusive de não só o acesso, o ingresso na universidade, eu falo que as políticas não é só pra ingressar mas pra permanecer, a permanência ela é importante e daí pensar nessa dimensão étnico-racial. **E se eu falo da dimensão étnico-racial é porque tem também os povos indígenas eu acho que é um grupo que historicamente foram os primeiros grupos explorados, escravizados né que foi um processo de muita violência que posteriormente vieram os negros e que são resultado dessas marcas desse processo de exploração. Então isso é um processo histórico, temos debatido muito, levo muito ‘pra’ sala de aula esse debate que é importante os alunos conhecerem ‘pra’ que eles não fiquem reproduzindo coisas por aí que isso não condiz com a realidade porque muito se fala que as cotas, que isso não é importante e, pelo contrário, isso é muito significativo.** Outra coisa que eu sempre defendo muito é a questão das políticas de bolsas, que podem de certa forma contribuir com a formação desse alunos. O que foi o meu caso né, sempre fui bolsista desde a graduação que foi um momento de permanecer na universidade. Eu sempre falo que ninguém fala mal de bolsa perto de mim porque eu vou brigar, mesmo porque as bolsas foram fundamentais na minha graduação, senão não tinha feito nível superior, graduação, meu mestrado... Inclusive no meu doutorado passei um ano com

bolsa até assumir o concurso, depois eu abri mão da bolsa. Eu poderia até ficar com a bolsa mas é uma questão de consciência mesmo. Como tinha três colegas que estavam na fila de espera, inclusive, uma dessas era indígena e que por sinal era uma aluna muito dedicada, aí eu pedi desligamento da minha bolsa. Mas isso vai de cada um né, então nesse sentido eu penso que é importante já que esse processo sofre muitos ataques haja vista a gente teve nesse último governo, um governo justamente negacionista, racista, isso se escancarou de certa forma. E daí justamente a **gente vê as instituições hoje sempre acompanhadas com esses cortes nos orçamentos da própria universidade, na questão das políticas de bolsa, que isso tem afetado grande parte dos alunos e daí eu acho que essa é uma dimensão que a gente precisa discutir pela perspectiva política, eu defendo muito essas questões, e daí a gente precisa pensar**. Então, essa política também ela precisa estar presente inclusive que é um processo constante, você discutir mais e debater mais, levar as questões que são discutidas inclusive dentro do próprio Conselho para a UEA que é isso em parceria com os colegas, os nossos pares, eles tem feito, levantado essas questões, inclusive de movimentos sociais, que fazem parte desse conselho pra que a gente possa justamente envolver a UEA, inclusive levar essas pautas. **Mas ainda é um processo que muita gente não quer assumir essa causa, essa luta, ainda é um processo muito longo e eu percebo ainda na UEA que precisamos avançar ainda mais, talvez a gente precise dialogar mais mas a gente precisa levar essas demandas**. Inclusive quando se pensa nessas questões que tem essas dimensões conflituosas, inclusive dentro do próprio Conselho, que tem grupos que falam que não deve ter cotas raciais. ‘Menina’, é um embate danado, ‘não deve ter cotas raciais’ e daí a gente dá um pulo lá que as cotas devem existir sim ‘não é assim, tem que ter sim, eu defendo essa pauta sim, porque tem que ter’ né. Não é que eu não esteja defendendo as outras cotas, elas são importantes sim, para os alunos da periferia, eu quero que alunos pobres entrem na universidade também mas devem ter cotas raciais, esta é uma dívida histórica, e daí quem conhece o processo histórico a gente sabe que precisa ter, as políticas são importantes inclusive para os alunos indígenas, negros, dentro da própria universidade, esse é um processo justamente de pensar não só no ingresso mas também na sua permanência dentro da instituição.”

A senhora gostaria de dar alguma contribuição para as gerações futuras?

“Isso é uma transformação social de muitas vidas. A gente vai conquistando esses espaços que são muito importantes, a gente ‘tá’ torcendo junto porque é uma luta coletiva né. Então nesse sentido a gente caminha sempre em parceria acerca do outro e da outra. **Mas eu penso que é importante dentro dessa concepção o processo de formação, ele é bem importante né, inclusive dentro da universidade ou na própria escola, eu penso que a escola também é um instrumento importante de trabalhar essas temáticas raciais**. Eu penso que é um processo de formação importante para a sociedade, assim esses esclarecimentos, dialogando com a comunidade. É assim que a gente vai caminhando para um processo dessas mudanças, claro que ninguém muda o pensamento de ninguém né, ninguém conscientiza ninguém, a gente ‘tá’ ali ‘pra’ sensibilizar né, levar algumas questões que são importantes, as reflexões ‘pra’ que a pessoa possa fazer a sua autocrítica e possam estar mudando seus pensamentos, eu penso que é importante essa mudança.”

“Eu percebo muito nas relações que vem sendo construídas no curso que eu estou inserida né, que o tempo todo que elas vão falar elas falam assim ‘tá certo professora?’, eu falo assim ‘não tenham medo, falem’, eles sempre vão perguntar assim ‘pra’ mim ‘tá’ certo? Eu ‘tô’ com medo, não sei se eu ‘tô’ falando certo’, ‘porque eu tenho tanto medo de falar assim’, ‘porque eu tô me construindo e me desconstruindo’. Essas são as falas que alguns colegas têm feito levantamento e eu ‘tô’ aprendendo também e daí a gente traz esses elementos, essas questões no processo de formação, por isso eu faço questão de trazer em todos os componentes curriculares em que eu trabalho. **Essa temática étnico-racial é importante**, inclusive na avaliação do curso agora perguntaram sobre quem trabalhava essas temáticas eu falei que essas temáticas elas não são restritas a um único ou outro componente curricular elas fazem parte do curso, elas devem ser trabalhadas em todos os componentes curriculares.

Todos os professores devem ter justamente essa dimensão de trazer essas abordagens, de apresentar uma outra forma que os alunos possam refletir acerca né, trazer as palestras, os debates, desenvolver os projetos, ações.”

“A escola também ela precisa ser pensada num espaço dessa transformação social, eu sempre falo em pedagogias decoloniais. **Eu penso que é importante a gente rever as nossas práticas didático-pedagógicas, porque eu vejo também o espaço escolar como um espaço também dessa reprodução desse racismo que acaba sendo muito presente**, eu que acompanho. Sou professora de estágio também né, trabalho muito com a perspectiva do próprio ensino na prática de ensino. E daí tem certas questões que chegam nos meus alunos de estágio inclusive das colegas de dentro da própria escola de trabalhar, de taxar o aluno né, de punir o aluno pelo cabelo... A própria coordenação pedagógica de como trata esse aluno na forma de punição e daí não trata a punição do aluno no sentido de que o que que ele fez exatamente, mas no sentido de ‘ah mas porque esse menino não penteia o cabelo, olha só como é que tá o cabelo dele’ e assim a escola ela começa também a reproduzir essas formas... Eu falo assim ‘gente, são formas de violência muito graves’. Os meus alunos, como eles já tem essa abordagem que vem sendo trabalhada, inclusive dentro da disciplina, eles chegam ‘professora, aconteceu uma situação dessa forma e dessa dentro da própria escola’.

Outras questões que entraram no curso da geografia, que a gente acaba sofrendo muito é essas questões da temática de gênero e sexualidade que são trabalhadas inclusive dentro do conteúdo de população, enfim, e em outros conteúdos também e outros temas também, no sentido em que, em algumas escolas isso não é permitido se trabalhar. Sempre que a gente vem acompanhando alguns alunos... inclusive eu já demarco logo território, que eu sou dessas, é a escola cívico-militar, as escolas cívico-militares. Meus alunos tiveram dificuldade, inclusive a coordenadora pedagógica disse ‘aqui ninguém trabalha com essa temática de gênero, porque isso, vocês vão colocar essas questões que não podem ser discutidas, para os alunos’. Mas como que eu vou trabalhar o conteúdo de população se eu não falar dos grupos sociais? Né? Os alunos precisam saber disso e a geografia é feita de relações, a gente precisa entender a organização dessa sociedade, a organização socioespacial desses grupos e daí a coordenação da escola chama atenção que não podem ser trabalhados. ‘Pra tu’ ter noção os alunos tiveram que ser monitorados, dois alunos tiveram que ser monitorados em seus relatórios de estágio porque queriam saber: o que foi que esses alunos escreveram? será que fizeram crítica a escola? o que que trabalharam? Então nesse sentido é um sistema de monitoramento, a gente fala tanto em autonomia docente, pro professor, professora ter autonomia do que trabalhar, de como trabalhar isso em sala de aula e daí nós nos vemos nesse aprisionamento. Então são questões que a gente acaba, né, observando. E essas temáticas raciais, parece que o povo não quer trabalhar acerca disso. **Eu falo ‘por que?’, a nossa sociedade é tão diversa, nossa pluralidade cultural, ela é tão significativa, a gente precisa discutir isso, a gente precisa trabalhar isso, então eu penso que a universidade é esse espaço também a gente tem justamente o nosso papel, eu penso o papel do professor, da professora é fundamental nesse processo da transformação da sociedade, no processo formativo das pessoas não só formar alunos mas formar também, contribuir para a sociedade.**”

“Penso que **trabalhar com a juventude é importante, até porque essa demanda vem da comunidade inclusive no sentido do reconhecimento da sua valorização, da sua identidade**, né, que ela é justamente um elemento importante que muitos jovens falam assim, não se reconhecem enquanto negro negro. Essa juventude fala assim ‘não, eu sou mais claro, eu não sou negra não, eu não quero ser negra’ porque o negro é taxado como ruim, né, a sociedade constrói isso, **é uma visão justamente do que é negativo**, então nesse sentido a gente precisa trabalhar e desconstruir esses pensamentos então essa mudança de postura e do pensamento dentro da sociedade, ela é importante, a gente trabalhar com esses processos dessa transformação social, ela é bem significativa, então nesse sentido, eu sempre falo, **a gente trabalhar não é só a gente ficar discutindo entre a gente, eu não preciso ficar apenas discutindo com você, apenas ficar discutindo com outras pessoas que são negras também, nós precisamos discutir com as outras mulheres**, claro que eu sempre deixo claro,

não é a mesma coisa, não é a gente equiparar as nossas dores, achar que são as mesmas, que não são e nós não somos uma sociedade que é igual, a gente tá tentando caminhar pra isso mas tá longe ainda de chegar e dizer que as pessoas são iguais, elas não são, elas são diferentes, né, sempre trabalho muito isso.”

“Quando cheguei na UEA, no Conselho, que tem justamente a promoção de igualdade racial, já comecei logo, demarquei o território, primeira coisa é a questão desse termo que nós não somos iguais, então já trago problematizando, sou aquela que gosta de problematizar. A forma de tratamento na sociedade não é as mesmas, nos espaços que você vai, no shopping que você vai, na rua que você anda, que você circula, né, as pessoas elas acabam te parando por justamente a cor de sua pele, então é diferente a forma de tratamento da nossa sociedade, **então a gente precisa trabalhar nesse sentido do processo formativo, as pessoas precisam se sensibilizar, as próprias pessoas precisam se conscientizar né, que as suas práticas, que as suas ações, que as suas atitudes dentro da própria sociedade elas acabam sendo configuradas como práticas racistas** mas as pessoas precisam se reconhecer enquanto tal porque não sou eu que vou conseguir te mudar. Eu posso tá ali mediando conhecimento, colocando semente, multiplicando, colocando questões, que eu sou dessas, né, mas a pessoa precisa se sensibilizar sim, então nesse sentido **a gente discutir de forma coletiva pra que outras pessoas possam também nos ouvir, saber as nossas dores, o que a gente passa dentro da própria sociedade, dentro da própria instituição, né, de como que a instituição acaba nos tratando, os colegas, as relações que são construídas, a gente precisa discutir isso, né, pra que a gente possa ir caminhando e avançando**, claro que o caminho é longo, porque ainda nós temos pessoas difíceis dentro da nossa própria sociedade, inclusive não aceitam o diferente, não aceitam o sentido da diversidade, não querem dialogar dentro dessas pautas e isso se torna muito, é... de certa forma, acaba reproduzindo e soando de forma negativa, né, e daí a gente quer justamente um outro cenário, né, a gente quer uma outra sociedade que possa repensar e que possa respeitar também as diferenças que é bem importante, dentro desse Brasil que é imenso, que é diverso, né, a gente tem diferentes grupos, diferentes povos, que nesse sentido a gente precisa ir trabalhando dentro dessas pautas da dimensão étnico-racial e sobretudo dentro da dimensão racial, que é tão importante, é isso.”

A interlocutora traz a reflexão, algumas contribuições. Trata da importância do processo de formação coletivo e a necessidade de abordagem de temas étnico-raciais em todas as disciplinas. Cita a importância da revisão de técnicas didático-pedagógicas para que abarquem situações reais e necessárias, como é o caso da temática voltada para gênero e sexualidade. Que é um tema que causa controvérsia em alguns espaços, contudo, segundo a professora, que faz parte do ensino-aprendizagem ligado a população e grupos sociais.

Para a entrevistada, trabalhar com a juventude e desmistificar a ideia da negritude como algo negativo é essencial. Contudo, alerta sobre a necessidade de não discutir esse tema apenas com pessoas negras. Afirma que precisamos “discutir de forma coletiva ‘pra’ que outras pessoas possam também nos ouvir, saber as nossas dores, o que a gente passa dentro da própria sociedade, dentro da própria instituição” para assim compreender que as relações raciais e sociais são responsabilidade de todos e, dessa forma, avançar.

De acordo com uma reportagem do Correio Braziliense "menos de 3% das instituições de ensino superior brasileiras têm número de professores negros que espelha a distribuição

racial da região onde está" (CORREIO BRAZILIENSE, 2021), ou seja, a ausência de professores negros ainda é mais comum que a presença. Então, como a senhora descreveria o(s) motivo(s) dessa ausência ou pouca presença de professoras negras nas instituições públicas?

“Porque as dimensões socioeconômicas são diferentes entre as pessoas, então eu penso que é necessário a gente avançar ainda mais, é que nem eu falei, mais longe a gente já esteve mas **precisa ter mais essa efetividade, a territorialização, de políticas de ações afirmativas, lá vai uma categoria bem geográfica, territorialização, dessas ações afirmativas nas universidades daí esse é um dos marcadores chave,** né, digamos assim, pra justamente a gente avançar dentro da própria dimensão pra terem pessoas principalmente mulheres negras dentro das universidades ocupando diferentes espaços, cargos, enfim, né, dentro das próprias instituições penso que isso é importante. A nossa sociedade é muito desigual principalmente com mulheres negras da periferia, de comunidades né, muitas até tem essa pretensão, mas as vezes não tem oportunidade né. **A gente precisa oportunizar mais as mulheres negras, periféricas, trans também, inclusive, que sofrem muito inclusive dentro dessa dimensão aí né de ocupação de espaços dentro das universidades, do mercado de trabalho, isso acaba sendo dobrado** e acaba isso sendo bastante evidente, então a gente precisa implementar essas políticas, eu falo que as políticas públicas elas precisam ter esse olhar e elas contribuem muito ‘pra’ que a gente possa alcançar esse patamar por exemplo. **Eu sou o resultado da trajetória, não foi só esforço e dedicação, eu não quero que justamente se tenha essa leitura,** eu sei que é importante, a dedicação, a gente sabe que cada um tem né, no processo de seguir essa trajetória mas eu preciso que mais mulheres tenham também essas oportunidades de conseguir chegar, de trilhar essa trajetória, também ocupar esse espaço dentro da própria universidade. O caminho é muito longo, por que senão vai ser ocupado justamente por quem? a gente vê mais a cara de professoras brancas, por que? Muitas vieram de elite, a gente sabe mas **as mulheres negras, em decorrência dessa dimensão socioeconômica que é tão nítida que muitas tem que abrir mão de muita coisa ‘pra’ poder ir trabalhar desde jovem, as vezes não tem essa oportunidade, por isso que eu falo da dimensão justamente de pensar essas políticas públicas educacionais.** Essas políticas de ações afirmativas elas são importantes né, ‘pra’ que a gente possa avançar dentro da própria universidade e a gente tenha mais mulheres negras dentro da própria universidade também, inclusive, professoras né, que é muito restrito, a gente vai e a gente só vê a cara de gente branca. É importante a gente repensar também sobre esses espaços que são ocupados, claro que eu não tive, como eu falei, ajuda das ações afirmativas, que só foram criadas posteriormente na universidade, depois que eu saí é que foram criadas. Aí as pessoas dizem assim ‘pra’ mim ‘ah mas foi fruto de muita luta tua, que tu conquistou’ mas quantas pessoas ainda precisam conquistar? **Não quero somente eu, eu quero que outras pessoas também conquistem esses espaços ‘pra’ que a gente possa mudar esse cenário, para que essa realidade social que é muito restrita e essa ideia de branqueamento, possam ser desconstruídas também.** Então nesse sentido é implementar, fortalecer e executar essas políticas de ações afirmativas dentro da universidade, daí a gente consegue avançar muito mais, elas existem sim, mas ainda é muito restrita, mais longe a gente já esteve, né. Antes era a dificuldade ainda maior de ver justamente dentro dos cursos, a gente contava nos dedos, hoje a gente ainda conta, né, alguns cursos específicos a gente ainda conta muito bem quando tem lá uma negra, um negro, a gente já fica logo... a gente já fala assim ‘oh, esse aí é o diferente’. Então alguns cursos específicos ainda têm esse olhar, mas a gente tem muito ainda o que avançar e a gente só avança se tiver a oportunidade dessas políticas públicas. **Sendo implementadas essas políticas consequentemente isso vai melhorar ainda mais e mudar as condições socioeconômicas como mudou a minha porque, sempre eu falo ‘a gente não muda sozinha, não é só a vida justamente de uma mulher negra, é a vida de toda a família’,** que a gente quando vem de lá de baixo, é pobre, a gente muda a vida de todo mundo, a gente leva todo mundo junto. Eu conversei muito com algumas colegas que sempre trilham esse caminho que a gente

vive na luta da resistência mesmo, então nesse sentido a gente vai trilhando esse caminho e a gente conquista e a família conquista junto e assim vai.”

Considerações construídas

A proposta dessa pesquisa foi trabalhar os desafios das professoras universitárias negras diante de uma realidade real de docentes negras vinculadas as instituições de ensino público do Amazonas, seja na Universidade do Estado do Amazonas ou na Universidade Federal do Amazonas. Patricia Hill Collins (2017) nos diz que existem intersecções em tudo, que ora raça e gênero são as mais visíveis, ora classe e sexualidade são mais visíveis, mas que outros elementos estão ali ao mesmo tempo, só que de forma desigual. Essa análise é feita sobre esse viés, sobre esse olhar interseccional.

As interlocutoras que contribuíram para essa pesquisa têm por características gerais serem mulheres cis, héteros em suas sexualidades, advindas de escolas públicas em suas graduações e nenhuma apresenta o tom de pele retinto. É necessário considerar esses atributos para compreender os discursos proferidos por elas considerando esses elementos determinantes em suas intersecções.

A presença negra por si só é um desafio social. Identificar-se é compreender que essa identificação não vem sem luta. Esse estudo foi feito com mulheres autodeclaradas negras e que, diante dessa realidade, enfrentam seus cotidianos profissionais e pessoais. As professoras que corroboraram com essa pesquisa, são mulheres que tem consciência dos impactos que suas principais características – gênero e raça – podem trazer e elas seguem em frente. Os desafios manifestados serão tratados de forma individual por se entender que mulheres são múltiplas e singulares.

Entre os desafios apresentados, dá-se destaque ao da formação profissional. Uma mulher negra que quebrou estereótipos ao se formar em dança, movimento humano e semiótica e que é impactada pela não valorização dos seus anos de estudo e suas titulações por outras ciências. É interessante notar que a universidade tem um “padrão científico” e que tudo que se afasta desse padrão escrito, sofre impacto. A questão do gênero nesse contexto, passa despercebida, contudo, a raça – afinal, a dança clássica conta com uma maioria branca – e a intelectualidade fazem parte das intersecções que impactam.

A área de conhecimento me pareceu ser um fator determinante até aqui. A luta e resistência de uma mulher negra dentro do curso de geografia, uma ciência crítica, a faz enxergar um mundo que deve ser questionado. Os desafios enxergados por ela são múltiplos e

ligados às questões históricas, políticas e educacionais. Ter seu trabalho constantemente questionado assim como sua presença em ambientes profissionais predominantemente brancos faz com que seus enfrentamentos sejam, principalmente, com seus colegas de trabalho.

É intrigante perceber que um ambiente como a universidade é tão segregador.

Sua aparência é analisada, sua identidade questionada e sua voz ignorada. A questão da raça parece mais predominante que o gênero, contudo, não significa que este não cause também impacto. Em seu discurso a professora deixa claro notar o racismo estrutural presente em seus conflitos com outros colegas e sua postura diante dessas situações. Contudo, quando foi questionada por um professor sobre quem a tinha convidado aquele evento acadêmico, mesmo ela sendo professora, enquanto outras mulheres (brancas), esposas de professores não eram questionadas nos faz pensar. Será que o que foi visto foi apenas uma mulher negra em um evento ou uma mulher negra sozinha? Em uma sociedade machista, um homem ao lado de uma mulher, valida sua presença. Talvez essa tenha sido uma análise tendenciosa.

Acredita-se que todo estudo traz conhecimento. É regozijante notar que cada etapa dessa pesquisa trouxe uma colaboração. É intrigante, por exemplo, perceber que quando houve a procura por mulheres negras nas unidades da UEA e da UFAM, ficou claro que existem cursos masculinos e cursos femininos e esse tipo de contrato social reverbera nos enfrentamentos não só de um grupo, mas de todos. É um impacto coletivo causado pelo gênero.

O gênero como fator determinante será exposto na área do Direito, um curso de predominância masculina. Contudo, demonstrando suas intersecções, a professora que é mulher negra e indígena alerta sobre os impactos sentidos nas questões culturais. Vivemos no Amazonas, parece indiscutível que a nossa cultura tem grande influência indígena mas não é algo muito citado na cultura negra.

O desafio trazido por essa interlocutora é a questão dessa dupla influência identitária. É se ver engendrada em uma cultura indígena e ter características negras – lembrando que a forma que a sociedade costuma enxergar e tratar o outro é determinada, em geral, pela aparência. Suas principais intersecções envolvem ser uma mulher negra e indígena como professora de Direito e soma esses aspectos a questão social de trabalhadora.

O começo dessa pesquisa trouxe questionamentos, dúvidas e preocupações quanto a execução. Buscou-se os desafios e se encontrou resistência pacífica. Uma das interlocutoras não deixou claro os desafios enfrentados pelo simples fato de encarar todas as situações com uma postura otimista.

Em seu discurso preferiu destacar suas conquistas e isso é um diferencial. Falou-se de ausência, ela de presença. A professora que estudou a literatura negra estadunidense e brasileira

e que compreende como se deram os processos racistas em dois países, ignora o racismo por escolha. Se há questões ligadas a gênero em seu cotidiano, não se nota. Afinal, por que uma mulher negra deve sofrer dos males do racismo e do machismo? Sua fala é uma resposta a essa pergunta, não tem.

Reitero o que foi dito na introdução, o objetivo dessa pesquisa foi alcançado. Desafios singulares foram expostos e mostraram que cada espaço oferece enfrentamentos e que afetam as pessoas em diferentes níveis, contudo, a colaboração pensada depois da construção dessa pesquisa é que ela leve a reflexão de que essas mulheres negras ao ocuparem espaços de poder, abrem espaços para outras mulheres. Essa pesquisa se concentrou nos desafios que essas professoras enfrentam mas não deixemos de analisar que elas permanecem, ou seja, nenhum desafio é maior que elas.

Referências

A VANDA. Disponível em: <https://vandawitoto.com.br/sobre/>. Acesso em: 12/02/2023.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Roda Viva | Silvio Almeida | 22/06/2020. Canal Roda Viva, Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>. Acesso em: 16/10/2021.

ANDREWS, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). Tradução Magda Lopes. Bauru: Edusc, 1998.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Abolicionismo Transatlântico e a Memória do Paraíso Racial Brasileiro. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1996, nº 30, pp. 151-162.

BALANÇO MEC (2019). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/Balanco-MEC-2019.pdf>. Acesso em: 23/01/2023.

BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. Revista Cult. Julho de 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 13/07/2022.

BERNARDINO, Joaze. “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil”. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 13/01/2023.

BRASIL. Decreto nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1941; 120º da Independência e 58º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 20/10/2022.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1890; Sala das sessões do Governo Provisorio, 11 de outubro de 1890, 2º da Republica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 20/10/2022.

BRASIL. Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Lei Áurea. Rio de Janeiro : Paço do Senado. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>. Acesso em: 08/05/2022.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e a mulher no Brasil. Revista de Estudos Feministas, v. 8, n. 2, 2000, p. 91-108.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O racismo na história do Brasil: Mito e Realidade. 2ª ed; São Paulo, Editora Ática, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. "Por um feminismo para os 99%". Ciclo de palestras. Março/abril, 2021. Canal TV Boitempo, Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GOOCddZsKck>. Acesso em: 24/08/2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

COMBAHEE-RIVER-COLLECTIVE. 1995. A Black Feminist Statement. In: GUY-SHEFTALL, Beverly (org.). *Words of Fire: An Anthology of African-American Feminist Thought*. New York: The New Press, 1995, p. 232-240.

CRENSHAW, Kimberlé. "The urgency of intersectionality". São Francisco, Califórnia, 2016. Canal TED Talk, Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU&t=926s>. Acesso em 15/08/2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 14, 1989, p. 538-54.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas [online]*. 2002, v. 10, n. 1, pp. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mBTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 01/08/2022.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo, 2019. Canal TV Boitempo, Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Lff8ScaF1Y&t=270s>. Acesso em: 25/04/2022.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Trad. José Lourênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. [1961]

FERNANDES, Florestan. "Prefácio", in F.H. Cardoso e Octávio Ianni. "Cor e mobilidade social em Florianópolis". São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia no Livro, 1972.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 103-120, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114868>. Acesso em: 22/02/2021.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Letramento Racial Crítico Através de Narrativas Autobiográficas: Com atividades Reflexivas*. Ponta Grossa, Pr: Editora Estúdio Texto, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Letramento Racial Crítico, Livro Didático e Interseccionalidades*. Uniletras, Ponta Grossa, v. 41, n. 1, p. 123-127, jan/jun. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>. Acesso em: 31/10/2022

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974

FREYRE, Gilberto. “Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”. São Paulo: Global, 2006.

FULBRIGHT BRASIL. Quem somos. Disponível em: <https://fulbright.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15/02/2023.

GARCIA, Maria Fernanda. A princesa escravizada no Brasil que lutou pela liberdade de seu povo. *Observatório do Terceiro Setor*. 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-princesa-escravizada-no-brasil-que-lutou-pela-liberdade-de-seu-povo/>. Acesso em: 15/06/2022.

GOMES, Nilma Lino. A Contribuição dos Negros para o Pensamento Educacional Brasileiro. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (organizadoras). *O Pensamento Negro em Educação No Brasil*. São Carlos: UFSCAR, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Organizadora). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Coleção 2 pontos. Editora: Marco Zero Limitada. Exemplar nº 1906. Rio de Janeiro, 1982.

GONZALEZ, Lelia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flávia Rios, Marcia Lima*. -- 1ª ed. -- Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Alfredo. *Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2004.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.16, p.193-210, jan./abr. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26/06/2022.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MARQUES, Lorena de Lima. Nzinga Mbandi – A rainha guerreira. Palmares - Fundação Cultural. Jan/2019. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=53160>. Acesso em: 15/06/2022.

MATHIEU, Edouard; RITCHIE, Hannah; RODÉS-GUIRAO, Lucas; APPEL Cameron; GIATTINO, Charlie; HASELL, Joe; MACDONALD, Bobbie; DATTANI, Saloni; BELTEKIAN, Diana; ORTIZ-OSPINA, Esteban; ROSER, Max. (2020) - "Coronavirus Pandemic (COVID-19)". Published online at OurWorldInData.org. Retrieved from: 'https://ourworldindata.org/coronavirus' [Online Resource]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BRA>. Acesso em: 11/02/2023

MAZUI, Guilherme. 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. Portal G1 Notícias. Brasília, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 12/08/2022.

MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Trad. Bras. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. [1957]

Menos de 3% das universidades brasileiras têm equidade racial. CORREIO BRAZILIENSE. 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/11/4964642-menos-de-3-dos-professores-universitarios-do-brasil-sao-negros.html>. Acesso em: 20/10/2022.

MORENO, Ana Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. Portal de notícias G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>. Acesso em 19/09/2020.

MORRISON, Toni. A origem dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura. Tradução: Fernanda Abreu. Prefácio: Ta-Nehisi Coates. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 5ª edição, 1980.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Sojourner Truth. Portal Geledés, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/#>. Acesso em 10/08/2022.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Novembro de 2003. PENESB, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp->

content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 02/12/2022.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 07/09/2020.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em 11/02/2023.

PAULINO, Silvia Campos; OLIVEIRA, Rosane. VADIAGEM E AS NOVAS FORMAS DE CONTROLE DA POPULAÇÃO NEGRA URBANA PÓS-ABOLIÇÃO. Direito em Movimento, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 94-110, ago. 2020. Disponível em: <<https://emerj.jus.br/ojs/seer/index.php/direitoemmovimento/article/view/195>>. Acesso em: 01/11/2022.

PORTAL GELEDÉS. Home. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 23/06/2022.

PÓS-COLONIALISMO. Revista de Administração de Empresas, v. 51, n. Rev. adm. empres., 2011 51(6), p. 612–612, nov. 2011.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista / Djamila Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Cristiano. "Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil", em SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013. Anais. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf. Acesso em: 07/07/2022.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. 2021, n. 34, e 238917. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>. Acesso em: 17/08/2022.

ROESLER, Átila da Rold. Sobre a vadiagem e o preconceito nosso de cada dia. Portal Jusbrasil, publicado por Justificando. Agosto de 2016. Disponível em: <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/371606631/sobre-a-vadiagem-e-o-preconceito-nosso-de-cada-dia>. Acesso em: 05/11/2022.

ROSCOE, Beatriz. 79% acham que há racismo no Brasil, mas só 39% se consideram preconceituosos. PoderData, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/79-acham-que-ha-racismo-no-brasil-mas-so-39-se-consideram-preconceituosos/>. Acesso em: 31/10/2022.

SANTOS, Ednailda Maria dos. Identidades e Trajetórias de Docentes Negra(o)s.- Manaus: UFAM, 2010. 82 f.; s/ il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SARTRE, Jean Pierre. Prefácio. In: FANON, Franz. Os condenados da terra. Trad. José Lourênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. [1961]

SENHORAS, Elói Martins. CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS ASSIMÉTRICOS. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128–136, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/135>. Acesso em: 14/02/2023.

SOLIGO, Ângela Fátima. O preconceito racial no Brasil: Análise a partir de adjetivos e contextos. (Tese de doutorado). Campinas, 2001. PUC. Campinas, 2001.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. [1985]

TABAK, Fanny. A Década da Mulher como forma de participação e pressão política – Avaliação e Balanço. Trabalho apresentado na IX Reunião Anual da ANPOCS, GT Mulher e Política. Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/9-encontro-anual-da-anpocs/gt-10/gt21-6/6147-fannytabak-decada/file>. Acesso em 08/08/2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 09/02/2023.

ZAPATER, Maíra. A herança legal das ditaduras: nossas cicatrizes jurídicas. Portal Jusbrasil, publicado por Justificando. Maio de 2016. Disponível em: <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/340459371/a-heranca-legal-das-ditaduras-nossas-cicatrizes-juridicas>. Acesso em: 05/11/2022.

Anexo I

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

“Professoras negras no ensino superior no Amazonas: um olhar interseccional”

Público-alvo: Professoras universitárias autodeclaradas negras.

1. Dados pessoais

1.1. Nome:

1.2. Data de nascimento:

1.3. Cidade de origem:

1.4. Cidade onde reside:

1.5. Estado Civil:

1.6. Sexualidade:

2. Dados socioeconômicos:

2.1. Estudou em instituição pública ou particular:

2.2. Formação profissional:

2.3. Instituição vinculada:

2.4. Outras fontes de renda:

3. Núcleo familiar:

3.1. Possui filhos:

3.2. Divide a moradia com algum familiar:

4. Possíveis dificuldades encontradas na profissão:

4.1. De acordo com uma reportagem do Correio Braziliense "menos de 3% das instituições de ensino superior brasileiras têm número de professores negros que espelha a distribuição racial da região onde está" (CORREIO BRAZILIENSE, 2021), ou seja, a ausência de professores negros ainda é mais comum que a presença. Então, como a

senhora descreveria o(s) motivo(s) dessa ausência ou pouca presença de professoras negras nas instituições públicas?

- 4.2. Sobre possíveis dificuldades encontradas na sua profissão, que marcadores sociais poderiam afetar seu cotidiano de trabalho? Que aspectos sobre ser mulher, negra e quaisquer outras características podem atingi-la?
- 4.3. Há uma identificação de alguma mudança que possa ter surgido ou se intensificou diante de mudanças na educação? Como por exemplo, o quadro sanitário, a utilização de ferramentas tecnológicas, a atuação da universidade em políticas públicas ou até mudança no comportamento dos próprios alunos. A senhora identifica essas mudanças no seu meio acadêmico?
- 4.4. Sendo uma mulher autodeclarada negra, que já ocupa um lugar de destaque, como a senhora acha que se enquadra no espaço acadêmico?
- 4.5. Gostaria de dar alguma contribuição para as gerações futuras?

Este projeto de pesquisa está sob a responsabilidade da mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH – da Universidade do Estado do Amazonas Júlia do Nascimento, tendo por objetivo compreender e analisar as dificuldades que norteiam ser uma professora universitária negra no Amazonas e seus prováveis efeitos na vivência social e profissional desses sujeitos. Para realizar o estudo será necessário que o sujeito da pesquisa se disponibilize a participar de entrevista(s), previamente agendada(s) a sua conveniência. É importante salientar que nenhuma das perguntas aqui apresentadas são obrigatórias e que será feito o possível para que a pesquisada se sinta à vontade para responder ou não quaisquer dos questionamentos acima conforme estabelecido e esclarecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Anexo II**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR NO AMAZONAS:
UM OLHAR INTERSECCIONAL

Pesquisador: JULIA DO NASCIMENTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59005522.5.0000.5016

Instituição Proponente: Escola Superior de Artes e Turismo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.608.530

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR NO AMAZONAS:
UM OLHAR INTERSECCIONAL

Pesquisador Responsável: JULIA DO NASCIMENTO

Resumo

Que desafios norteiam ser uma mulher negra professora universitária em um país onde o machismo e racismo são estruturais? Segundo a professora Kimberlé Crenshaw o método da interseccionalidade busca articular as dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de opressão. Possibilita-se assim, quem sabe, o caminho para a construção de algo próximo a uma resposta à pergunta inicial. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo compreender as relações de poder que envolvem ser professora negra de ensino superior no Amazonas utilizando a influência dos marcadores individuais de cada sujeito. Afinal, suas presenças em posições privilegiadas no mercado de trabalho, não as isenta de sofrer ações experimentadas por mulheres negras posicionadas na invisibilidade ou em situações desconfortáveis.

Executando uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório, busca-se conseguir após sua finalização enaltecer a pluralidade das mulheres negras, contribuir para o desenvolvimento do feminismo negro para a região amazônica, colaborar para que as políticas públicas que regem esse tema sejam conhecidas e cobradas, além de valorizar as ações de mulheres que passam por diversos marcadores diariamente.

Introdução

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2013), pessoas negras constituem mais da metade da população brasileira, no entanto, são sub-representados e invisíveis na maioria das estruturas de poder e não tem seus direitos sociais plenamente garantidos, como na educação e mercado de trabalho por exemplo, fatos que se manifestam através racismo estrutural. Dito isso, o recorte desse projeto envolve justamente o encontro entre educação e trabalho. Em um primeiro momento, observa-se que o ensino superior no Brasil é ofertado por um conjunto de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, que se expandiram no contexto nacional devido ao Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 e ao PNE 2014-2024 (BROCH, BRESCHILIARE, BARBOSA-RINALDI, 2020). Nesse contexto, encontram-se diversos profissionais da educação, dentre eles, mulheres professoras autodeclaradas negras. Dessa maneira, o objetivo desse projeto é compreender as relações de poder que envolvem ser professora negra de ensino superior no Amazonas. De acordo com Angela Davis (2016), a mulher negra é quem sofre as maiores consequências da escravidão, passando por processos de invisibilização, violências e exclusões sistemáticas na sociedade e de acordo com Monteiro (2016), mesmo que os primeiros anos do século XXI tenham trazido políticas de ação afirmativa voltadas à população negra no Brasil, ainda não é possível afirmar que, na prática, as políticas tenham se efetivado. Ao se pensar em mulheres, é proeminente pensar nos movimentos feministas, que buscam a equidade de direitos entre os gêneros (PEREZ, RICOLDI, 2018), mas o discurso que traz o encontro gênero/raça só passou a ter atenção nos movimentos feministas em meados dos anos 90, em que as feministas passaram a questionar os próprios feminismos, pois os estudos produzidos até então abordavam experiências que representavam apenas as mulheres da classe média e brancas. A partir daí é que o movimento passa a ganhar novas correntes que passam a considerar a raça, a classe e a região (e outras intersecções), que reconheciam a pluralidade feminina (MARQUES, XAVIER, 2018). Ao olhar a situação da negritude no Brasil, conseguimos observar que mulheres e negros têm mais dificuldades para obter uma inserção regular na educação superior e no mercado de trabalho, mesmo quando a economia cresce em um ritmo forte (PRONI, GOMES, 2015). A questão se intensifica quando

falamos do encontro entre gênero e raça ao olharmos para mulheres negras, que são compulsoriamente empurradas ao trabalho doméstico (SIMOES, HERMETO, 2019). Diferente dos homens, que são destinados à esfera produtiva, o papel de cuidado é delegado historicamente à mulher, cujo lugar é o domicílio e a esfera reprodutiva, situação essa que deriva do contexto brasileiro de escravidão, em que a ideia do trabalho manual como inferior é reforçada pelo racismo e desigualdade de oportunidades (BYELOVA, 2014). Em geral, a mulher negra no Brasil apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais e tem renda inferior à média populacional. As mulheres negras que conquistam melhores cargos no mercado de trabalho despendem uma força muito maior que outros grupos da sociedade, pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, têm de lidar com a discriminação racial. Ou seja, a questão de gênero é, em si, um complicador, mas, quando somada à da raça, significa as maiores dificuldades (CRISOSTOMO, REIGOTA, 2010). Nos dias atuais, a mulher negra é vitimada de diversas maneiras, sendo colocada em vulnerabilidade social devido ao encontro entre misoginia e racismo estrutural. Para compreender esse processo, podemos utilizar o conceito da interseccionalidade, que foi criado por Kimberle Crenshaw nos anos 80 para denunciar que mulheres afro-americanas eram atravessadas de um lado pela discriminação de gênero e ao mesmo tempo, por outro lado, pela discriminação racista. Dessa forma, a autora propõe que a interseccionalidade busca articular as dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de opressão (CRENSHAW, 2002). É possível observar a dinâmica dos marcadores de raça/gênero quando Sotero (2013) explica que houve uma ampliação da participação de mulheres negras no ensino superior em virtude das políticas afirmativas durante os últimos anos, mas que de acordo com Lima, Rios e França (2013), embora as desigualdades de gênero e raça pareçam estar sendo reduzidas, elas ainda demarcam lugares inferiores e são determinantes na inserção ao mercado de trabalho, no tipo de trabalho realizado e nas diferenças de salários. Por exemplo, um levantamento realizado pelo Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa mostra que homens brancos com ensino superior têm um salário médio 159% maior do que o das mulheres negras que também cursaram faculdade (G1, 2020). Dessa forma, ao se pensar sobre professoras negras, observa-se a necessidade de se vencer barreiras que mesmo a implementação de políticas sociais não conseguiu fazer, pois a mulher negra está sub-representada como aluna e docente no ensino superior em decorrência das representações sociais construídas sobre a mulher em geral e sobre as mulheres negras em particular. Assim é observado que a universidade proporciona uma forma de apartheid no ensino superior, por dificultar o acesso de pessoas e em especial mulheres negras e por segregar essas pessoas em espaços marginalizados dentro da universidade (CRISOSTOMO, REIGOTA, 2010). Assim,

contextualizado o encontro entre gênero e raça na discriminação da mulher negra, que vai desde o acesso à educação, bem como sua inserção no mercado de trabalho, este projeto tem como contexto o espaço amazônico, que traz em seu bojo o encontro de inúmeras culturas. De acordo com Calegare, Higuchi e Forsberg (2013) a socio diversidade amazônica exige estudos que compreendam como é a vida dos distintos grupos sociais que habitam a região e além disso, quem faz pesquisa aqui se encontra frente a frente com uma cultura bastante peculiar, cujos códigos podem não ser facilmente apreensíveis e compreensíveis e diante disso, o uso da interseccionalidade para a compreensão dos significados é essencial, pois nesse momento, se traz para a discussão não somente a raça, o gênero e a classe, mas toda uma gama de pressuposto culturais que auxiliam na compreensão do viver de mulheres negras professoras, pois de acordo com Silva (2019) o contexto amazônico, do ponto de vista simbólico e geográfico, produz identidades regionais que estão presentes nas práticas culturais do ser mulher negra na Amazônia. Diante do exposto, a pergunta que norteia esse projeto de pesquisa é: Quais relações de poder envolvem ser professora de ensino superior negra para um grupo de mulheres negras nas IES do Amazonas? Ademais, entende-se que este projeto se insere na linha de pesquisa: Espaços, memórias e configurações sociais, por trabalhar aspectos inerentes aos espaços ocupados por essas personagens (professoras negras) em instituições de ensino amazônicas, considerando os saberes localizados da região e os pressupostos culturais (o gênero, a raça, a classe e outras intersecções), suas memórias em comparativo com as mudanças já conquistadas e as configurações sociais que norteiam o ser e estar destas profissionais.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Compreender as relações de poder que envolvem ser professora negra de ensino superior no Amazonas.

Objetivo Secundário:

1. Identificar a trajetória profissional de um grupo de professoras negras de Instituição de Ensino Superior do Amazonas;
2. Levantar os principais desafios envolvidos na prática profissional de um grupo de professoras negras de Instituição de Ensino Superior do Amazonas;
3. Discutir como essas professoras lidam com esses desafios.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos que poderão surgir durante a pesquisa com sujeitos da pesquisa serão cuidadosamente prevenidos ou minimizados. As perguntas versarão sobre informações pessoais, condições de trabalho e renda, núcleo familiar, situação sociopolítica e contexto político brasileiro. Nesta trajetória é possível que surjam memórias de situações vivenciadas que poderão remeter aos mais variados sentimentos, ficando a pesquisadora atenta aos sinais de desconforto, assegurando o silêncio diante das questões que a entrevistada não quiser responder. É imperioso destacar que todo o conteúdo das entrevistas será utilizado exclusivamente pela pesquisadora com a finalidade única de compor a dissertação de mestrado. Se feita de forma presencial, serão tomadas as seguintes medidas minimizadoras de riscos: entrevistas agendadas em lugares abertos e ventilados com distanciamento físico de 1,5 m entre a pesquisadora e a participante, fornecimento de máscara de proteção, uso de desinfecção com álcool gel entre os procedimentos, higienização da caneta para assinatura, entre outros que entendermos necessários conforme a situação. A gravação das entrevistas será salva estando o aparelho sem acesso à rede de internet e com acesso exclusivo pela pesquisadora somente utilizando as informações pertinentes à pesquisa, excluindo fatos íntimos, desabafos ou fatos que comprometam a segurança da mulher e seus familiares. Após a finalização da transcrição os arquivos serão apagados conforme orientações presentes na Resolução nº 466/12 do CONEP. Caso haja quaisquer impedimentos sanitários ou físicos à entrevistada e/ou a pesquisadora, haverá a alternativa da entrevista online, onde serão adotadas as seguintes medidas: o convite a pesquisa será feito por e-mail e enviado em forma de lista oculta contendo o TCLE já anexado. Posteriormente ao aceite do sujeito, será feito de forma individual e apenas por mim, o primeiro contato com a futura entrevistada, podendo ser por e-mail, telefone ou app de comunicação, como for mais fácil à entrevistada. A entrevista ocorrerá através do aplicativo Google Meet em dia e horário sinalizado pela entrevistada, e mediante sua autorização, a entrevista será gravada para possibilitar consulta posterior durante a fase de análise dos dados. A entrevista será individual, as perguntas abordadas serão as planejadas na entrevista semiestruturada e o material produzido armazenado em Disco Rígido (HD) externo, criptografado por meio do programa VeraCrypt, cujo acesso aos arquivos só é possível se um eventual receptor possuir o mesmo programa e a chave de segurança para acesso ao material. Todos os cuidados serão tomados para a manutenção da não identificação do participante. É importante lembrar que os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade, e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Benefícios:

Os benefícios que se espera conseguir após a finalização dessa pesquisa é enaltecer a pluralidade das mulheres negras, é contribuir para o desenvolvimento do feminismo negro para a região amazônica, colaborar para que as políticas públicas que regem esse tema sejam conhecidas e cobradas, além de valorizar as ações de mulheres que passam por diversos marcadores diariamente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**Método:**

Para coletar os dados, será utilizada a entrevista semiestruturada. A entrevista é um encontro entre duas ou mais pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto e é “semiestruturada” por ser uma entrevista em que a pesquisadora tem um número de tópicos a cobrir, mas as questões precisas e sua ordem não são fixadas e permite-se que elas se desenvolvam como um resultado da interação com o participante, assim, compreende-se que as respostas abertas permitem as entrevistadas dizer o quanto elas acharem melhor (LAKATOS, MARCONI, 2007). A entrevista será gravada, podendo ser presencial ou online (por questões de saúde pública, levando em consideração o permanente avanço da pandemia por covid-19 e suas variações e possivelmente utilizando a plataforma meet ou a zoom como suporte para esses encontros), e seguirá um roteiro de pontos flexíveis apontados para os objetivos deste projeto, que terá questões norteadoras desenvolvida ao longo do mestrado em parceria com a orientação apresentadas na entrevista semiestruturada. Os dados serão analisados a partir da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que podem ser utilizados como procedimentos sistemáticos facilitadores de todo o processo analítico dos dados. A técnica é proposta em três fases distintas: Pré-análise: é nesta fase que os conteúdos gravados serão transcritos na íntegra de forma sistemática, clara e objetiva para que seja feito posteriormente uma leitura detalhada de todo o material, a fim de identificar os conteúdos que ajudem a construir diagnósticos significativos sobre o tema proposto. Exploração do Material: este consiste na leitura analítica dos conteúdos transcritos buscando relações entre os elementos para que sejam decodificados e categorizados, a partir de características comuns, das significações pertinentes aos sujeitos viabilizando um universo de possibilidades. Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação: esta última fase será de suma importância que os dados construídos e analisados e interpretados sejam confrontados com as literaturas adequadas sobre acerca do assunto. Dessa

forma, os resultados serão inferidos de forma significativa, clara e concisa vislumbrando um resultado válido enquanto conhecimento justifique sua importância para a sociedade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de rosto;
- 2) Projeto de pesquisa;
- 3) Carta de anuência;
- 4) Carta resposta às pendências;
- 5) Instrumento de coleta de dados;
- 6) Protocolo de medidas sanitárias;
- 7) TCLE;
- 8) Cronograma e orçamento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de um protocolo de pesquisa com seres humanos, ele atende os preceitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO. Salvo o melhor juízo é o parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1936892.pdf	05/07/2022 01:50:29	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	05/07/2022 01:47:26	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_PROPESP_U EA.pdf	05/07/2022 01:45:59	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_PROPESP_U FAM.pdf	05/07/2022 01:45:10	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	PROTOCOLO_PARA_PESQUISAS_EM_AMBIENTE_ONLINE.pdf	05/07/2022 01:42:50	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	PLANO_SANITARIO_COVID_19.pdf	05/07/2022 01:42:03	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Projeto	PROJETO_DETALHADO.pdf	05/07/2022	JULIA DO	Aceito

Detalhado/ Brochura Investigador		01:39:59		
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVR E_E_ESCLARECIDO.pdf	05/07/2022 01:39:30	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	05/07/2022 01:39:02	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	26/04/2022 20:58:40	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	26/04/2022 18:19:41	JULIA DO NASCIMENTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 27 de Agosto de 2022

Assinado por:**ELIELZA GUERREIRO MENEZES****(Coordenador(a))**